



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Relatório de Gestão
Exercício 2007





Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

Tarso Fernando Herz Genro

Secretário-Executivo

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor-Geral

Hélio Cardoso Derenne

Chefia de Gabinete

Marcelo Paiva dos Santos

Coordenação-Geral de Operações

José Altair Gomes Benites

Coordenação-Geral de Administração

Marcelo Aparecido Moreno

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Sérgio Max Bastos Lins

Coordenação de Ensino

Neemias Gonçalves de Carvalho

Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Policial Rodoviária

Ricardo Max de Oliveira Pereira

Corregedoria Geral

Lorival Carrijo da Rocha

Gerente Executivo de Programa

Ricardo Max de Oliveira Pereira

Alvarez de Souza Simões

Missão Institucional

Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais.

SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO.....	4
1.1. <i>Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada</i>	4
1.2. <i>Identificação das Unidades Descentralizadas – Unidades Gestoras</i>	5
1.3. <i>Estrutura Organizacional do DPRF</i>	6
1.4. <i>Apresentação</i>	8
2 – RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL.....	9
2.1. <i>Papel da unidade na execução das políticas públicas</i>	9
2.2. <i>Competências Legais e Regimentais</i>	16
3 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO.....	18
3.1. <i>Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias</i>	18
3.2. <i>Reforço nas ações de combate à criminalidade</i>	19
3.3. <i>Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas</i>	20
4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	22
4.1. <i>Programas 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal</i>	22
4.2. <i>Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais</i>	34
4.3. <i>Programa 0750 – Apoio Administrativo</i>	53
5 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	58
5.1. <i>Indicadores utilizados para avaliar o desempenho</i>	58
5.2. <i>Nome, descrição e tipo do indicador</i>	58
5.3. <i>Análise crítica dos resultados</i>	58
6 – INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL.....	62
7 – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS.....	63
7.1. <i>Execução orçamentária</i>	63
7.2. <i>Arrecadação</i>	68
7.3. <i>Pagamento de diárias</i>	69
7.4. <i>Suprimento de bens</i>	70
7.5. <i>Acompanhamento da Execução Contratual</i>	71
7.6. <i>Desfazimento de veículos oficiais inservíveis ou antieconômicos</i>	73
7.7. <i>Resultados das ações operacionais desenvolvidas</i>	73
7.8. <i>Assistência à Saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias Federais</i>	75
7.9. <i>Recursos Humanos</i>	79
7.10. <i>Capacitação</i>	82
7.11. <i>Gestão Correicional</i>	85
CONCLUSÃO.....	87
ANEXO A – DEMONSTRATIVOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS.....	89
ANEXO B – DEMONSTRATIVOS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES.....	90
ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	91
ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	92
D.1. <i>Tribunal de Contas da União</i>	92
D.2. <i>Sistema de Controle Interno – Controladoria-Geral da União</i>	92
ANEXO E – TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS.....	104
ANEXO F – ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, ADMISSÃO E DESLIGAMENTO.....	105

1 - Identificação

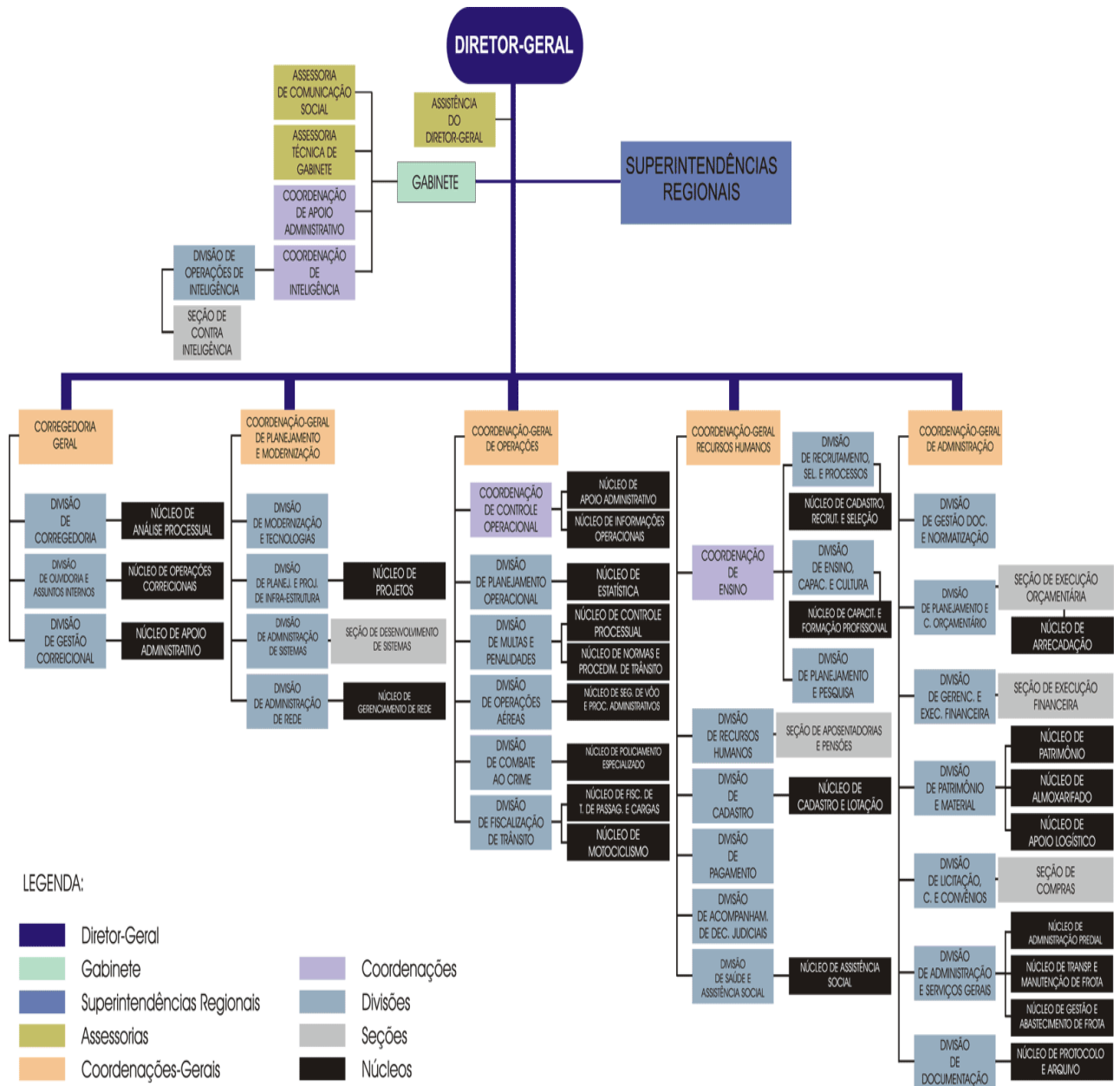
1.1. Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

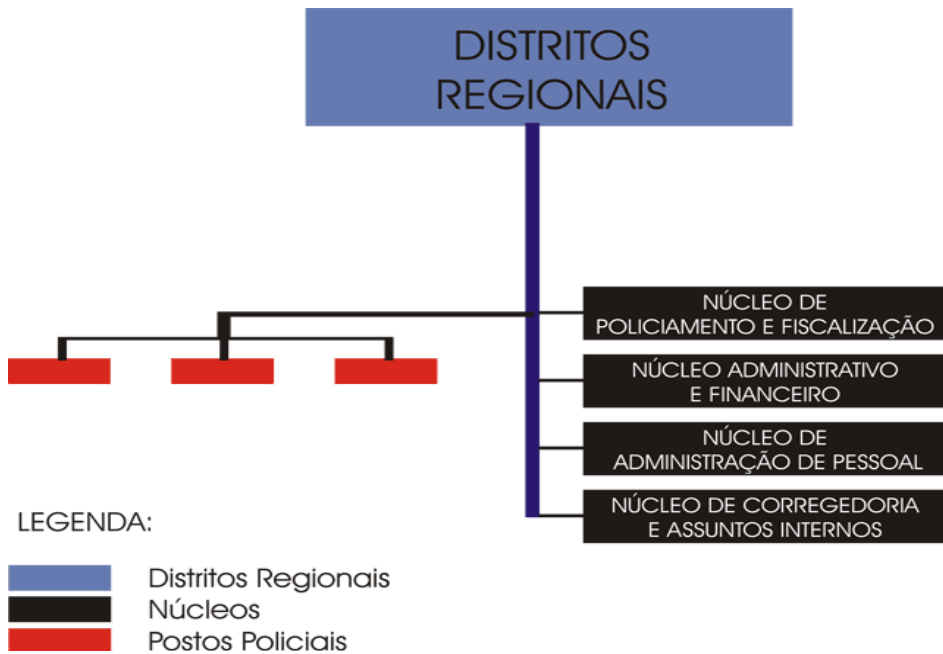
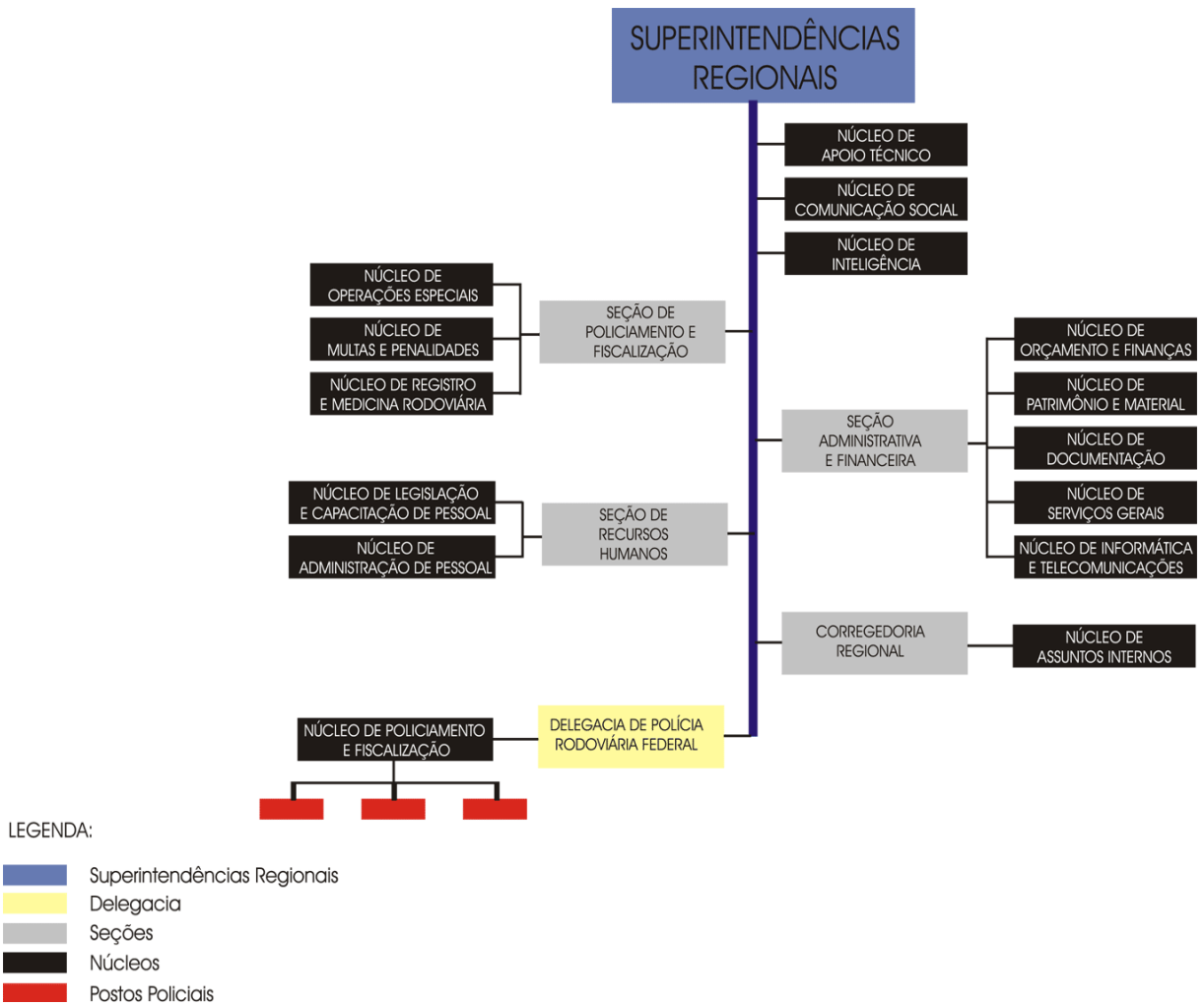
Nome completo e sigla: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
Natureza jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial: Vinculado ao Ministério da Justiça
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional: Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.
CNPJ: 00.394.494/0104-41
Nome e código no SIAFI: 200109 – Depto. de Polícia Rodoviária Federal. 200230 – Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral
Código da UJ titular do relatório: 200109 – Depto. de Polícia Rodoviária Federal. 200230 – Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral
Códigos das UJ abrangidas: Não consolida outras unidades
Endereço completo da sede: SEPN Qd. 506, Bloco C, Projeção 8 – Asa Norte – Brasília-DF – CEP 70.740-530
Endereço da página institucional na <i>internet</i> : www.dprf.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em pleno funcionamento
Função de governo predominante: Segurança Pública
Tipo de atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI: 200109 – Depto. de Polícia Rodoviária Federal. 200230 – Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral

1.2. Identificação das Unidades Descentralizadas - Unidades Gestoras

- 200121: 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Goiás
- 200120: 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso
- 200128: 3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso do Sul
- 200115: 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Minas Gerais
- 200116: 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio de Janeiro
- 200117: 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – São Paulo
- 200118: 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraná
- 200125: 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Santa Catarina
- 200119: 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Sul
- 200114: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Bahia
- 200113: 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pernambuco
- 200126: 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo
- 200129: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Alagoas
- 200122: 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraíba
- 200123: 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Norte
- 200112: 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Ceará
- 200127: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Piauí
- 200124: 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Maranhão
- 200111: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pará
- 200130: 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Sergipe
- 200131: 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rondônia e Acre
- 200141: 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Distrito Federal
- 200131: 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Tocantins
- 200110: 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amazonas
- 200233: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amapá
- 200232: 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Roraima

1.3. Estrutura Organizacional do DPRF





1.4. Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, aprovada pela Portaria CGU nº 1.950/2007, com a Instrução Normativa TCU nº 47/2004 e a Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2007.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – *Segurança Pública nas Rodovias Federais*, 1386 – *Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal* e 0750 – *Apoio Administrativo*, no exercício de 2007. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2007 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2007 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, das Superintendências e dos Distritos Regionais. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

HELIO CARDOSO DERENNE

Diretor – Geral

2 - Responsabilidade Institucional

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificadores da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real

segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2007, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2007 foi autorizado concurso para admissão de 340 novos policiais rodoviários federais a serem lotados nos estados do Mato Grosso e Pará, o que possibilitará um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, pelo incremento de policiais nos postos de fiscalização.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000km de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O Exercício de 2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento de 52% das multas por excesso de velocidade em relação à 2006, um aumento de 154% do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e um recorde histórico de 2.078.606 autuações contabilizadas em rodovias federais (nos 80 anos da instituição a quantidade mais próxima foi observada em 1997, quando foram expedidas 2.053.070 autuações), não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2007. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, o que abarrotou as estradas federais e, por via de consequência, aumentou a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas

rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de sete milhões de veículos foram fiscalizados.

A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

ÍNDICE DE ACIDENTES	2005	2006	2007
Total Acidentes	108.509	109.262	122.985
Frota Nacional	42.071.961	45.372.640	49.228.783
Acidente/10.000 veic	26	24	25
Varição do Índice		-6,27%	3,35%
Mortos	6.268	6.114	6.840
Mortos/1.000.000 veic	149	135	139
Varição do Índice		-9,21%	2,72%
Feridos	65.339	66.041	75.006
Feridos/1.000.000 veic	1.553	1.456	1.524
Varição do Índice		-6,25%	4,64%

Fonte: Relatório Operacional Diário- ROD (Ano 2005,2006 e 2007)

Foram realizadas 899 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de quatro toneladas de cocaína, equivalente a R\$ 50 milhões, 43 toneladas de maconha, equivalente a R\$ 30 milhões, destruição de mais de 251 mil pés de maconha, detenção de 1.847 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 1.720 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Quase 100 mil m³ de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. A quantidade representa cerca de 8.000 árvores em idade adulta. Mais de 11 mil animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estopes, no interior da lataria dos veículos e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou 468 crianças e adolescentes de áreas de risco. A terceira edição do *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil*, confeccionado anualmente pela Coordenação-Geral de Operações/DPRF, também merece destaque. Pela primeira vez, o trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal, permitiram que 533 pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Os XV Jogos Pan-Americanos, cuja segurança foi organizada e supervisionada pela SENASP, também marcaram a atuação da PRF em 2007. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da Operação Podium. Durante trinta dias, 295 criminosos foram presos no estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadoras, dólares e reais provenientes de ações criminosas.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização

das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME				
ITEM	Qtd.	2006	2007	Variação
Pessoas Detidas	Unid.	19.433	23.716	22,04%
Maconha	Ton.	46,63	43,92	-5,81%
Cocaína	kg.	3.105,43	4.241,90	36,60%
Haxixe	esfera	66.603	114.495	71,91%
Crack	kg.	185,22	295,45	59,51%
CD/DVD's	Unid.	7.526.548	5.812.365	-22,78%
Cigarros	Pct.	2.752.599	3.370.815	22,46%
Combustíveis	litro	181.402	264.185	45,64%
Informática	Unid.	129.163	122.881	-4,86%
Eletrônicos	Unid.	273.335	334.173	22,26%
Medicamentos	Unid.	310.320	322.601	3,96%
Armas	Unid.	1.474	1.720	16,69%
Munições	Unid.	117.204	90.317	-22,94%
Animais Silvestres	Unid.	14.051	11.124	-20,83%
Madeira	m³	295.048	99.245	-66,36%
Trabalhador libertado	Unid.	662	533	-19,49%
Veículos recuperados	Unid.	3.593	3.644	1,42%
Veículos Fiscalizados	Unid.	7.016.108	7.029.771	0,19%
Flagrantes de Infrações	Unid.	1.634.318	2.078.606	27,18%

O exercício de 2007 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão, graças ao crédito extraordinário de R\$ 28.000.000,00, concedido ao final do ano.

Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007 foram adquiridos 319 veículos operacionais, conforme tabela abaixo, executando 99% do recurso disponibilizado.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA	
Descrição	Quantidade
Motos Harley Davidson	100
GM Astra Sedan	31
Ford Focus Sedan	63
GM Blazer	118
Ambulância Ducato	2
Microônibus Unibus	2
Furgão MB-Posto Móvel	3
Total	319

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido o DPRF, através do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

Em 2007, em virtude do crédito extraordinário, foi possível contratar a reforma de 65 postos/delegacias que estavam em péssimo estado de conservação, o que contribuirá em muito para melhoria do clima organizacional dos policiais destas unidades. Nestas reformas, também foram priorizadas as adaptações para acessibilidade de portadores de necessidades especiais, como rampas de acesso. Destaca-se também, a construção/ampliação das seguintes unidades:

UNIDADES CONSTRUÍDAS / AMPLIADAS 2007		
ESTADO	VALOR	DESCRIÇÃO
AP	R\$ 307.179,26	Construção do novo posto do Oiapoque-AP
CE	R\$ 71.403,80	Construção dos postos de fiscalização de Tianguá e Boa Viagem-CE
DF	R\$ 44.860,91	Implantação de infra estrutura para instalação de equipamentos de ar condicionado no Hangar do DPRF
ES	R\$ 67.995,88	Construção de sala para delegacia de Serra/ES
MG	R\$ 37.346,30	Obras de reforma do posto PRF de Sabará/MG
MT	R\$ 23.290,30	Reforma de instalações da Sede SRPRF-MT
PI	R\$ 87.850,68	Ampliação e reforma do posto 01 da 1a. delegacia, em Teresina/PI
	R\$ 50.884,58	Ampliação do posto PRF de Picos/PI
	R\$ 48.843,44	Ampliação do posto PRF da 5a. Delegacia, Parnaíba/PI
PR	R\$ 295.871,73	Pavimentação externa, construção de rampas de fiscalização e ajardinamento do posto Contorno Leste-PR
	R\$ 54.200,00	Obra para perfuração de poço artesiano no posto de fiscalização do Guara em Guarapuava-PR.
RN	R\$ 47.890,00	Despesas com serviço de engenharia para elaboração de projetos necessários a construção da Sede da 15a.SRPRF
RR	R\$ 125.395,12	Construção de posto na BR174, km 492, no município de Boa Vista – Roraima.
	R\$ 75.321,84	Valor que se empenha para prestação de serviço de engenharia ref a obra de conclusão do Posto-01-RR
RS	R\$ 86.574,37	Construção do posto de Santana do Livramento-RS

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 1.000 computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de todas as Superintendências. Segue tabela com principais aquisições na área de informática:

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS - 2007		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Coletor de dados- PDA	1000	R\$ 4.379.000,00
Impressora Térmica para coletor de dados	810	R\$ 1.996.650,00
Estações de Trabalho	457	R\$ 621.520,00
Impressora Laser	134	R\$ 97.793,20
Nobreak	411	R\$ 136.677,13
Servidor de rede	61	R\$ 436.772,64
Telefone IP	452	R\$ 63.280,00
Monitor LCD 17"	396	R\$ 183.348,00
Rádio veicular banda baixa	57	R\$ 123.975,00
Rádio portátil banda baixa	211	R\$ 394.570,00

Além destes itens, foram adquiridos 262 contadores volumétricos de veículos. Estes equipamentos de última geração, serão instalados nos estados de MG, SP, RS e DF, a fim de levantar dados sobre o fluxo de veículos, no intuito de subsidiar o planejamento da alocação de recursos humanos e materiais para as rodovias com maior intensidade de fluxo e acidentes.

A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, foram adquiridas câmeras de monitoramento, que serão instaladas em 15 estados da federação. No intuito de otimizar o uso de viaturas, foi realizado projeto piloto de Monitoramento das Viaturas no estado do Rio de Janeiro, através do uso de rastreadores, o que possibilitou, no caso de acidentes, verificar o posicionamento de cada viatura nas rodovias do estado, acionando-se a mais próxima do local da ocorrência.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.2. Competências Legais e Regimentais

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 05 Distritos Regionais, além de 156 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 395 postos fixos de fiscalização, totalizando, deste modo, uma estrutura com 550 pontos de atendimento em todo o território nacional.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que o qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que o Departamento vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as

quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

Entretanto, para que o desempenho da Organização acompanhe esses níveis de exigência e gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, sendo que no ano de 2007 foi autorizada a realização de processo seletivo para preenchimento de 340 vagas, havendo, entretanto, a necessidade de um quantitativo mais significativo de servidores, com base nos claros relativos aos cargos vagos já existentes, sem contarmos a necessidade ideal pautada em estudos técnicos que remontam a um quantitativo ainda maior de efetivo, aliado à necessidade constante de evolução da capacitação e reciclagem dos servidores em atividade, em decorrência desse plexo de atuação delineado.

Nessa esteira, o Egrégio Tribunal de Contas da União, em recente auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal deste Departamento, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar o Departamento.

Assim, torna-se necessária essa adequação da estrutura organizacional existente, para atender as freqüentes mudanças na legislação, como o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

3 - Estratégia de atuação

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

3.1. Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

- **Falta de efetivo:**

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

Um outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. Foi verificado que uma grande quantidade de postos tem como competência fiscalizar mais de 300 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto.

Nestes postos, com grande malha rodoviária para fiscalizar, verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como consequência a não fiscalização dos pontos críticos distantes.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, nas sedes central e regional e nas delegacias. Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos,

analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policias para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

- **Recursos insuficientes para aquisição de combustíveis e manutenção de viaturas:**

Devido às restrições orçamentárias na LOA 2007, a estimativa inicial era de que os recursos para aquisição de combustíveis eram suficientes somente até o mês de outubro, neste sentido foi solicitado crédito suplementar para atender a esta demanda, assim como expedida orientação a todas as Unidades Regionais que reduzissem os gastos com combustíveis, o que gerou a diminuição da realização de rondas nas rodovias, utilizando-se as viaturas para deslocamentos prioritariamente em casos de acidentes. Em 31/08/2007 foi liberado crédito suplementar na ordem de R\$ 4.379.000,00, o que possibilitou retornar ao andamento normal das operações com as viaturas.

- **Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas**

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final do exercício de 2006.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, bem assim em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização. O crédito extraordinário destinada à aquisição dos contadores volumétricos foi liberado apenas em dezembro de 2007. Os efeitos da compra destes equipamentos só se farão sentir em 2008, quando da sua entrega e utilização.

3.2. Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitação dos policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações

criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para os 500 policiais que participaram da segurança dos Jogos Pan-americanos.

3.3. Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Reforma de postos de fiscalização e Construção da Sede do DPRF

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

- **Dificuldades:**

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas:

Devido às limitações orçamentárias, as obras de reforma, com o recurso ordinário, foram exclusivamente as que foram licitadas ao final de 2006 e não haviam sido empenhadas no prazo fixado. As novas demandas de 2007, ficaram reprimidas.

2- Emendas parlamentares contingenciadas:

Algumas regionais conseguiram emendas parlamentares na LOA 2007 para execução de obras nos seus estados, porém, como o recurso de emendas parlamentares ficou contingenciado até o final do ano, poucas regionais conseguiram realizar o processo licitatório a tempo de se empenhar os recursos.

3- Problemas na construção da Sede do DPRF:

Quando da execução das fundações da obra do novo edifício Sede deste Departamento, foi verificado que haviam discrepâncias entre os valores de resistência do terreno no projeto e os verificados *in loco*. Para resolver este impasse, a obra foi paralisada e contratada consultoria para averiguar estas discrepâncias. Depois de diversos testes no terreno, foi proposta uma solução para o problema, aceita pelo DPRF e pela empresa construtora. Espera-se que em 2008 a obra prossiga sem demais contratemplos.

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição. Em média, existem 2.000 viaturas em funcionamento, o ideal seria a substituição de pelo menos 500 veículos por ano.

- **Dificuldades:**

1- Emendas parlamentares contingenciadas:

A emenda parlamentar para compra de viaturas, no valor de R\$ 13.175.000,00, ficou contingenciada até o mês de dezembro. As 319 viaturas adquiridas com esse recursos, somente serão entregues em 2008, ano em que se verá o resultado efetivo desta aquisição.

2- Recursos insuficientes para reposição de ¼ da frota:

A estratégia foi parcialmente prejudicada devido às limitações orçamentárias, pois não foi possível substituir ¼ da frota (500 veículos), a fim de diminuir os custos de manutenção (atualmente em R\$ 12.000.000,00 por ano). Porém, em 2007, foram entregues os 469 veículos adquiridos em dezembro de 2006, o que contribuiu para melhorar as atividades de fiscalização.

Estratégia 3: Melhorar a segurança nos Centros de Processamento de Dados e Implantação do Sistema VOIP

Devido a problemas de superaquecimento e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do CPD, todos os sistemas da PRF podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia: consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico.

Neste sentido, é estratégico a melhoria da segurança contra falta de energia e superaquecimento dos equipamentos, pela aquisição de nobreaks, aparelhos de ar condicionado e sensores de temperatura.

A fim de diminuir os gastos com ligações interurbanas entre as unidades do DPRF, foi formulada a estratégia de realizar estas ligações utilizando a internet (VOIP). Para isso é prioritário a alocação de recursos para compra de telefones IP's.

Esta estratégia foi integralmente executada, através das aquisições dos equipamentos listados acima.

Foi verificada a redução dos gastos com telefonia das Unidades Regionais que já implantaram o sistema VOIP em suas unidades. Espera-se que em 2008 venham os resultados em todas as regionais, pela efetiva implantação do sistema.

Devido ao acréscimo de recurso, pelo crédito extraordinário liberando em dezembro de 2007, outros projetos que estavam no aguardo de verbas, puderam ser realizados, como o projeto Sistemas de Tecnologias Integradas. Foram adquiridos também, diversos equipamentos de informática, demandados pelas regionais.

4- Gestão de Programas e Ações

4.1. Programas 1386- Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.1. Principais Ações do Programa

- 11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
- 1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
- 1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
- 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- 7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.2. Gestão das Ações

- **Ação 1D49 – Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

1D49-0101 - Em Brasília - DF - 30107 (edifício-sede construído / % de execução) - Projeto				
	Previsto Atual	Realizado	%	
Físico	19	4,64	24,42	
Financeiro	10.225.000	3.545.694	34,68	

A previsão inicial era de execução em 2007 era de 28% da Etapa 1 da obra (Sede Administrativa Central e parte do Centro de Convenções – R\$ 9.175.503,00 de um total de R\$ 31.183.975,11). Por diversos problemas surgidos no decorrer da obra a execução física foi inferior à planejada inicialmente ficando em apenas 4,6% do total da obra.

Dois foram os fatores principais que prejudicaram o andamento da obra. O primeiro deles foi a demora na emissão do alvará de construção e a alteração da cota de soleira dos edifícios, ocorrida por determinação da Administração Regional de Brasília. Esta alteração gerou a necessidade de revisão de vários projetos principalmente em função da cota de soleira do edifício Sede que acabou sendo rebaixada em mais de 2m, o que gerou grande aumento na quantidade de serviços de movimentação de terra e dificuldades técnicas em garantir o caimento mínimo das redes de drenagem e esgoto, além da revisão de todo o sistema viário.

O segundo ponto que comprometeu sobremaneira o andamento dos serviços foi a inviabilidade de execução das fundações em conformidade com o projeto e por meio da utilização das técnicas convencionais. As estacas executadas não atingiram a profundidade prevista em projeto e nem a resistência necessária o que ocasionou a paralização dos serviços e a busca de soluções alternativas/revisão dos projetos.

A obra encontra-se em andamento bastante lento com execução de pequenas edificações como as guaritas e casas de lixo, as quais possuem menores cargas de fundação. O ritmo normal só será retomado com a conclusão dos projetos revisados e respectivos ajustes contratuais. Apesar do atraso verificado não ocorreu, até este momento por parte da construtora, nenhuma solicitação para aditivo de prazo, havendo apenas remanejamentos de serviços dentro do cronograma inicial.

• Ação1821- Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

1821-0001 - Nacional - 30107 (unidade reformada/unidade) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico		13	16,15	124,23
Financeiro	R\$ 1.077.493,00		R\$ 936.669,00	86,93

1821-0101 - Nacional (Crédito Extraordinário) - 30107 (-/-) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 3.000.000,00		R\$ 1.905.736,00	63,52

No exercício de 2006, devido à disponibilidade financeira ter sido inferior à prevista na LOA, inúmeras demandas que estavam contempladas no planejamento ficaram pendentes, ou seja, diversas obras foram licitadas mas não contratadas porque apesar de haver disponibilidade orçamentária, não houve correspondente disponibilidade financeira.

Em face desses acontecimentos, grande parte dos recursos disponibilizados para o exercício 2007 ficou comprometida com demandas que deveriam ter sido atendidas no exercício anterior. Essas demandas pendentes do planejamento 2006 foram priorizadas em 2007, juntamente com aquelas tidas como emergenciais, o que comprometeu significativamente o planejamento para o exercício 2007.

Aproximadamente R\$ 966.000,00, dos R\$ 1.077.493,00 consignados na LOA 2007 ficaram comprometidos, cerca de 89% do recurso disponibilizado. Durante o exercício financeiro as descentralizações foram realizadas para atendimento das seguintes demandas abaixo relacionadas:

QUADRO RESUMO DAS DESCENTRALIZAÇÕES – CUSTEIO

PENDÊNCIAS 2006		
Regional	VALOR	FINALIDADE
DPRF	R\$ 299.424,01	reforma Sede
1º DRPRF-DF	R\$ 47.689,99	Reparo Estrutural Posto de Cristalina
3º SRPRF-MS	R\$ 4.761,00	reparo na rede elétrica do posto PRF 21- Campo Grande
5º DRPRF-RR	R\$ 169.644,02	Reforma da Sede
14º SRPRF-PB	R\$ 16.000,00	compra de material de construção
15º SRPRF-RN	R\$ 149.786,26	reforma Sede, delegacias e Postos
19º SRPRF-PA	R\$ 16.800,00	reforma iluminação posto de Ipixuna-pregão 14/2006
20º SRPRF-SE	R\$ 51.115,35	rede elétrica postos de Malhada dos Bois e Cristinápolis
SUBTOTAL	R\$ 755.220,63	
ADITIVOS 2006		
Regional	VALOR	FINALIDADE
DPRF	R\$ 51.745,76	Aditivo Reforma Sede
1º SRPRF-GO	R\$ 30.366,68	Aditivo Posto de Jaraguá
11º SRPRF-PE	R\$ 17.949,20	Reforma da Delegacia de Canuaru
11º SRPRF-PE	R\$ 6.119,38	Reforma do posto de Cruzeiro do Nordeste
13º SRPRF-AL	R\$ 10.000,00	Aditivo sede e posto de São Sebastião
18º SRPRF-MA	R\$ 21.329,01	reforma Sede – aditivo emergencial
SUBTOTAL	R\$ 137.510,03	
DEMANDAS 2007		
Regional	VALOR	FINALIDADE
1º SRPRF-GO	R\$ 6.900,00	Manutenção da Sede – divisórias, pintura, etc
1º SRPRF-GO	R\$ 7.995,00	Serviço de Engenharia para reforma de postos diversos
2º SRPRF-MT	R\$ 8.300,00	reparo rede elétrica sede e posto
3º SRPRF-MS	R\$ 5.600,00	reparo rede elétrica e bomba d'água
3º SRPRF-MS	R\$ 3.131,45	Pintura da Garagem na Delegacia de Campo Grande
3º SRPRF-MS	R\$ 780,70	reparo instalações hidráulicas sede e 1 posto
3º SRPRF-MS	R\$ 6.270,00	caixa d'água posto de Coxim, destruída por temporal
3º SRPRF-MS	R\$ 997,10	telhas calhetão na sede da regional, danificadas por temporal
4º SRPRF-MG	R\$ 7.997,58	Reparo de piso no Núcleo de Patrimônio
4º SRPRF-MG	R\$ 13.722,46	Projeto Rede elétrica e Telefonia da Sede Regional
5º SRPRF-RJ	R\$ 38.750,00	Reforma emergencial sanitários para Jogos Panamericanos
5º SRPRF-RJ	R\$ 7.800,00	Reforma Telhado Patrimônio e Multas
7º SRPRF-PR	R\$ 4.396,35	Desmembramento energia elétrica DNIT/DPRF- Recuperação poste entrada.(EMERGENCIAL)
8º SRPRF-SC	R\$ 3.900,00	Reparos telhado garagem posto de Itapema
8º SRPRF-SC	R\$ 2.370,00	Reparo fossa posto de Blumenau
8º SRPRF-SC	R\$ 270,00	Reparo fossa posto de Blumenau
8º SRPRF-SC	R\$ 860,00	Reforma no posto de Itapema
8º SRPRF-SC	R\$ 1.806,60	Reparo telhado e vidros da 6ª Del / Mafra(EMERGENCIAL)
9º SRPRF-RS	R\$ 6.850,00	Iluminação externa 12ª Del – São Borja
9º SRPRF-RS	R\$ 930,00	Revestimento cerâmico do Posto de Bagé
9º SRPRF-RS	R\$ 1.203,00	Revestimento cerâmico do Posto de Alegrete
9º SRPRF-RS	R\$ 6.796,84	Reconstituição do telhado do posto de CARAZINHO danificado pelas chuvas(EMERGENCIAL)
10º SRPRF-BA	R\$ 8.300,00	Reforma elétrica postos da Del. Senhor do Bonfim e Sede da Regional
14º SRPRF-PB	R\$ 12.993,00	Compra de tintas e materiais para pintura da Sede Regional
19º SRPRF-PA	R\$ 6.726,90	Reparos nos Telhados da Sede(EMERGENCIAL)
21º SRPRF – RO/AC	R\$ 7.840,41	Reparos na Rede Elétrica(EMERGENCIAL)
5º DRPRF-RR	R\$ 6.118,00	Remoção e reinstalação de cerca e alambrado(EMERGENCIAL)
SUBTOTAL	R\$ 179.607,39	
TOTAL	R\$ 1.072.338,05	

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

O planejamento para execução do crédito extraordinário priorizou os Postos Policiais. A definição dos Postos a serem atendidos obedeceu a ordem dos Postos considerados inadequados fisicamente por pesquisa realizada em 2007 pelo Núcleo de Planejamento Institucional/CGPLAM. Foram contempladas 66 unidades conforme tabela abaixo:

UNIDADE REGIONAL	DEMANDA	VALOR	
1	1ª SRPRF-GO	Reforma posto PRF Goiânia	R\$ 25.925,38
2		Reforma posto PRF de Guapó	R\$ 27.959,03
3		Reforma posto PRF de Rio Verde	R\$ 16.702,39
4		Reforma posto PRF de Catalão	R\$ 30.860,60
5		Reforma posto PRF de Porangatu.	R\$ 33.971,24
6		Reforma posto PRF de Uruaçu	R\$ 38.840,97
7	2ª SRPRF-MT	Reforma Del. ½ CUIABÁ	
8		Reforma CANIL	
9		Reforma Posto 101 CUIABÁ	R\$ 52.862,71
10		Reforma Posto 102 CAMPO VERDE	
11	2ª SRPRF-MT	Reforma Del. 2/2 RONDONÓPOLIS	
12		Reforma Posto 201 RONDONÓPOLIS	R\$ 35.503,69
13		Reforma Posto 202 ITQUIRA	
14	2ª SRPRF-MT	Reforma Posto 301 CÁCERES	
15		Reforma Posto 302 POCONÉ	R\$ 39.572,49
16		Reforma Del. 3/2 CÁCERES	
17	2ª SRPRF-MT	Reforma Del. 4/2 DIAMANTINO	
18		Reforma Del. 6/2 SORRISO	
19		Reforma Posto 401 DIAMANTINO	R\$ 58.130,80
20		Reforma Posto 601 SORRISO	
21		Reforma Posto 602 SANTA HELENA	
22	3ª SRPRF-MS	Reforma do posto de CASA VERDE	R\$ 50.411,63
23	3ª SRPRF-MS	Reforma do posto CAPEY	R\$ 49.561,18
24	3ª SRPRF-MS	Reforma do posto GUAICURUS	R\$ 39.076,92
25	3ª SRPRF-MS	Reforma do posto de AGUA CLARA	R\$ 49.110,23
26	3ª SRPRF-MS	Reforma do posto COXIM	R\$ 23.335,22
27	3ª SRPRF-MS	Reforma do posto de TRÊS LAGOAS	R\$ 43.027,30
28	4ª SRPRF-MG	Reforma piso da del.Poços de Caldas/MG	R\$ 12.400,00
29	4ª SRPRF-MG	Impermeabilização laje sede	R\$ 50.400,00
30	7ª SRPRF-PR	Posto do Contorno Leste – Curitiba	R\$ 226.230,35
31	7ª SRPRF-PR	Reforma Posto Alto da Serra	
32		Reforma Posto de Alexandra	R\$ 40.450,00
33	9ª SRPRF-RS	Reforma instalações CIOP	R\$ 15.457,20
34	9ª SRPRF-RS	Reforma Posto Lagoa Vermelha	R\$ 26.491,00
35	9ª SRPRF-RS	Reforma Posto Santiago	R\$ 24.385,65
36	9ª SRPRF-RS	Telhado posto de Carazinho	R\$ 4.481,40
37	10ª SRPRF-BA	Sede	R\$ 20.790,00
38	10ª SRPRF-BA	Posto de Milagres	R\$ 17.400,00
39	10ª SRPRF-BA	Posto de Simões Filho	R\$ 11.340,00
40	10ª SRPRF-BA	Posto de Santo Antônio de Jesus	R\$ 9.689,00
41	10ª SRPRF-BA	Posto de Vitória da Conquista	R\$ 15.500,00
42	10ª SRPRF-BA	Posto de Poçoões	R\$ 18.700,00
43	10ª SRPRF-BA	Posto de Jequié	R\$ 23.940,00
44	10ª SRPRF-BA	Posto de Alagoinhas	R\$ 13.750,00
45	10ª SRPRF-BA	Posto de Itabuna	R\$ 25.150,00
46	10ª SRPRF-BA	Posto de Encruzilhada (Divisa)	R\$ 16.500,00
47	10ª SRPRF-BA	Posto de Porto Seguro	R\$ 38.750,00
48	10ª SRPRF-BA	Posto de Humildes	R\$ 16.000,00
49	10ª SRPRF-BA	Posto de Camacan	R\$ 10.390,00
50	10ª SRPRF-BA	Posto de Candu	R\$ 14.800,00
51	10ª SRPRF-BA	Posto de Teixeira de Freitas	R\$ 24.890,00
52	10ª SRPRF-BA	Posto de Eunápolis	R\$ 19.900,00
53	10ª SRPRF-BA	Posto de Itamaraju	R\$ 22.100,00
54	11ª SRPRF-PE	Reforma da Delegacia METROPOLITANA	R\$ 48.183,75
55	11ª SRPRF-PE	Reforma do Posto de CARPINA	R\$ 52.780,55
56	11ª SRPRF-PE	Ref. Posto de SANTA MARIA DA BOA VISTA	R\$ 44.728,96
57	11ª SRPRF-PE	Reforma do Posto do TREVO DO IBÓ	R\$ 42.846,04
58	11ª SRPRF-PE	Reforma do Posto de OURICURI	R\$ 13.541,03
59	11ª SRPRF-PE	Reforma do Posto de FLORESTA	R\$ 12.212,21
60	14ª SRPRF-PB	Posto MATA REDONDA E CAFÉ DO VENTO	R\$ 8.000,00
61	14ª SRPRF-PB	Materiais de construção SEDE E POSTOS	R\$ 59.108,40
62	16ª SRPRF-CE	Reforma CANIL	R\$ 54.000,00
63	16ª SRPRF-CE	Rede elétrica Sede (rede espelho)	R\$ 14.905,40
64	19ª SRPRF-PA	Rede elétrica postos de IPIXUNA E D. ELIZEU	R\$ 38.640,33
65	19ª SRPRF-PA	Rede elétrica posto de BENEVIDES	R\$ 12.409,67
	5º DRPRF-AP	Reforma Sede (acerto contábil)	R\$ 169.644,02
		TOTAL	R\$ 1.905.736,74

• **Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, ge
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

11MC-0001 - Nacional - 30107 (unidade construída/ ampliada /unidade) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico		5	5	100
Financeiro	1.200.000		1.124.736	93,73

11MC-0001 - EMENDAS - PA, MT, PI, RN (unidade construída/ ampliada /unidade) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico		12	2,05	17%
Financeiro	1.410.000		258.759	18%

O planejamento para execução do orçamento 2007 ficou parcialmente comprometido pela existência de algumas demandas pendentes do exercício de 2006, que não tiveram seus processos concluídos.

Com relação à execução do orçamento 2007 para a ação de Construção e Ampliação de Unidades tivemos praticamente 100% do recurso efetivamente empenhados. A meta física de atendimento (construção/ampliação) de 5 unidades foi superada, sendo que a diferença a maior ocorreu devido ao cancelamento, por decisão da própria Unidade Regional, da obra na Sede da 8ª SRPRF-SC cujo custo estimado era de R\$ 225.000,00, os quais foram encaminhados para o atendimento de outros processos. Das 16 unidades atendidas em 2007, 8 eram relativas à conclusão de metas de exercícios anteriores (ver resumo abaixo).

QUADRO RESUMO DAS DESCENTRALIZAÇÕES – INVESTIMENTO			
PENDÊNCIAS 2006			
Regional	nº	VALOR	FINALIDADE
4ª SRPRF-MG	200115	R\$ 37.346,30	Dívida de Execício Anterior – Última parcela da Construção Posto de Sabará ¹
20ª SRPRF-SE	200130	R\$ 14.000,00	Reforma/Ampliação Posto de Aracaju ²
16ª SRPRF-CE	200112	R\$ 84.000,00	Dívida de Execício Anterior- Construção do Posto de Tianguá ¹
1º DRPRF-DF	200141	R\$ 6.847,00	Dívida de Execício Anterior- Última parcela da Construção de Posto na BR 060 ¹
4º DRPRF-AP	200233	R\$ 307.179,26	Construção do posto de Oiapoque ²
5º DRPRF-RR	200232	R\$ 55.500,00	Construção de posto na BR 174, em Boa Vista ³
ADITIVOS 2006			
Regional	nº	VALOR	FINALIDADE
3ª SRPRF-MS	200128	R\$ 11.491,15	Aditivo Posto de Jaraguari ¹
3ª SRPRF-MS	200128	R\$ 3.350,99	Aditivo obra elétrica posto de Jaraguari/MS ¹
6ª SRPRF-SP	200117	R\$ 2.396,80	Aditivo Reforma Cachoeira Paulista ¹
4º DRPRF-AP	200233	R\$ 19.128,27	Aditivo Posto de Oiapoque (comunicação visual) ²
DEMANDAS 2007			
Regional	nº	VALOR	FINALIDADE
7ª SRPRF-PR	200118	R\$ 54.200,00	Poço Artesiano Posto Guará ²
7ª SRPRF-PR	200118	R\$ 319.732,00	Posto Contorno Leste ⁴
9ª SRPRF-RS	200119	R\$ 86.574,37	Ampliação do posto de Santana do Livramento ⁴
12ª SRPRF-ES	200126	R\$ 67.995,88	Construção delegacia de Serra ⁴
20ª SRPRF-SE	200130	R\$ 10.000,00	Conclusão de obra do canil ²
DPRF	200109	R\$ 44.860,91	Obra Ar Condicionado Hangar ²
TOTAL		R\$ 1.124.602,93	

NOTAS:

1 – Refere-se a metas de exercícios anteriores

2 – Obras concluídas até janeiro de 2008

3 - Cerca de 40% já executada, mas por problemas com a empresa contratada a obra teve que ser interrompida e realizado novo procedimento licitatório o qual foi concluído em dezembro. Esta parte remanescente será executada em 2008.

4 – Obras contratadas em dezembro de 2007 com previsão de conclusão ainda no primeiro semestre de 2008.

Emenda parlamentar investimento Rio Grande do Norte – R\$ 47.890,00

O recurso foi empregado, conforme definição da própria Unidade Regional, na contratação do projeto executivo para construção da nova sede da 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no município de Natal-RN, todavia o projeto não foi recebido definitivamente ainda.

Emenda parlamentar investimento Mato Grosso – R\$ 100.000,00

Os recursos da emenda foram contingenciados durante parcela significativa do exercício, tendo sido liberados apenas nos últimos meses de 2007. No mês de dezembro foi empenhado o valor de R\$ 23.290,00 corresponde a obra de ampliação da sede da 2ª SRPRF localizada em Cuiabá, licitada em 2006. A obra deverá ser concluída nos primeiros meses de 2008.

Emenda parlamentar Pará – R\$ 820.000,00 + R\$ 250.000,00

Nenhuma execução.

Emenda parlamentar Piauí – R\$ 190.000,00

O recurso foi empregado, no total de R\$ 187.578,70, conforme definição da própria Unidade Regional, nas seguintes obras:

- AMPLIAÇÃO DO POSTO 01 DA 4ª DEL – em Parnaíba - R\$ 50.884,58

- AMPLIAÇÃO DE POSTO DA 5ª DEL – em Picos - R\$ 48.843,44
- AMPLIAÇÃO DE POSTO DA 1ª DEL – em Teresina - R\$ 87.850,68

Das três obras apenas a primeira foi efetivamente concluída e paga em 2007. A obra do posto de Picos encontra-se em andamento e deverá ser finalizada no início de 2008 e a obra do posto de Teresina foi licitada no mês de dezembro e deverá ser concluída ainda no primeiro semestre de 2008.

- **Ação1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, ag
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RÓDNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

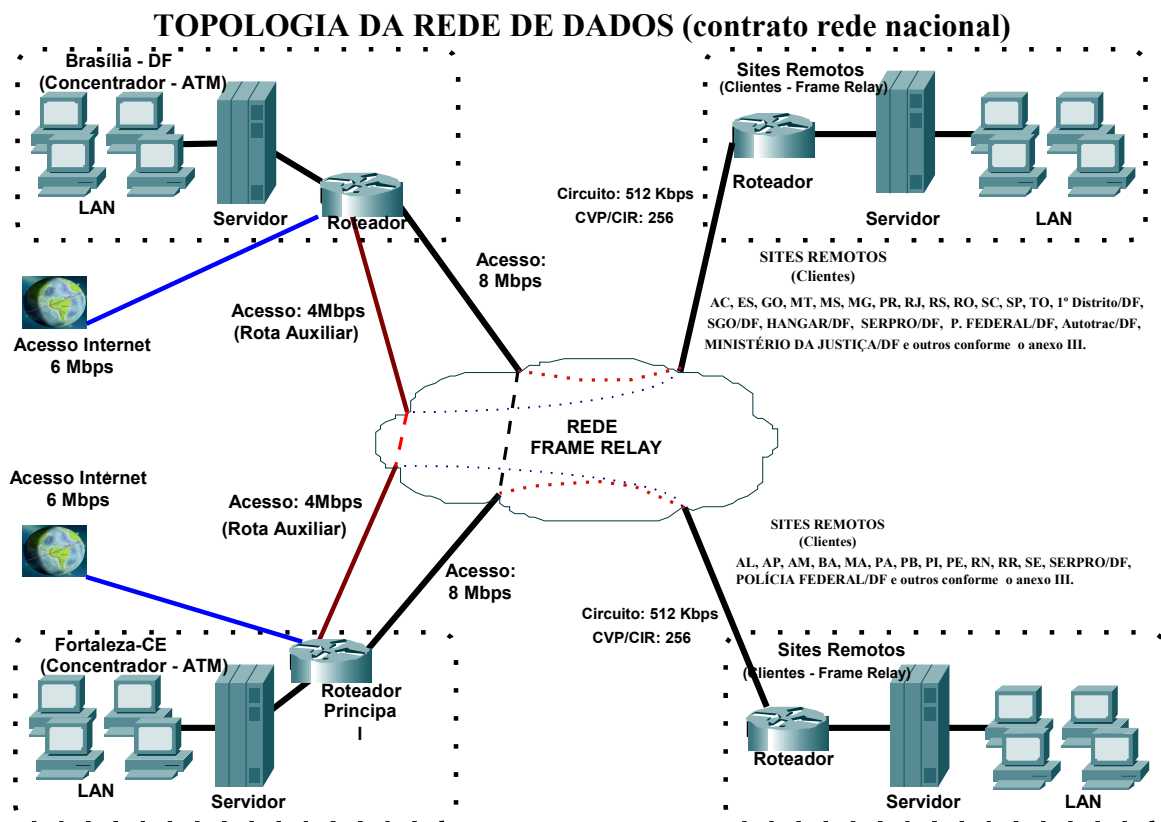
1835-0001 - Nacional - 30107 (unidade provida com os sistemas de comunicação/unidade) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico		525	525	100
Financeiro	19.000.000		18.982.692	99,91

1835-0101 - Nacional (Crédito Extraordinário) - 30107 (-/-) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	13.879.000		10.886.268	78,44

A Rede da **POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL** é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como: **INFOSEG**, medida em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal; **BR-Brasil**, ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de Policiamento e fiscalização; **ALERTA**, de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos; **Sistema de Multas**, visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em Lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da **POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, já que os estados não os compartilham entre si, razão pela qual a necessidade de sua implantação.

No ano de 2004, foi feito o contrato da rede de dados, que prevê: 02 (dois) cores, sendo um no Departamento em Brasília/DF e o outro na sede da Superintendência em Fortaleza/CE, ambos com saída de internet e entre eles com 02 (dois) links, sendo um principal e um backup, utilizando ATM.

Cabe informar que o referido contrato contempla 02 (dois) links, um principal e um backup, interligando as sedes das Regionais aos cores, conforme topologia abaixo. As Regionais do sul, sudeste, centro-oeste e mais Rondônia e Acre são interligadas ao link principal de Brasília/DF e o backup a Fortaleza/CE, bem como, as Regionais do norte e nordeste são interligadas ao link principal de Fortaleza/CE e o backup a Brasília/DF, utilizando frame-relay. No contrato da rede nacional, também são atendidos 80 (oitenta) postos e delegacias, distribuídos em várias regionais



Vale lembrar, que no ano de 2004, foram iniciados os contratos das redes regionais que tiveram continuidade em 2005, 2006 e 2007:

- Departamento (sede, hangar e garajão) – são 378 microcomputadores na sede, 4 no garajão e 68 no hangar
- 1ª SPRF/GO – Possui rede em 23 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 87 microcomputadores, nos postos 29 e 15 nas Delegacias.
- 2ª SPRF/MT – Possui rede em 26 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 64 microcomputadores, nos postos 21 e 10 nas Delegacias.
- 3ª SPRF/MS – Possui rede em 29 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 105 microcomputadores e 30 nos postos e 10 nas Delegacias.
- 4ª SPRF/MG – Possui rede em 46 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 102 microcomputadores e 50 nos postos e 54 nas Delegacias.
- 5ª SPRF/RJ – Possui rede em 37 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 62 microcomputadores e 27 nos postos 21 nas Delegacias.
- 6ª SPRF/SP – Possui rede em 30 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 77 microcomputadores e 28 nos postos e 20 nas Delegacias.
- 7ª SPRF/PR – Possui rede em 20 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 101 microcomputadores e 32 nos postos e 15 nas Delegacias.
- 8ª SPRF/SC – Possui rede em 34 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 93 microcomputadores e 57 nos postos e 23 nas Delegacias.
- 9ª SPRF/RS – Possui rede em 49 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 112 microcomputadores e 70 nos postos e 39 nas Delegacias.
- 10ª SPRF/BA – Possui rede em 38 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 76 microcomputadores e 32 nos postos e 24 nas Delegacias.
- 11ª SPRF/PE – Possui rede em 29 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 85 microcomputadores e 29 nos postos e 20 nas Delegacias.
- 12ª SPRF/ES – Possui rede em 7 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 55 microcomputadores, 14 nos postos e 10 nas Delegacias.
- 13ª SPRF/AL – Possui rede em 9 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 50 microcomputadores e 14 nos postos e 9 nas Delegacias.
- 14ª SPRF/PB – Possui rede em 14 ponto de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 53 microcomputadores e 9 nos postos e 8 nas Delegacias.
- 15ª SPRF/RN – Possui rede em 10 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 64 microcomputadores e 15 nos postos.
- 16ª SPRF/CE – Possui rede em 20 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 125 microcomputadores e 21 nos postos e 12 nas Delegacias.
- 17ª SPRF/PI – Possui rede em 14 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 56 microcomputadores e 8 nos postos e 6 nas Delegacias.
- 18ª SPRF/MA – Possui rede em 25 ponto de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 82 microcomputadores e 12 nos postos e 9 nas Delegacias.
- 19ª SPRF/PA – Possui rede em 14 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 63 microcomputadores e 14 nos postos e 10 nas Delegacias.
- 20ª SPRF/SE – Possui rede em 8 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 66 microcomputadores e 8 nos postos e 4 nas Delegacias.

- 21ª SPRF/RO/AC – Possui rede em 8 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 62 microcomputadores e 6 nos postos e 8 nas Delegacias.
- 1º DPRF/DF – Possui rede em 5 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 37 microcomputadores e 6 nos postos.
- 2º DPRF/TO – Possui rede em 7 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 43 microcomputadores e 12 nos postos.
- 3º DPRF/AM – Possui rede em 5 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 40 microcomputadores e 06 nos postos.
- 4º DPRF/AP – Possui rede em 2 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 17 microcomputadores e 03 no posto.
- 5º DPRF/RR – Possui rede em 2 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 21 microcomputadores e 02 no posto.

Resumindo, no contrato anterior da rede de dados possuíamos 142 pontos de acesso dedicado e mais 150 acessos discados e nos atuais contratos da rede de dados Nacional e das Regionais passamos a ter 519 acessos dedicados e 10 acessos discados.

Salienta-se que tal topologia será modificada, pois já está em andamento o projeto de migração para tecnologia de rede MPLS. Com essa migração irão desaparecer os links backups e teremos a incorporação de pontos de alguns contratos Regionais. Tal solução trará aumento dos links com redução de custo, bem como permitindo uma maior integração entre as redes devido a topologia full-mesh que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e hub-and-spoke para dados.

Registramos que a programação do exercício de 2007, foi realizada em reunião de trabalho em 2006, entre a CGPPLAM e todos os Núcleos de Telemática, onde verificou-se todas as necessidades para dar continuidade a modernização da Polícia Rodoviária Federal. Vale lembrar que o recurso inicialmente previsto na LOA não era suficiente para atender todas as demandas, sendo assim, foi pleiteado o crédito suplementar para atender as demandas de 2007. Contudo, além da demanda do exercício de 2007, foi possível antecipar e dar continuidade a alguns projetos que estavam previstos para o exercício de 2008, tais como: sistema VOIP, talão eletrônico, licença do banco de dados, sistema de segurança da informação, dentre outros.

Na área de radiocomunicação foi efetuado um pregão do tipo registro de preço, no qual estão contemplados a manutenção e aquisição de torres. Tal processo usará o recurso do crédito extraordinário que não foi utilizado na sua totalidade em 2007. Foi também feita uma adesão – por parte de quatro regionais e utilizando o recurso extraordinário – a um registro de preço do Exército – no qual foram adquiridos 166 rádios HT's e 87 rádios móveis. Todos banda baixa. Para completar as necessidades de 2008 será necessário a compra de 66 rádios móveis e 183 rádios HT's. Todos banda baixa.

Parte do crédito extraordinário, referente a custeio serviu para normalizar os contratos continuados de rede de dados de 2007, bem como aquisição de material de consumo (memórias, HD, processadores, dentre outros) e manutenções de torres, rádios e equipamentos de informática.

O empenho de 1000 PDA's (talões eletrônicos) e 810 impressoras térmicas deu início à execução do Projeto Tecnologia e Sistemas integrados, que traz um grande avanço tecnológico na área fim. Nesse momento todas as regionais trabalham para contratar o serviço de conectividade, possibilitando que seja implementado o módulo de consulta nos equipamentos. Tal projeto visa melhor atendimento a sociedade no tocante a segurança das pessoas que transitam nas rodovias federais uma vez que os veículos serão pesquisados ainda dentro de uma viatura em ronda e após confirmadas as irregularidades estes veículos serão abordados com maior segurança para os Policiais e usuários.

No ano de 2007 foram adquiridos 02 no-breaks de 30KVa e 02 condicionadores de ar para a central de processamento de dados do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Também

foram adquiridos para o CPD, 03 servidores de rede bi-processados com uma economia de 44,81% em relação ao preço fixado no edital. Para completar a solução automática de backup foi adquirida uma unidade automatizada de backup (library), dessa forma o DPRF possui em seu CPD uma tecnologia confiável para o armazenamento de dados. Também para o CPD foram empenhados detectores de temperatura, fogo e fumaça, além de uma central para gerenciar esses equipamentos, buscando assim um nível maior de segurança para os diversos equipamentos instalados naquele ambiente. E para proteger os dados armazenados em fitas e discos foi empenhado um cofre anti-chamas com proteção magnética para a proteção dos mesmos. Tal projeto visa a confiabilidade das informações que estão armazenadas no CPD em Brasília salvaguardando alguns milhões de reais em dados;

Através do pregão nº47, onde foram licitados 19 itens para todas as superintendências e distritos regionais, o DPRF empenhou 396 monitores LCD de 17", 457 estações de trabalho, 134 impressoras laser, 187 no-breaks de 0.7KV_a, 212 no-breaks de 1.2KV_a, 12 no-breaks de 3KV_a, 35 servidores mono-processados, 26 servidores bi-processados, 38 Switches, 114 placas ATA, 452 telefones IP, 28 racks para servidores, 04 placas E-1, 05 placas Voip. Nesse pregão conseguimos uma economia total superior a 56% em relação ao preço estimado no edital. O investimento em tecnologia visa proporcionar ao usuário de nossas rodovias melhor acesso às informações e rapidez na feitura das ocorrências inerentes às atribuições da área fim;

No tocante ao crédito extraordinário, referente a investimento, informo que o mesmo foi utilizado praticamente na sua totalidade, uma vez que tivemos aquisições diversas dentro da programação do exercício de 2007 e antecipação/continuidade dos projetos de 2007/2008 (computadores, impressoras, servidores de rede, no-breaks, PDAs e impressora dos PDAs para o sistema de talão eletrônico, dentre outros conforme quadro abaixo.

Com esse crédito também foram adquiridos telefones IP's e licenças de CODECS G729 para dar continuidade no projeto VoIP. Lembro o distrito de Tocantins conseguiu reduzir os gastos com telefonia em 27% e que boa parte dessa economia se deve a utilização do VoIP.

Foram pagos nos primeiros meses do ano, débitos da rede de dados de diversas Superintendências e pagamento de aquisição de torres, equipamentos de informática e telecomunicações referente a exercícios anteriores, sendo que o valor total referente a torres não foi executado devido ao não atendimento técnico, por parte da Empresa Contratada, de condições previstas no edital e contrato.

Além disso foram adquiridos diversos equipamentos com o recurso da conta 1835, conforme quadro abaixo:

- Material Permanente (Crédito Ordinário -Recurso 1835)

EQUIPAMENTO	TOTAL
ADAPTADOR TELEFÔNICO	12
APARELHO DE FAX	23
APARELHO TELEFÔNICO	136
BANDEJA SUPORTE	2
CABO REDE COMPUTADOR	3
CENTRAL TELEFÔNICA DIGITAL	7
CHAVEADORA	5
COLETOR DADOS	4
COMPUTADOR	62
CONCENTRADOR	26
CONVERSOR DE IMPEDÂNCIA	1
EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	468
ESTABILIZADOR	198
ESTANTE RACK	6
FITA GRAVAÇÃO DADOS	4
FONE OUVIDO	10
GAVETA DISCO RIGIDO	2
IMPRESSORA LASER	67
IMPRESSORA MULTIFUNÇÃO	21
IMPRESSORA TÉRMICA	2
INTERFACE CELULAR	1
PENDRIVE	5
MODULADOR DEMODULADOR	20
Módulo para placa PABX	2
MONITOR VIDEO LCD 17	46
MONITOR VIDEO LCD 19	23
MÓVEL MULTISORACK	1
FECHADO	1
NOBREAK	111
NOBREAK 30KVA	2
PLACA MAE	1
PLACA PABX	2
RÉGUA ELÉTRICA	3
SERVIDOR DE REDE	12
SISTEMA CONTROL DE ACESSO	1
SWITCH	11
TELEFONE COMUNICAÇÃO SATÉLITE	18
TELEFONE SEM FIO	32
TRANSECTOR CONVERSOR	6
WIRELESS ROTEADOR	8

- Material Permanente (Crédito Extraordinário)

EQUIPAMENTO	TOTAL
PDA'S	1000
IMPRESSORAS PARA PDA'S	810
MONITOR DE LCD 17	425
IMPRESSORA A LASER	137
NOBREAK 700	187
NOBREAK 1200	200
NOBREAK 3000	12
SWITCH 24 PORTAS	52
SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000	40
ADAPTADOR ATA	100
TELEFONE IP	434
RACK	25
COMPUTADOR	443
SERVIDOR MONOPROCESS	35
DISCO RIGIDO PARA STORAGE	10
PLACA E1 TIPO II	3
RADIO HT BB	252
RADIO MOVEL BB	87
GRUPO GERADOR	2
PROJETOR MULTIMIDIA	5
APARELHO DE FAX	11
SWITCH 8 PORTAS	106
SERVIDORES BIPROCESS	2
NOTEBOOK	50
ACCESS POINT	5
CHAVEADORA	5
ESTABILIZADOR	15
SUPRESSOR DE SURTO	130
MONITOR DE LCD 19	3
ROTEADOR WI-FI	3
CAPA PARA NOTEBOOK	5
PENDRIVE 2GB	10
RADIO PORTATIL	15
TELEFONE SEM FIO	43
CENTRAL TELEFÔNICA DIGITAL	2
NOBREAK 10KVA	3
NOBREAK 1400	2
PLACA PC/TV	3
NOBREAK 7,5 KVA	1
PLACA DE RAMAIS PABX	8
IDENTIF. DE CHAMADA	8

• **Ação7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

7061-0001 - Nacional - 30107 (veículo adquirido/unidade) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	2.054,00		318	15,48
Financeiro	17.320.000		17.246.128	99

A viatura é o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, para realização das suas responsabilidades institucionais. Devido a intensa utilização, estes bens se depreciam rapidamente, aumentando os custos com manutenção e as paradas para realização de consertos. A fim de maximizar o trabalho do policial na pista e diminuir os custos de manutenção, verificou-se que a tempo de vida útil da viatura seria de no máximo 4 anos. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25 % das viaturas a cada ano, para que em 4 anos todas as viaturas estejam com vida útil adequada.

Em 2007, foram adquiridas 319 viaturas operacionais, conforme quadro abaixo:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA	
Descrição	Quantidade
Motos Harley Davidson	100
GM Astra Sedan	31
Ford Focus Sedan	63
GM Blazer	118
Ambulância Ducato	2
Microônibus Unibus	2
Furgão MB-Posto Móvel	3
Total	319

Houve um erro, na estimativa da meta física na LOA 2007, a meta física na PLOA era de 40 veículos, para um orçamento de R\$ 3.200.000,00, porém, devido à emenda parlamentar de R\$ 13.175.000,00, a meta foi superestimada para 2.054 veículos, quando proporcionalmente ao que estava na PLOA deveria ser de 204 veículos.

4.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.2.1. Principais Ações do Programa

- 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
- 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
- 2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
- 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
- 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
- 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- 4641 Publicidade de Utilidade Pública

- 86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.2.2. Gestão das Ações

- **Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações crít
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

O orçamento destinado a Ação para programas de apoio aos servidores, no ano de 2007, apesar de ser insuficiente para os projetos apresentados, não foi gasto na sua totalidade, porque os projetos estão muito além do orçamentário. Após uma adequação do orçamentário, os programas começaram a ser executados, com certa morosidade nas compras, por parte dos financeiros das regionais. Por ser uma ação nova, ainda desperta dúvidas quanto a natureza dos gastos, sendo necessário uma adaptação em todos os níveis. Com relação aos gestores regionais, aconteceram algumas alterações, muitos deixaram de ser gestores ao longo do período, outros entraram de licença, dificultando assim a execução dos projetos.

- Na tabela abaixo temos os empenhos liquidados na ação.

<i>Regional</i>	<i>Empenho Liquidado</i>	<i>Regional</i>	<i>Empenho Liquidado</i>
4ª SRPRF/MG	2.609,21	5ª SRPRF/RJ	2.122,61
6ª SRPRF/SP	5.874,90	7ª SRPRF/PR	7.740,00
9ª SRPRF/RS	5.134,00	2ª SRPRF/MT	2.777,24
8ª SRPRF/SC	5.036,80	12ª SRPRF/ES	7.249,61
3ª SRPRF/MS	7.489,08	20ª SRRF/SE	8.705,00
21ª SRPRF/RO	7.480,23	15ª SRPRF/RN	9.961,50
DPRF		3.105,00	
TOTAL		75.285,18	

- Na tabela abaixo temos os números de servidores que foram beneficiados pela ação.

<i>Regional</i>	<i>Quantidade de vidas</i>
4ª SRPRF/MG	400
5ª SRPRF/RJ	50
6ª SRPRF/SP	400
7ª SRPRF/PR	160
9ª SRPRF/RS	80
2ª SRPRF/MT	250
8ª SRPRF/SC	300
12ª SRPRF/ES	100
3ª SRPRF/MS	45
20ª SRPRF/SE	120
21ª SRPRF/RO	230
15ª SRPRF/RN	220
SEDE	300
TOTAL	2655

- Atividades desenvolvidas em cada regional

- 4ª SRPRF/MG – O Programa desenvolvido foi voltado para a prevenção, com palestras e vacinação contra diversas doenças. O orçamento gasto foi utilizado para acompanhamento de servidores em licença médica psiquiátrica, principalmente com diárias para os profissionais competentes.

- 5ª SRPRF/RJ – A 5ª Superintendência realizou acompanhamento de servidores que estão de licença médica psiquiátrica, com deslocamento de profissionais competentes. O orçamento foi gasto com diárias.

- 6ª SRPRF/SP – A 6ª Superintendência realizou um mapeamento das expectativas profissionais dos servidores. O orçamento foi gasto na compra de testes e diária para deslocamento.

- 7ª SRPRF/PR – A 7ª Superintendência desenvolveu um programa de qualidade de vida e utilizou o orçamento para a contratação de profissional especializado.

- 9ª SRPRF/RS – A 9ª Superintendência realizou um mapeamento das expectativas dos servidores do DPRF, para realizar uma proposta inicial de construção de um plano de ações que promovam tanto a Saúde Organizacional quanto a Saúde dos Trabalhadores. O orçamento foi gasto na compra de testes e de pagamento de diárias para o desenvolvimento do trabalho nas delegacias.

- 2ª SRPRF/MT – A 2ª Superintendência elaborou programas para a prática da atividade física, avaliações de saúde dos servidores da Sede PRF, Delegacias e Postos PRF mais próximos à cidade de Cuiabá. Realizou consultas, mapeamento de problemas de ordem pessoal com orientações importantes quanto a atividade física, educação nutricional, ergonomia, organização do trabalho, doenças ocupacionais, realização de massagem

craniana, reflexologia, massagem relaxante, massagem Quik realizada pelos alunos e orientados pela professora supervisora, do UNIVAG, apresentação de atividades, como Karatê tradicional e defesa pessoal, e terapias alternativas, como Acupuntura. O orçamento foi gasto com material específico.

- 8ª SRPRF/SC – A 8ª Superintendência realizou um programa preventivo, com a participação de profissionais da área de saúde. Onde foram abordados assuntos como o stress e a obesidade. O orçamento foi gasto com a aquisição de material específico e pagamento de diárias.

- 12ª SRPRF/ES – A 12ª Superintendência gastou o orçamento com material lúdico e material hospitalar, este último não previsto no projeto de acompanhamento psicossocial.

- 3ª SRPRF/MS – A 3ª Superintendência utilizou o orçamento para a contratação de profissional especializado para o desenvolvimento do Projeto de Qualidade de Vida.

- 20ª SRPRF/SE – A 20ª SRPRF utilizou o orçamento para a realização de um programa de qualidade de vida dos servidores.

- 21ª SRPRF/RO – A 21ª Superintendência realizou um programa de qualidade de vida e utilizou o recurso para a contratação de profissional especializado, compra de equipamento específico e diária para desenvolver o programa nos postos do interior.

- 15ª SRPRF/RN – A 15ª Superintendência utilizou o recurso para desenvolver um programa de desenvolvimento da atividade física.

- SEDE – O Departamento utilizou o recurso com a compra de equipamento para desenvolvimento de dinâmicas de grupo voltadas para o PROSSERV- Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável.

• AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativa
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

A Divisão de Modernização e Tecnologias/CGPLAM (DIMOT), dentro de sua competência de propor e promover a realização de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento e à absorção de novas tecnologias e de instrumentos de modernização operacional e administrativa,

desenvolve projetos que busquem a máxima eficácia nas atividades operacionais, como os projetos de monitoramento de pátios de postos, contadores volumétricos e radares fotográficos no controle de velocidade nas rodovias federais além do monitoramento de viaturas e aquisição de 457 estações de trabalho para todos os postos de Polícia Rodoviária Federal.

Para aumentar a eficiência na vigilância dos pátios e monitoramento de rodovias federais, foram empenhados sistemas de monitoramento de pátios para 72 postos, totalizando o valor de R\$ 2.575.950,00. Os sistemas serão instalados nas seguintes regionais: 1ªSRPRF/GO, 3ªSRPRF/MS, 5ªSRPRF/RJ, 6ªSRPRF/SP, 7ªSRPRF/PR, 8ªSRPRF/SC, 9ªSRPRF/RS, 10ªSRPRF/BA, 12ªSRPRF/ES, 16ªSRPRF/CE, 17ªSRPRF/PI, 19ªSRPRF/PA, 21ªSRPRF/RO, 1ºDRPRF/DF e 2ºDRPRF/TO. As imagens serão armazenadas em discos e poderão ser acessadas por qualquer policial que possua acesso ao sistema. A licitação contempla todas as regionais, porém nesse primeiro momento, os sistemas serão instalados apenas nas regionais citadas acima. O impacto de tal projeto na sociedade é o de melhor visibilidade das rodovias por parte dos operadores destes sistemas que são constituídos por câmeras (PTZ) que possibilita o manejo tanto bascular quanto vertical além do zoom adotado para melhor observação do ambiente de sua instalação; O sistema se baseia na tecnologia de gravação digital de imagens em uma unidade DVR local (Gravadores Digitais de Vídeo), com possibilidade de acesso remoto via rede com protocolo TCP/IP ou linha telefônica. As funcionalidades desse sistema são detalhadas no termo de referência e foram definidas de acordo com as necessidades de segurança dos locais a monitorar. As câmeras deverão ser dotadas de capacidade de visualização diurna e noturna com iluminação zero, com auxílio de iluminadores de infravermelho sobre seu campo de visualização. As câmeras deverão ser instaladas e ajustadas para cobrir os pátios de veículos, devendo ser instaladas em postes de fixação com altura mínima de 5,0 metros, sendo direcionadas para a parte interior dos pátios;

Também serão instalados nos postos os contadores volumétricos para otimizar o cálculo do volume de tráfego, podendo ser acessado a qualquer momento a partir do computador instalado no posto. Para a primeira fase, serão contempladas as seguintes regionais: 4ªSRPRF/MG com 120 equipamentos, 6ªSRPRF/SP com 72 equipamentos, 9ªSRPRF/RS com 56 equipamentos e o 1ºDRPRF/DF com 14 equipamentos. O valor total do empenho foi de R\$3.286.580,00. A necessidade de possuímos dados confiáveis do volume de tráfego, que subsidiarão decisões da Coordenação-Geral de Operações, bem como será de grande utilidade para os usuários das rodovias federais, pois pretende-se criar um sistema onde o mesmo poderá consultar no site do Departamento de Polícia Rodoviária Federal o fluxo de veículos em determinado local. As informações adquiridas com a contagem volumétrica também servirão de base para futuros projetos nas rodovias federais, para a lotação de servidores nos postos com maior fluxo de veículos, assim como serão usadas para a análise de dados estatísticos, onde teremos números reais da relação de tráfego de veículos com a quantidade de acidentes.

No Estado do RJ foram instalados em 30 viaturas operacionais equipamentos de rastreamento através de GPS e controle de frota. A solução plota em um mapa a localização exata da viatura no momento bem como sua velocidade, rotação do motor e outros. O módulo de controle de frota vai nos indicar a proximidade da troca de óleo, fluido de freio, direção hidráulica e outros itens de manutenção. Também mostrará se houve excesso de velocidade, excesso do uso de marcha lenta. Esse controle visa aumentar a vida útil das viaturas operacionais e melhor performance no apontamento de localização de viaturas.

Houve grande demanda no tocante aos radares fotográficos quanto a mudança de configuração dos equipamentos a pedido da Divisão de Multas e Penalidades e manutenção de todos os medidores de velocidade, serviços desde aferições até recuperação dos mesmos foram feitos sem contudo impactar em custos na ação.

A Divisão de Modernização e Tecnologias/CGPLAM buscou a todo momento atender as necessidades do policial que trabalha na área fim, pois entende que estes são nosso clientes, e que com ferramentas mais modernas podem executar os trabalhos com maior eficiência.

• **AÇÃO 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (policial formado/capacitado/unidade)		908	11.410,00	1.256,61
Financeiro	R\$ 1.650.000,00		R\$ 1.588.883,00	96,3

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A Coordenação de Ensino busca promover a formação humana e profissional dos servidores deste Departamento permanentemente, para a atuação responsável e segura na sociedade,

buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

No exercício de 2007 foram implementadas diversas ações de capacitação conforme se vê nos dados constantes abaixo.

– **Ações de capacitação realizadas:**

Foram qualificados em termos gerais 23.345 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e cinco) servidores, sendo 14.237 (quatorze mil e duzentos e trinta e sete) servidores capacitados através de cursos presenciais e 9.108 (nove mil, cento e oito) servidores capacitados através do ensino a distância.

Foram realizadas diversas ações de capacitação no exercício de 2007. Chamamos a especial atenção para o Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC, visando a atuação da Polícia Rodoviária Federal nas atividades de segurança no Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, sendo capacitados um total de 323 (trezentos e vinte e três) PRF's de todas as Regionais do DPRF. Vale ressaltar que aproximadamente 800 (oitocentos) policiais que participaram da segurança do Pan-Americano receberam treinamento em diversas áreas.

Outra importante ação de capacitação que teve início no último semestre de 2007 e continuará durante o ano de 2008 é o Programa de Atualização para o

Efetivo Policial, dividido em quatro módulos, que tem como um dos objetivos levar conhecimento aos policiais em suas próprias Delegacias. Foram capacitados 3.333 (três mil, trezentos e trinta e três) policiais no módulo I, que abrange as disciplinas de Técnicas de Abordagem e Técnicas de Defesa Policial.

No ano de 2007 foi iniciado o Projeto “Corregedoria Participativa” com realização de um ciclo de palestras com a finalidade de mostrar ao servidor a importância e a necessidade de se ter a excelência como padrão na prestação de serviços a sociedade. As palestras atenderam a 2673 (dois mil e seiscentos e setenta e três) servidores nos estados do RJ, RS, SC, PR, BA, AL, SE, ES, SP, além do DF (1º DRPRF/DF e Sede). O projeto deverá ser concluído no ano de 2008.

Nas áreas de Gestão Administrativa do DPRF, foram realizados encontros e reuniões em todas as áreas administrativas com o objetivo de reunir os servidores de diversas regionais com a finalidade de se buscar a excelência nos trabalhos desenvolvidos.

Em convênio com a Organização Internacional do Trabalho – OIT /Organização das Nações Unidas - ONU continuamos com a qualificação de servidores na área de Combate ao Tráfico de Pessoas e Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Entre os eventos relacionados ao assunto, ocorreu o Simpósio “Juventude, Policiamento e Cidadania”, que envolveu PRF's, demais agentes das áreas de segurança e crianças e adolescentes.

Em 2007, foram realizadas diversas campanhas educativas na área de Educação de Trânsito, como o projeto FETRAN na 2ª SRPRF/MT, FEATRAN na 13ª SRPRF/AL e a parceria com o Programa Siga Bem Caminhoneiro, atingindo diretamente cerca de 9.000 (nove mil) pessoas, entre outras atividades ligadas à área. Com todas as ações de educação para o trânsito, um total de **1.954.626 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e seis)** de pessoas foram orientadas.

A Coordenação de Ensino deu continuidade ao programa de Educação a Distância, através do Projeto PRF@ONLINE, UnED e SEAT/SENASP, além de incentivar os servidores a fazerem cursos na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Foram disponibilizados cursos a distância pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, sendo que foram qualificados um total de 9.108 (nove mil, cento e oito) servidores.

Durante todo o ano foram realizados vários cursos de Redação Oficial de Documentos do DPRF, de acordo com as solicitações de cada Regional e das áreas administrativas da Sede do DPRF num total de 409 (quatrocentos e nove) servidores atendidos entre policiais, servidores administrativos, contratados e estagiários.

Outra importante ação de capacitação realizada durante o ano de 2007, foram as capacitações realizadas para o público externo, mostrando o reconhecimento do trabalho realizado pela Coordenação de Ensino. Atendemos a diversas solicitações de instituições da área de segurança e outras, para a participação de alguns de seus integrantes em eventos de capacitação realizados pela nossa instituição de acordo com a necessidade de cada órgão. Foram cedidas 1.475 (mil quatrocentos e setenta e cinco) vagas, solicitadas por 80 (oitenta) instituições diferentes em 42 (quarenta) eventos realizados pela PRF, entre Cursos, Treinamentos e Palestras.

• AÇÃO 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (servidor capacitado/unidade)		229	4.846,00	2.116,16
Financeiro	R\$ 275.000,00		R\$ 261.737,00	95,18

O texto sobre o resultado desta ação, está contido nos comentários sobre a ação 2524, que é uma ação semelhante a da 4572.

• **Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnica. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais- (rodovia policiada/km)				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico		62.000,00	62.000,00	100
Financeiro	R\$	59.298.000,00	R\$ 58.466.183,00	98,6

A ação de policiamento ostensivo foi dividida em 07 planos internos para fins de acompanhamento gerencial dos custos das despesas mais relevantes, conforme quadro abaixo:

Projeto/Atividade	Plano Interno	Descrição	Empenhos Emitidos
2723	1402UF	AQUISICAO DE UNIFORMES/FARDAMENTO	R\$ 3.364.884,17
	1408AV	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS -NACIONAL	R\$ 6.217.803,93
	1408E	ABASTECIMENTO DA FROTA DO DPRF	R\$ 25.964.517,84
	1408H	MANUTENCAO DA FROTA DO DPRF	R\$ 12.231.371,94
	1408J	PAGAMENTO DE DIARIAS DE OPERACOES DA DPRF	R\$ 1.566.630,81
	1408L	AQUISICAO DE MATERIAL E SRV.POLICIAMENTO	R\$ 8.981.341,57
	1408VS	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ROD. E ESTR. FED.	R\$ 139.732,73

A maior despesa desta ação é a que trata da aquisição de combustíveis. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da polícia rodoviária federal. Devido às restrições orçamentárias no início do ano, foi verificado que o recurso existente era suficiente para cobrir os gastos apenas até o mês de outubro. Neste sentido, foi solicitado às regionais a diminuição dos gastos com combustíveis e realizada a solicitação de crédito suplementar, que foi liberado em 31/08/2007.

As despesas com manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. Visando ter maior controle sobre as manutenções de viaturas, foi iniciado o projeto do sistema RODOFROTA que está em fase de testes, e permitirá ter o controle automatizado sobre todos os custos de manutenção de cada viatura. O DPRF tem procurado realizar um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões de viaturas inservíveis.

Em 2007, em virtude do crédito extraordinário, foi possível aumentar os recursos para investimentos de R\$ 1.900.000,00 para R\$ 6.251.000,00. Foram adquiridos os seguintes bens:

MATERIAL PERMANENTE	QUANTIDADES
CONTADORES VOLUMETRICOS	262
COLETES A PROVA DE BALAS	3661
ETILOMETROS	60
PISTOLA CALIBRE PONTO 40.	171
UNIDADES DE FORÇA EXTERNA PARA PARTIDA E MANUTENCAO DE AERONAVES-GPU.	10
EQUIPAMENTO DE RECARGA DE MUNIÇÃO - KIT	26

Destacam-se as aquisições dos contadores volumétricos, que possibilitaram a medição do volume médio diário de circulação de veículos nas rodovias. Este indicador possibilitará a análise dos índices de acidentes e mortes, proporcionalmente ao número de veículos que trafegam nas rodovias, a fim de se estabelecer metas de redução de acidentes, adequadas a cada realidade de trechos rodoviários. É de se ressaltar também, a compra de coletes balísticos, para substituição daqueles que estão próximos a data de vencimento, e para suprir a demanda de necessidades de regionais que ainda não dispunham de coletes para todo efetivo. Foram também adquiridos etilômetros, a fim de aumentar a fiscalização sobre condutores alcoolizados.

• **Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto		Atual	
			Realizado	%
Físico (operação realizada/unidade)		46	51	110,87
Financeiro	R\$	528.000,00	R\$	434.908,00
				82,37

Durante o ano de 2007 foi destinado à atividade de Inteligência do DPRF R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais) para atender 21 (vinte e um) Núcleos de Inteligência, localizados nas 21 (vinte e uma) Superintendências Regionais e 05 (cinco) Serviços de Inteligência, localizados nos Distritos. Posteriormente, foram disponibilizados mais R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) como crédito suplementar.

Ao todo foram executados R\$ 434.908,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e oito reais), ou seja, 82,37% do orçamento disponibilizado, deixando de ser executado na totalidade por dois motivos: por falta de tempo hábil, vez que o crédito suplementar foi liberado muito próximo ao fechamento do prazo e, outra parte, pela gestão inadequada dada ao recurso em determinada Regional, para a qual o mesmo havia sido direcionado.

Inicialmente foram previstas a realização de 45 (quarenta e cinco) operações sendo que a execução ultrapassou a previsão, sendo realizadas 51 (cinquenta e uma) operações de inteligência no total.

Como resultado das operações realizadas no ano de 2007, foram presas/detidas 603 (seiscentas e três) pessoas, apreendidos 117 (cento e dezessete) veículos, 439.92 kg (quatrocentos e trinta e nove quilos e noventa e duas gramas) de cocaína, 3.500 kg (três mil e quinhentos quilos) de maconha, 18.394 (dezoito mil, trezentos e noventa e quatro) comprimidos de anfetaminas, 633 (seiscentos e trinta e três) comprimidos de ecstasy, 2,165 kg (dois quilos e cento e sessenta e cinco gramas) de crack, 1,5 kg (um quilo e quinhentos gramas) de skank, 29 (vinte e nove) pedras de haxixe, 05 (cinco) adesivos de LSD, 322 (trezentos e vinte) ampolas, 121 (cento e vinte e um) frascos e 1000 comprimidos, todos de anabolizantes; 31 (trinta e uma) armas entre revólveres, pistolas, armas longas e um fuzil; mais de 80.000 (oitenta mil) itens de contrabando e descaminho entre outros itens como combustível irregular, animais silvestres, bebidas, produtos de extração vegetal e animal, máquinas caça-niqueis, etc.

Foram adquiridos, como material permanente para equipar os Núcleos, Serviços e a Coordenação de Inteligência: 04 (quatro) máquinas fotográficas digitais sem projeção de lente, 04 (quatro) máquinas digitais de alta resolução a médias e longas distâncias, 09 (nove) visores tipo binocular, 10 filmadoras com armazenamento em HD e 10 GPS.

• Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Atividades de Saúde nas Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (equipe instalada e disponível/unidade)		3	114	3.800,00
Financeiro	R\$ 737.000,00		R\$ 644.729,00	87,48

Investimentos:

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela Ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração, com posterior distribuição dos mesmos para as regionais. Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde.

Dentre as proposições feitas, têm-se os seguintes processos:

Materiais Permanentes:

- Processo nº 08650000886/2007-23 referente à compra de equipamentos para atendimento pré-hospitalar e resgate, neste caso aquisição de Desfibriladores e Oxímetros para as atividades de resgate nas rodovias (Pregão 011/2007). Foram adquiridos 12 DESFIBRILADORES e 12 OXÍMETROS.

- Processo nº 08650000887/2007-78 referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso Equipamentos para Triagem na Sanidade Física em Medicina de Tráfego dos motoristas profissionais que participaram dos CSR (Pregão 013/2007). Foram adquiridos 16 equipamentos.

- Processo nº 08650000888/2007-12 referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aparelhos para a determinação de glicemia, triglicérides e colesterol (Pregão 011/2007). Foram adquiridos 35 APARELHOS ACCUTREND GCT.

- Processo nº 08650000902/2007-88 referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso Balança de Bioimpedância e Balança Antropométrica (Pregão 011/2007). Foram adquiridas 14 BALANÇAS DE BIOIMPEDÂNCIA e 20 BALANÇAS ANTROPOMÉTRICAS.

- Processo nº 08650001313/2007-17 referente à compra de equipamentos para atendimento pré-hospitalar e resgate sendo aquisição de Desfibrilador Externo Automático (treinamento) , cardioversor com marcapasso e aparelho de determinação de enzimas cardíacas (Pregão 024/2007). Foram adquiridos 06 DESFIBRILADORES DE TREINAMENTO, 01 CARDIOVERSOR e 01 APARELHO DE DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS CARDÍACAS.

- Processo nº 08650001984/2007-88 referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aparelhos de bioimpedância , estetoscópios, esfigmomanômetros aneróides, monitores de pressão digital e reanimadores manuais adulto (Pregão 043/2007). Foram adquiridos 112 APARELHOS DE BIOIMPEDÂNCIA, 75 ESTETOSCÓPIOS, 60 ESFIGMOMANÔMETROS ANERÓIDES, 75 MONITORES DE PRESSÃO DIGITAL, 50 REANIMADORES MANUAIS ADULTO.

- Houve também uma compra descentralizada, realizada pela 7ªSRPRF/PR, de 04 APARELHOS ACCUTREND GCT, 02 ESFIGMOMANÔMETROS e 02 ESTETOSCÓPIOS.

O montante financeiro executado, relativo a Ação, no que concerne a parte de investimento foi de R\$ 313.885,54, o que representa 98% de aplicação dos recursos disponibilizados.

Custeio:

Dentro do planejamento para realização das atividades previstas para 2007, seguiu-se a mesma filosofia dos anos anteriores. Dada as peculiaridades regionais, a verba destinada ao custeio das atividades, ou seja, aquisição de materiais de consumo, foi dividida por regionais segundo critérios estabelecidos pela Divisão de Saúde, de acordo com as atividades executadas em 2006.

Porém, muitas regionais não executaram os recursos destinados, por morosidade na elaboração de processos ou por entraves burocráticos. Dessa forma após o prazo estipulado pela Divisão para empenho, os recursos não executados foram recolhidos para que se pudesse efetuar uma compra centralizada, afim de sanar as dificuldades e permitir o fornecimento de materiais para atendimento das demandas do serviço de atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como dos Comandos de saúde nas Rodovias.

Foram adquiridos pela SEDE do DPRF diversos Materiais de Consumo, por meio dos seguintes processos:

- Processo nº 08650001983/2007-33 (Pregão 060/2007) referente à compra de materiais de consumo para atendimento pré-hospitalar e resgate, visando um atendimento de socorro de urgências mais eficaz aos usuários das rodovias federais. Com referência a este processo cita-se : álcool, atadura, bolsa para material, cânula guedel, cobertor, colar cervical, coletor para pérfuro cortantes, esparadrapo, fita para isolamento, fluxômetro, gaze, KED, conjunto para parto, lancetador, lençol descartável, luva de raspa de couro, luvas de látex (P, M, G), manta aluminizada, máscara de proteção, mochila, óculos de proteção, pás do DEA, pinça hemostática, prancha rígida, protetor de queimados, sistema de fixação da cabeça, soro fisiológico, talas aramadas, talas moldáveis, tesoura ponta romba, tirantes tipo aranha e tracionador de fêmur.

- Processo nº 08650001997/2007-57 referente à compra de materiais para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aquisição de lancetas e tiras para realização dos exames de taxas de glicose, colesterol e triglicerídeos (Pregão 024/2007 - registro de preço). Nesse caso já se buscou um mecanismo de agilizar as aquisições para 2008, ao utilizar a modalidade de registro de preços.

- Processo nº 08650001313/2007-17 referente à compra das tiras de Dímero-D, Mioglobina, NT-PROBNP e Troponina para utilização no aparelho de determinação de enzimas cardíacas (Pregão 024/2007).

O montante financeiro executado, relativo a ação, no que concerne a parte de Custeio, foi de R\$330.843,86, permitido pela liberação do recurso contingenciado. Isso representa uma aplicação de 95% do total de recursos destinados a esse fim, dentro da Ação.

Observações Gerais – Metas X Execução

Informamos que a meta física prevista na LOA 2007 está subestimada, provavelmente devido a erros de digitação, pois, nos últimos anos, a meta física sempre esteve em torno de atingir 150 equipes de saúde disponíveis, porém, em 2007, a meta física na LOA, foi de apenas 3 equipes, não sabemos de onde partiu esse erro, porém, no SIGPLAN, foi corrigido para 156 equipes, como meta para 2007.

Conforme o planejamento 2007 foram previstas 156 unidades de atendimento pré-hospitalar pronto-disponíveis, sendo 120 básicas e 36 avançadas, porém devido a limitações de recursos humanos, entraves burocráticos para compra de materiais, frota de veículos de resgate antiga que apresenta constantes baixas por problemas mecânicos, não foi possível atingir a previsão. Dada a escassez de recursos e a perspectiva de redução na renovação na frota de viaturas resgate, é provável que a meta seja revista para 2008, pois as 114 unidades em funcionamento em 2007, estão com limitações para funcionar em plenas condições, o que pode ocasionar uma expectativa baixa ou meta intangível.

É necessário um maior aporte de recursos para essa Ação, de modo a possibilitar maior aquisição de equipamentos para atualização das unidades de resgate e socorro. Aliado a isso é preciso a integração com outras ações, com aumento dos recursos disponíveis para capacitação de servidores na área de APH, compra de viaturas, bem como concurso para aumento dos recursos humanos disponíveis.

Quanto aos equipamentos, a meta foi superada, pois durante o passar do ano, foi feito um reajuste de prioridade de equipamentos, o que permitiu a aquisição de equipamentos de custo mais baixo, além de, no pregão eletrônico, a maioria dos equipamentos ficou abaixo da estimativa feita pela Divisão de Saúde e Assistência Social, e permitiu adicionar-se mais 25% dos mesmos, dentro do determinado na Lei 8666/93.

No ano de 2007, os Comandos de Saúde nas Rodovias conseguiram ser realizados com maior uniformidade, inclusive em dezembro foi realizado um treinamento com os gestores regionais com o objetivo de padronizar a realização desses eventos em âmbito nacional, treinar os gestores para manuseio dos equipamentos, mostrar as formas de se utilizar os recursos financeiros disponíveis, colher as experiências regionais para aprimoramento do evento e confeccionar um manual de procedimentos para possibilitar a propagação dos conceitos e padrões dos Comandos, de modo a permitir que numa eventual substituição de gestores nas regionais, possa-se manter o nível e qualidade dos Comandos de Saúde nas Rodovias. Foram realizados 164 Comandos em todo Brasil, com atendimento a aproximadamente 13.000 motoristas.

As principais dificuldades foram a falta de equipamentos, fato esse que impediu o preenchimento completo de todas as fichas, a padronização nos circuitos de exames, já solucionado com o I Encontro de Gestores dos Comandos de Saúde nas Rodovias, e o lançamento dos dados coletados no sistema desenvolvido para tal fim, devido a dificuldades de acesso à internet.

A parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio do convênio SAMU-DPRF, tem possibilitado um aumento e melhoria nas unidades de atendimento.

A implantação e operacionalização do Convênio 04/2004 SAMU/MS-DPRF/MJ iniciou-se no final de 2004, entretanto, o aproveitamento no ano de 2005 foi deficitário pois nenhum Termo Aditivo foi formalizado.

Para todos os Termos Aditivos, o Ministério da Saúde fez um repasse de recursos, entretanto, encontramos-nos distante da meta global do convênio, tendo como principais obstáculos: o insuficiente incentivo aos Gestores Locais do SUS (estaduais e municipais) aliado ao considerável desinteresse inerente aos mesmos; substituição corriqueira dos Gestores Locais do SUS; burocracia institucional própria do DPRF, Ministério da Saúde e Gestores Locais do SUS por ocasião da cooptação e trâmite dos instrumentos do convênio (planos e relatórios de atendimento e termos aditivos); ausência de previsão de contrapartida financeira aos respectivos SAMUs e demais entraves administrativos, a exemplo da substituição da Coordenadora-Geral de Urgência e Emergência, e considerável atraso na homologação do Orçamento Geral da União para 2007.

A ação com um excelente impacto interno e inclusive em outros órgãos, foi a Patrulha da Saúde, que se baseou nos Comandos de Saúde nas Rodovias, e trouxe o circuito de exames para os servidores do órgão, com boa aceitação e permitiu uma avaliação da situação de saúde dos servidores para desenvolvimento de ações com o objetivo de prevenir problemas de saúde, reduzir o absenteísmo e possibilitar a implantação de atividades extras de prevenção em saúde. Foram

examinadas 400 pessoas no DPRF-SEDE, e os dados estão arquivados para comparação com os dados a serem coletados em 2008.

• Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (operação realizada/unidade)		13	899	6.915,38
Financeiro	R\$ 550.000,00		R\$ 499.913,00	90,89

A informação da previsão inicial (13 operações) não partiu da CGO/DPRF e não corresponde ao programado por esta pasta (480 operações), razão pela qual, foi alterada a previsão no campo Previsão Corrigida, do SIGPLAN.

As atividades relativas a ação em tela, tem por natureza ações reativas e emergenciais, podendo causar discrepâncias entre os campos "previsões" e "realizados". Outra característica da ação é a interação operacional da PRF com outros órgãos. A partir de fevereiro, a PRF aderiu aos esforços do Governo Federal no combate aos crimes ambientais e à violência decorrente destes na ReBio GURUPI, através da Operação Força e Soberania, com despesas decorrentes de diárias e deslocamentos custeados pelo IBAMA.

Operações de destaque:

– Operação Guanabara: Realizada no Estado do Rio de Janeiro no período de 21JAN a 04FEV07 com o objetivo de intensificar ações de fiscalização para coibir o tráfico de drogas, armas e munições, o assalto ao transporte de passageiros e cargas, combater o roubo/furto de veículos e demais delitos peculiares da região metropolitana do Rio de Janeiro, promovendo intercâmbio com policiais dos NOE's participantes e ambientação para o PAN-2007,

culminando com a prisão de 15 (quinze) pessoas, a apreensão de 06 (seis) armas de fogo, recuperados 07 (sete) veículos e R\$ 10.605,00 roubados;

- Operação Guanabara II: realizada no Estado do Rio de Janeiro no período de 15 a 28FEV07 com o objetivo de intensificar as ações de fiscalização para coibir o tráfico de drogas, armas e munições, o assalto ao transporte de passageiros e cargas, combater o roubo/furto de veículos e demais delitos peculiares da região metropolitana do Rio de Janeiro, promovendo intercâmbio com policiais dos NOE's participantes e a ambientação necessária para o PAN-2007, culminando com a prisão de 20 (vinte) pessoas, a morte de um assalte, a apreensão de 04 (quatro) armas de fogo, recuperados 10 (dez) veículos objeto de roubo/furto, apreensão de drogas e apoio à Operação Carnaval;

- Operação Força e Soberania: realizada na Reserva Biológica do Gurupi (ReBIO Gurupi/IBAMA/MA), no período de 08FEV a 05JUN07 com o objetivo de apoiar ações de do Governo Federal, coordenadas pelo IBAMA, de fiscalização e repressão aos crimes ambientais na região supracitada;

- Operação Centurião: Realizada nas rodovias federais próximas a região metropolitana do Rio de Janeiro, intensificando as ações de fiscalização para coibir o tráfico de drogas, armas e munições, o assalto ao transporte de passageiros e cargas, combater o roubo/furto de veículos e demais delitos peculiares da região metropolitana do Rio de Janeiro, promovendo ainda a ambientação de policiais de diversos Estados para atuarem durante os Jogos Panamericanos de 2007;

- Operação Marechais: realizada na Região Metropolitana de Alagoas, no período de 18MAR a 01ABR07, para intensificar as ações de fiscalização para coibir o tráfico de drogas, armas e munições, o assalto ao transporte de passageiros e cargas, combater o roubo/furto de veículos e demais delitos peculiares da região, bem como melhorar a sensação de segurança da população alagoana em razão das ações de grupos criminosos e seqüestros de magistrados, culminando com a prisão de 19 pessoas, o cumprimento de 07 mandados de prisão e a apreensão de 07 armas de fogo;

- Operação Ouro Negro: realizada nos estados do RN e CE, coordenada pelo NOE da 15ªSRPRF/RN, em parceria com o MP/RN, para combater organização criminosa que atuava na adulteração/sonogação fiscal, relacionada com combustíveis, culminando com o cumprimento de 43 mandados de prisão, apreensão de 07 armas e 10.000 litros de combustível;

- Operação Fronteira Blindada: realizada no município de Foz do Iguaçu, no período de 10 a 14/04/2007, com o objetivo de combater os crimes peculiares da região de fronteira, culminando com a prisão de 10 pessoas, a apreensão de 6,4 kg de maconha, o encaminhamento de 10 veículos lacrados à RF e farta apreensão de produtos contrabandeados/piratedados;

- Operação Sexta-Feira 13: realizada na região do entorno do DF, com a participação do NOE/DF, NPF, CORREGEDORIA do 1º DRPRF, DPRF, GRUPO TÁTICO de FORMOSA/PRF, FORÇA TÁTICA/PM-GO, VARA da INFÂNCIA e JUVENTUDE/DF, no combate a exploração sexual infanto-juvenil, culminando com fiscalizações em diversos pontos vulneráveis com a prisão de 09 pessoas;

- Operação Rota Sul: realizada no âmbito da 2.ª SRPRF/MT, no período de 01 a 07ABR07, para reforçar as ações de combate ao tráfico de drogas, armas, transporte ilegal da fauna e flora, roubo e furto de veículos, pirataria e demais delitos peculiares à região de Rondonópolis – MT, culminando com a prisão de 09 pessoas, com o cumprimento de 02 mandados de prisão e a apreensão de 10 kg de cocaína;

- Operação Pódium: Ações de combate à criminalidade nas rodovias federais próximas a região metropolitana do Rio de Janeiro e principais divisas do estado, deslocando equipes de diversas Regionais para intensificar as ações de fiscalização para coibir o tráfico de drogas, armas e munições, o assalto ao transporte de passageiros e cargas, combater o roubo/furto de veículos e demais delitos peculiares da região metropolitana do Rio de Janeiro,

promovendo ambientação para o PAN-2007, além de promover o reforço de segurança nas escoltas das Delegações Esportivas em conjunto com as equipes de Motociclistas do DPRF.

– Operação Para-Panamericanos: Realizada por meio de ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando o controle do trânsito de pessoas, bens e veículos na região metropolitana e divisas do Estado do Rio de Janeiro, durante a realização dos Jogos Para-Panamericanos de 2007.

– Operação ReBio Gurupi II: Realizada nos Estados do Maranhão e Pará, objetivando a continuidade nas ações de fiscalização e repressão, entre outros, ao transporte irregular de produtos florestais nas rodovias desses Estados que margeiam a Reserva Biológica do Gurupi, bem como apoiar as equipes de fiscalização do IBAMA em incursões no interior e entorno da Reserva.

– Operação Cruis: Realizada na região do entorno do Distrito Federal, visando a fiscalização em ônibus, veículos de passeio e de carga, com vistas à apreensão de ilícitos em geral e prisão de criminosos na área de atuação 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal.

– Operação Araribóia: Visando a continuidade nas ações de fiscalização e repressão, entre outros, ao transporte irregular de produtos florestais nas rodovias do Estado do Maranhão próximas à Terra Indígena Araribóia, bem como apoiar as equipes de fiscalização do IBAMA e da FUNAI em incursões em locais de prática de tais ilícitos naquela região.

• Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

4641 - Publicidade de Utilidade Pública				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 150.000,00	R\$ 76.362,00		50,91

Realizações

UNIDADE	VALOR	MOTIVO
DPRF (SEDE)	6640,00 33.498,40	- Impressos (cartazes e panfletos Comandos de Saúde nas Rodovias) - 260.000 adesivos de utilidade pública – educação de trânsito – tema Férias sem Trauma (atualmente em execução pelo contratado);
16ª SRPRF/CE	7800,00	Impressos de publicidade de utilidade pública – adesivos, folders. Campanha Verão sem Trauma.
2ª SRPRF/MT	7640,00	Impressos Fetran – Festival Teatro para o Trânsito. Cartazes, panfletos, folders.
15ª SRPRF/RN	810,00	Impressão de folder de educação para o trânsito
12ª SRPRF/ES	11653,40	Impressos de utilidade pública – educação de trânsito. Contrato em andamento.
3ª SRPRF/MS	7600,00	Vídeo de utilidade pública – educação de trânsito – público alvo: passageiros de ônibus interestaduais. Contrato em andamento.
5º DRPRF/RR	720,00	Impresso utilidade pública – Semana do Trânsito.

A atividade de Publicidade de Utilidade Pública, no caso da Polícia Rodoviária Federal, é de grande importância para auxiliar o trabalho de buscar a redução dos acidentes em rodovias federais. Porém, o valor atualmente estimado para a publicidade de utilidade pública é ínfimo frente à dimensão da tarefa e dos custos que a atividade exige. Basta pensar no que pode ser feito com R\$150 mil de publicidade, para atingir uma população de 185 milhões de pessoas, que movimenta uma frota de 49 milhões de veículos, em crescimento vertiginoso, e que circula por uma malha de 61 mil quilômetros de rodovias federais.

Vejamos algumas reflexões. A verba de publicidade de utilidade pública representa:

- R\$2,4590/ano por quilômetro de rodovia;
- R\$0,003061/ano por veículo circulante no país.

De tão reduzida, sua aplicação acaba sendo comprometida, de diversas formas:

- O valor reduzido obriga a produção de pequena quantidade de material, encarecendo os custos unitários;
- O baixo orçamento também provoca empecilhos à contratação de agência de propaganda para execução da ação. O próprio custo administrativo de uma agência comprometeria uma fatia substancial da verba;
- A inexistência de agência obriga a realização de licitações para a execução de cada peça de comunicação, e o cumprimento dos trâmites legais dificulta a agilidade que a produção de campanhas de comunicação necessita. Quando são atendidos os princípios para dispensa de licitação, as quantidades de produção de material são baixas, podendo atender, normalmente nesses casos, apenas pequenas demandas regionais.

Além da verba reduzida, sua aplicação foi agravada pela limitação imposta pelo Decreto 6183/07. A solução encontrada foi a consolidação de parcerias com outras áreas do governo federal que também atuam no segmento trânsito. Exemplo foi a realização, em 2007, da campanha Bons Hábitos, Boa Viagem, em parceria com Ministério dos Transportes, Ministério da Ciência e Tecnologia e outros. Nesta campanha, foram confeccionados e estão sendo distribuídos mais de 2 milhões de folders temáticos de trânsito nas rodovias federais de todo o país. Somente

esta ação supera em mais de três vezes o total do orçamento de publicidade de utilidade pública da Polícia Rodoviária Federal.

• Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANS. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

86A1 - Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (multa processada/unidade)		950.000	1.044.888	109,99
Financeiro	R\$ 22.540.000,00		R\$ 22.539.999,00	100

A principal despesa desta ação é o contrato com correios para entrega de notificações e multas. Em 2007 os gastos com serviços de correio somaram mais de R\$ 14.000.000,00 de reais.

No início de 2007, foi detectado que o recurso seria insuficiente para honrar os compromissos, principalmente devido a elevação de tarifas dos correios e o pagamento de débitos antigos com os Detrans de Goiás e da Bahia, além da Polícia Militar de Minas Gerais, foi solicitado portanto, crédito suplementar de R\$ 11.140.000,00, sendo liberado no segundo semestre, o que possibilitou a continuidade dos trabalhos.

Destaca-se a arrecadação recorde do DPRF em 2007, principalmente devido ao funcionamento do sistema RENAINF, que possibilitou a interligação dos DETRANS, a fim de que os mesmos liberassem o licenciamento dos veículos, somente após o pagamento das multas realizadas pela PRF.

4.3. Programa 0750- Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

4.3.1. Principais Ações do Programa

- 2000 Administração da Unidade
- 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.3.2. Gestão das Ações

- **Ação 2000 – Administração da Unidade**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

2000- Administração da Unidade				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$	1.008.755.607,00	R\$ 973.584.360,00	97%

A despesa executada nesta ação, retirada as despesas com pessoal, totalizou R\$ 64.855.400,12 – sendo R\$ 57.456.580,01 de custeio e R\$ 7.398.820,00 de investimentos.

A principal dificuldade enfrentada em 2007 foi atender as demandas da área meio com os escassos recursos alocados na ação, considerando a capilaridade da estrutura do órgão: 21 Superintendências, 5 Distritos Regionais, 149 Delegacias e 388 Postos de Atendimento ao Cidadão. Somente com locação de mão-de-obra foram empregados R\$ 24.992.028,00 – reflexo principalmente da falta de servidores da carreira de apoio administrativo. Esse valor compreende os contratos de vigilância, limpeza e conservação, e apoio administrativo da sede e regionais.

Outras Despesas de maior vulto executadas na ação:

- Telefonia: R\$ 5.479.549,00
- Energia Elétrica, água e tratamento de esgoto: R\$ 9.264.206,00
- Estagiários: 1.857.701,00
- Material de consumo: 2.865.943,00
- Diárias e passagens aéreas para corregedoria: R\$ 1.365.856,00
- Diárias e passagens aéreas administrativas: R\$ 2.399.219,00
- Despesas de exercícios anteriores: R\$ 3.641.214,00

Também são apropriadas na citada ação todas as outras despesas relacionadas com a área meio, tais como: manutenção predial, imprensa nacional, leilões de veículos apreendidos e oficiais, serviços gráficos e outros serviços prestados por pessoas jurídicas.

O valor de R\$ 7.398.820 foi empregado na compra de 152 veículos administrativos, mobiliário, livros, eletrodomésticos e condicionadores de ar.

Apesar das restrições orçamentárias, o órgão procurou atender as despesas necessárias ao bom funcionamento da área meio, sem a qual não seria possível o alcance dos objetivos e metas dos programas finalísticos 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.

A presente atividade não possui meta física, mas seu coordenador estuda a criação de indicadores que possam medir a adequação das regionais à logística necessária para o desempenho dos serviços administrativos, considerando as deficiências estruturais e de pessoal.

O coordenador da referida ação procurou reduzir os custos administrativos, visando à alocação de mais recursos nos programas finalísticos, sempre analisando a relação custo-benefício e sem comprometer o funcionamento da área meio.

• **Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (pessoa beneficiada / unidade)		19.849	22.830	115%
Financeiro	R\$ 12.500.000,00		R\$ 12.249.923,00	98,6

• **Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (criança de 0 a 6 anos atendida / unidade)		2.163	2.630	122%
Financeiro	R\$ 2.466.033,00		R\$ 2.374.338,00	96%

- **Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (servidor beneficiado / unidade)		1.618	895	55%
Financeiro	R\$ 2.100.000,00		R\$ 1.925.999,00	92%

- **Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
	Previsto Atual	Realizado	%	
Físico (servidor beneficiado / unidade)	9.053	10.164	112%	
Financeiro	R\$ 16.709.060,00	R\$ 16.539.060,00	99%	

• **Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
	Previsto Atual	Realizado	%	
Financeiro	R\$ 213.054.639,00	R\$ 194.354.238,00	91%	

5 - Desempenho Operacional

5.1. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho

- **Programa 0663**

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

- **Programa 1386**

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

- **Programa 0750**

Não há indicador

5.2. Nome, descrição e tipo do indicador

- **Programa 0663**

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais: pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

– Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^\circ \text{ Mortos} / N^\circ \text{ Vítimas}) \times 100$

– Responsável pelo cálculo: Coordenação-Geral de Operações

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais: pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

– Fórmula de Cálculo: $I_a = [(N^\circ \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^\circ \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1] \times 100$

– Responsável pelo cálculo: Coordenação-Geral de Operações

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

- **Programa 1386**

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas: pretende-se medir o percentual de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI – Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

– Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$

– Responsável pelo cálculo: Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização

5.3. Análise crítica dos resultados

- **Programa 0663**

– Metas físicas: redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

– Taxa de mortalidade nas Rodovias Federais:

Exercício	2006	2007
Número de Mortos	6.116	6.847
Número Total de Vítimas	72.177	81.950
Indicador	$Im\ 2006 = (6.116/72.177) \times 100 = 8,47\%$	$Im\ 2007 = (6.847/81.950) \times 100 = 8,35\%$

Registrou-se um índice menor na relação percentual de número de vítimas e número de mortos (no ano anterior foi registrado 8,47). Essa redução se deu em razão do maior investimento em resgate e implementação de convênio com o SAMU, assim como, principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante. Tais condutas levam a maior gravidade nos acidentes.

Ademais, houve um acréscimo de prisões por crimes de trânsito na ordem de 78,19%, aumento de 0,31% no número de veículos fiscalizados (7.038.167), bem como significativo acréscimo nas fiscalizações eletrônicas e nas autuações, objetivando combater, especialmente, as condutas citadas anteriormente.

– Taxa de variação de acidentes nas Rodovias Federais

Exercício	2006	2007
Número de Acidentes	109.268	123.120
Indicador	$Ia = (123.120/109.268) - 1 = 12,67\%$	

O percentual de aumento no número de acidentes considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 – Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o

impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lindeira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos quatro anos (2003 a 2006) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, registrou-se 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%.

Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas (foram apreendidas mais de 44 toneladas de maconha e 4,25 toneladas de cocaína, número 36,86% superior que o registrado no ano anterior), ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos). Nesse exercício, a PRF mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

- Programa 1386
 - Metas físicas: 60% dos postos considerados adequados.
 - Coeficiente de adequação das instalações físicas

Indicador	Coeficiente
% de postos adequados fisicamente	42,21 %
% de postos adequados quanto à tecnologia da informação	76,40 %
% de postos adequados quanto a viaturas	52,49 %
Icaif = (42,21%+76,40%+52,49%)/3= 57,03%	

O indicador informa que 57,03% dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve um pequeno aumento da melhoria dos postos em relação à 2006, ocasião em que o índice ficou em 56,12%.

Comparativo 2006/2007		
Exercício	2006	2007
% de postos adequados fisicamente	46,34%	42,21%
% de postos adequados quanto à tecnologia da informação	85,77%	76,40%
% de postos adequados quanto a viaturas	36,25%	52,49%

Quanto aos fatores que levaram a diminuição do sub-índice percentual de postos adequados fisicamente, em relação à 2006, o principal motivo foi a restrição orçamentária. No exercício de 2007, originalmente na LOA, a dotação nas ações de reforma e de construção de unidades foi em torno de R\$ 2.000.000,00. Na LOA 2006, a dotação inicial destas ações era em torno de R\$ 7.000.000,00.

Em dezembro de 2007, foram empenhados quase R\$ 2.000.000,00 provenientes de um crédito extraordinário, na ação de reforma de unidades. Este recurso foi utilizado na contratação de obras de manutenção predial em 65 unidades da PRF, porém os resultados desta ação, no indicador, só se farão sentir em 2008.

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice percentual de postos adequados quanto à tecnologia da informação, em relação à 2006, o principal motivo deve-se às restrições orçamentárias.

No exercício de 2007, originalmente na LOA 2007, houve a dotação de R\$ 1.000.000,00, para aquisição de material permanente, na ação 1835, de modernização dos sistema de tecnologia da informação, em 2006, a dotação inicial desta ação, para compra de material permanente era de R\$ 4.350.000,00.

Um outro fator a se considerar é, se de fato, os equipamentos que têm sido adquiridos estão chegando aos postos, ou se estão sendo alocados somente nas áreas administrativas das Unidades Regionais, tendo como conseqüência a depreciação destes bens nos postos, o que influenciaria na pouca adequação destes itens no questionário de avaliação do coeficiente.

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, a fim de que seja padronizado os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na PRF, pois, este critério, ainda é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente.

Como exemplo, pode-se ilustrar o caso da Superintendência do Rio Grande do Sul, que segundo o questionário, informou que 50% dos postos não estão adequados quanto a ter rede/internet do DPRF funcionando. Porém, segundo o gestor nacional desta ação, todos os postos desta regional possui acesso à rede do DPRF e à internet. O que pode ter acontecido é que o avaliador julgou que a rede não estava adequada nestes postos, devido à baixa velocidade do link, de sorte que talvez não tenha ficado claro o critério para avaliar o que é um posto com rede adequada.

6 - Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

No exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal não beneficiou nenhuma instituição com renúncia fiscal.

7 - Conteúdos específicos

7.1. Execução orçamentária

Para cobrir todos os gastos do Órgão seriam necessários pelo menos R\$ 584.378.041,00 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e setenta e oito mil, quarenta e um reais), de acordo com levantamento das demandas realizado pelos respectivos coordenadores de ações, junto às unidades desconcentradas.

O limite transferido pelo Ministério da Justiça para a elaboração da proposta orçamentária foi R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), menos da metade da pré-proposta elaborada pelo Órgão.

Ao contrário da dotação disponibilizada, a expansão dos gastos é inevitável, principalmente por conta da repactuação dos contratos continuados, reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, contratação de novos servidores policiais, reforma das unidades de atendimento ao cidadão, ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, aumento natural do fluxo de veículos nas rodovias federais, ocasionado principalmente por conta da crise no setor aéreo.

Essa restrição orçamentária dificulta a manutenção satisfatória do Órgão, bem assim a realização de investimentos, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos, construção de novos pontos de atendimento, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das atribuições institucionais.

Outro problema enfrentado é a falta de servidores da carreira de apoio administrativo, aumentando consideravelmente a despesa com locação de mão-de-obra, além de comprometer sobremaneira o funcionamento da área meio. Somente no exercício de 2007, foram aplicados R\$ 24.992.028,00 nesse tipo de despesa.

Para que o cenário acima seja alterado, é premente a necessidade de revisão dos limites orçamentários transferidos ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e autorização de concursos para a carreira de apoio administrativo.

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária sofreu as seguintes alterações:

a) Corte orçamentário no valor de R\$ 2.175.000,00 na ação 1D49 – Construção do Edifício Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

b) Acréscimo de emendas parlamentares no valor total de R\$ 17.585.000,00, distribuídos na forma abaixo:

1 – R\$ 13.175.000 na Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária;

2 – R\$ 1.410.000 na Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal; e

3 – R\$ 3.000.000 na Ação 06.181.0663.2B11.0001 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.

Com as alterações acima, o orçamento do Departamento de Polícia Rodoviária, consignado na Lei Orçamentária Anual de 2007, foi de R\$ 215.439.100,00 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e cem reais), sendo R\$ 180.294.978,00 para ODC – Outras despesas correntes (custeio e benefícios) e R\$ 35.144.122,00 para investimento.

Durante o exercício, a Secretaria de Orçamento Federal concedeu ao DPRF/MJ créditos adicionais, conforme abaixo:

- a) Créditos suplementares no valor de R\$ 16.450.432,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e dois reais);
- b) Dotações canceladas/remanejadas no valor de – R\$ 10.931.432,00 (dez milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais);
- c) Créditos extraordinários no valor de R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões).

7.1.1 – Execução da Despesa

• Dotação Inicial

Em função do limite orçamentário transferido pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$ 210.600.609,00, a execução orçamentária do DPRF/MJ, excluindo os créditos extraordinários, foi de 99,65%, resultando em R\$ 209.861.728,00 (duzentos e nove milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e oito reais) de crédito empenhado, vejamos.

PROJETO / ATIVIDADE	DOT INICIAL	Saldo Anterior Excesso Op Crédito	Al.Lei Orçamentária Redução	Dotação Autorizada	Crédito Empenhado Liquidado	Dot. Executada por Insc. em RP não-Proc	
06122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	59.999.414,00	6.550.000,00		66.549.414,00	53.691.971,30	11.374.942,78
0612213861D490101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO DEPART - EM BRASILIA – DF	12.325.000,00		-2.100.000,00	10.225.000,00	1.194.037,01	2.351.656,13
06128066325240001	CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FE - NACIONAL	1.500.000,00	150.000,00		1.650.000,00	1.469.396,43	119.487,80
06128066345720001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FE - NACIONAL	250.000,00	25.000,00		275.000,00	237.578,16	24.159,01
06131066346410001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	150.000,00			150.000,00	23.610,00	52.751,80
06181066327230001	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E - NACIONAL	43.798.000,00	4.379.000,00		48.177.000,00	41.247.007,49	6.900.745,81
0618106632B110001	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACA - NACIONAL	5.150.000,00	2.796.432,00	-2.281.432,00	5.665.000,00	2.559.907,06	2.743.177,42
06181066342900001	ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDE - NACIONAL	670.000,00	67.000,00		737.000,00	344.605,05	300.124,35
06181066345260001	OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRI - NACIONAL	500.000,00	50.000,00		550.000,00	497.310,73	2.603,35
06181066386A10001	PROCESSAMENTO, REMUNERACAO DOS DEPART - NACIONAL	11.400.000,00	1.140.000,00		12.540.000,00	11.001.912,96	1.538.087,04
06181138611MC0001	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BASES OPERA - NACIONAL	900.000,00	300.000,00		1.200.000,00	379.630,71	745.105,78
06181138611MC0058	CONSTRUCAO E AMP. DE BASES OPERA – BR-422	250.000,00			250.000,00		
06181138611MC0062	CONSTRUCAO E AMP. DE BASES OPERA - NO MUNICIPIO DE NATA-	50.000,00			50.000,00		47.890,00
06181138611MC0064	CONSTRUCAO E AMP. DE BASES OPERA - NO ESTADO DO MT	100.000,00			100.000,00		23.290,30
06181138611MC0066	CONSTRUCAO E AMP. DE BASES OPERA - NO ESTADO DO PARA	820.000,00			820.000,00		
06181138611MC0072	CONSTRUCAO E AMP. DE BASES OPERA - NO ESTADO DO PIAUI	190.000,00			190.000,00	50.884,58	136.694,12
06181138618210001	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDA – NACIONAL	1.077.493,00			1.077.493,00	724.801,18	211.867,17
06181138618350001	MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOG – NACIONAL	19.000.000,00			19.000.000,00	16.972.817,09	2.009.875,73
06181138670610001	AQUISICAO DE VEICULOS ESPECIAIS E AER – NACIONAL	16.375.000,00	945.000,00		17.320.000,00		17.246.128,00
06183066328160001	SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RO – NACIONAL	480.000,00	48.000,00		528.000,00	358.300,79	76.606,68
06301075020040001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS – NACIONAL	15.000.000,00		-2.500.000,00	12.500.000,00	3.682.884,98	467.609,83
0630306632C780001	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVID – NACIONAL	100.000,00			100.000,00	52.421,08	22.864,10
06306075020120001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E - NACIONAL	18.609.060,00		-1.900.000,00	16.709.060,00	16.497.408,96	41.651,04
06331075020110001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E E – NACIONAL	2.550.000,00		-450.000,00	2.100.000,00	1.835.099,26	90.900,74
06365075020100001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENT – NACIONAL	4.166.033,00		-1.700.000,00	2.466.033,00	2.234.237,28	140.100,72
CRÉDITOS CONCEDIDOS						8.137.586,32	
		215.410.000,00	16.450.432,00	-10.931.432,00	220.929.000,00	163.193.408,42	46.668.319,70
CRÉDITO EXECUTADO						209.861.728,12	



Cota de Limite Transferida		
CONTA CORRENTE		Valor
NCA	Custeio fonte tesouro	156.453.187,32
NCB	Custeio fonte própria	164.362,50
NIA	Investimento fonte tesouro	28.893.872,21
NIB	Investimento fonte própria	6.623.142,85
NOA *	Benefícios fonte tesouro	18.466.045,09
		210.600.609,97

* auxílio alimentação e auxílio transporte

Crédito executado	Limite transferido	Percentual de execução
209.861.728,12	210.600.609,97	99,65%

Nessa esteira, o limite orçamentário transferido pelo Ministério da Justiça em 2007 foi R\$ 9.037.057,00 menor que o de 2005, ou seja R\$ 219.637.666,00 contra R\$ 210.600.609,00. Não é razoável que a disponibilidade orçamentária do Órgão não acompanhe a natural evolução dos gastos, influenciada principalmente pelas variáveis *suso* mencionadas.

• Crédito Extraordinário

A concessão de créditos extraordinários amenizou os problemas ocasionados pelas restrições orçamentárias, permitindo o atendimento parcial das demandas reprimidas, tais como: reforma de unidades operacionais, compra de uniforme, material de policiamento, aquisição de armamento, coletes balísticos, equipamentos de comunicação e informática, bem como a cobertura de despesas previstas em contrato.

Do total de créditos extraordinários, R\$ 38.000.000,00, o Órgão conseguiu empenhar R\$ 33.110.434,00 (trinta e três milhões, cento e dez mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), o que representa 87,13%, conforme quadro abaixo. A dotação não empenhada em 2007, no valor de R\$ 4.889.565 foi reaberta no exercício seguinte.

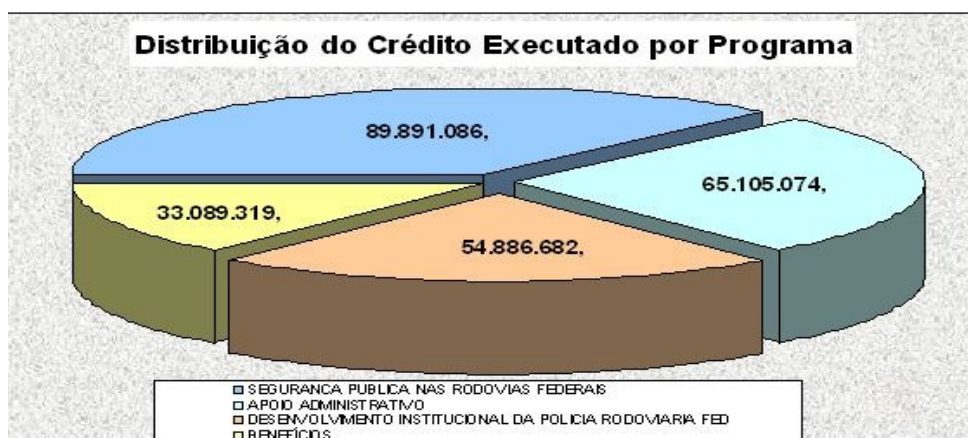
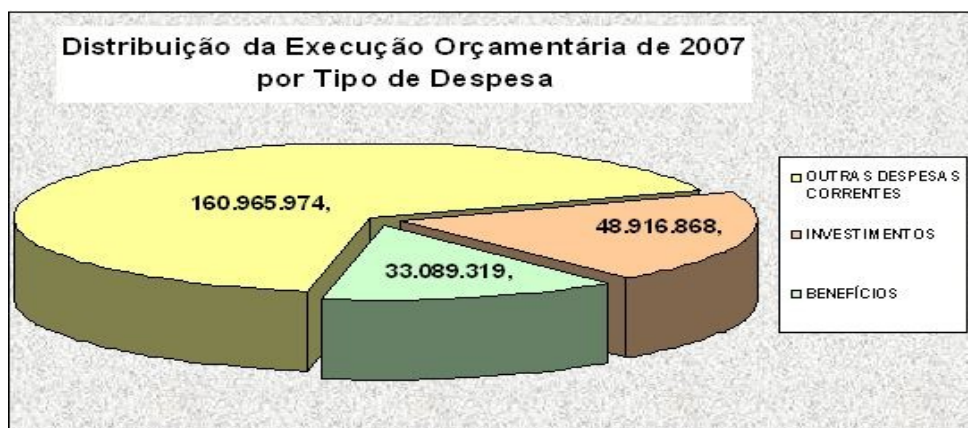
PROJETO / ATIVIDADE		Créd. Extraordinários Abertos - Exercício	Crédito Empenhado Liquidado	Dot. Executada por Insc. Em RP não-Proc
2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS	11.121.000,00	56.577,47	10.261.852,22
86A1	PROCESSAMENTO, REMUNERACAO DOS DETRANS	10.000.000,00	8.340.105,75	1.659.894,25
1821	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNID.	3.000.000,00	169.644,02	1.736.092,72
1835	MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOG.	13.879.000,00	188.174,88	10.698.092,89
		38.000.000,00	8.754.502,12	24.355.932,08
			33.110.434,20	

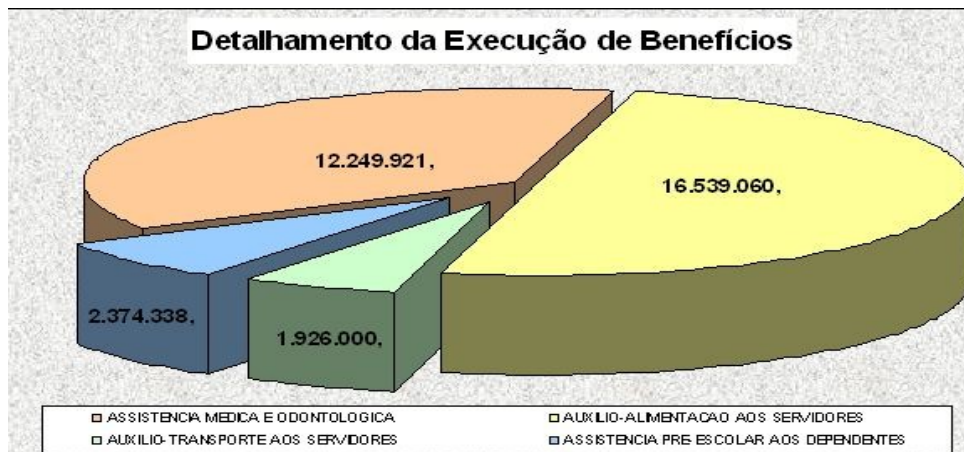
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO		87,13%
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO REABERTO EM 2008		
2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS	802.570,31
1821	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNID.	1.094.263,26
1835	MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOG.	2.992.732,23
TOTAL		4.889.565,80
PERCENTUAL DO CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO REABERTO EM 2008		12,87%

Cabe ressaltar, por oportuno, que a execução desse tipo de crédito adicional foi bastante expressiva, pois parte dessa dotação no valor de R\$ 28.000.000,00 só foi liberada pela Secretaria de Orçamento Federal no dia 19/12/2007, após publicação da Medida Provisória nº 405/2007 no Diário Oficial da União do dia 18/12/07.

• Execução total da Despesa

A execução total do DPRF/MJ foi de R\$ 242.972.162,00 (duzentos e quarenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e sessenta e dois reais). Os gráficos abaixo demonstram o total executado por programa, tipo de despesa e tipo de benefício.





A administração tem pautado sua atuação no controle das despesas correntes do Programa 0750 – Apoio Administrativo, na otimização dos recursos, além de buscar junto ao Ministério da Justiça a ampliação dos limites orçamentários, buscando investir no reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e em novas tecnologias. Tal conduta contribuiu para o atingimento das metas e objetivos dos programas finalísticos: 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.

Merece destaque na execução orçamentária do exercício o total empenhado com despesa de capital: R\$ 48.916.868,00, em especial os seguintes itens:

- Construção dos postos do Oiapoque-AP, posto em Boa Vista-RR e o posto de Santana do Livramento;
- Pavimentação externa, construção de rampa de fiscalização e ajardinamento do Posto Contorno Leste – PR;
 - 152 veículos administrativos;
 - 319 viaturas policiais;
 - Contadores volumétricos;
 - Impressoras térmicas e coletores de dados PDA's (palmtop), que serão utilizados na implementação de projeto que permitirá a automatização das infrações de trânsito (auto eletrônico) e consultas on-line de veículos e indivíduos nos sistemas de segurança pública;
 - Sistema de monitoramento dos pátios de veículos apreendidos, retidos ou acidentados;
 - Etilômetros;
 - Armamento;
 - Coletes balísticos;
 - Computadores;
 - Impressoras laser;
 - Nobreaks;
 - Telefones ip's (voip);
 - Monitores de LCD 17" polegadas;
 - Rádios portáteis;
 - Rádios de comunicação;
 - Servidores de rede.

7.2. Arrecadação

- **Multas DPRF/MJ**

Impulsionada pela implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), administrado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/Ministério das Cidades), a arrecadação bruta de multas de trânsito aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal cresceu 77,81% no exercício de 2007, resultando em R\$ 197.032.221,00 (cento e noventa e sete milhões, trinta e dois mil, duzentos e vinte e um reais).

A arrecadação líquida foi de R\$ 176.792.743,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e quarenta e três reais), tendo em vista que a dedução pelos serviços prestados pelos DETRANS, a contribuição para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) e a taxa de utilização do referido sistema totalizaram R\$ 20.239.477,00 (vinte milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais).

Esse resultado só foi possível porque o RENAINF permitiu a cobrança das multas pendentes da Polícia Rodoviária Federal, que não possuía meio coercitivo para realizar tal cobrança.

O excesso de arrecadação no exercício foi de R\$ 64.475.527,00 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais), considerando a arrecadação líquida e a previsão de receita no valor de R\$ 112.317.216,00, consignada na Lei Orçamentária, o que permitiu a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 28.000.000,00.

Cabe ressaltar que o superávit financeiro observado no exercício, no valor de R\$ 36.475.527,00, deve ser considerado pela Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria do Tesouro Nacional como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais a favor do DPRF/MJ, conforme dispõe o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei 4.320/64.

- **Leilão de veículos oficiais**

Os leilões de veículos oficiais realizados pelo Órgão proporcionaram uma arrecadação de R\$ 4.938.410,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e dez reais).

Em 2008, a unidade orçamentária vai apurar em balanço patrimonial, o superávit financeiro decorrente da realização desses leilões, a fim de solicitar crédito suplementar para a renovação da frota, tendo em vista que na gestão orçamentária não é recomendável que receitas de capital sejam utilizadas para cobrir despesas correntes.

- **Serviços Administrativos**

A receita proveniente dos serviços administrativos de escolta de veículos superdimensionados, emissão de Autorização Especial de Trânsito (AET), remoção de animais apreendidos e inspeção veicular, totalizou R\$ 5.441.207,00 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e sete reais).

• Arrecadação Total

A arrecadação total do Órgão foi 68,68% maior que a de 2006, R\$ 187.172.361,00 contra R\$ 110.962.042,00. O quadro a seguir demonstra a composição do valor arrecadado no exercício.

Arrecadação DPRF - 2007			
	Conta	Cód. Recolhimento	Valor
Multas	19.351.06.01	20215 - Recolhimento Espontâneo	R\$ 84.708.993,78
		20213 - Detran (Renainf/Convênio)	R\$ 100.578.365,17
	19.996.19.02		R\$ 11.744.862,45
	Arrecadação Multas - Valor Bruto		R\$ 197.032.221,40
	19.351.06.90	Descontos/Abatimentos	R\$ 11.504.903,53
	19.351.06.91	Funset - Arrecadação pelos Detrans	R\$ 4.499.124,45
		Funset - Recolhimento Espontâneo	R\$ 4.235.449,69
	Total		R\$ 20.239.477,67
Arrecadação Multas - Valor Líquido		R\$ 176.792.743,73	
Serviços Administrativos	4.1.6.0.0.1.3.0.0 - Serviços Administrativos		R\$ 5.441.207,51
Leilões	4.2.2.1.9.0.0.0.0 - Alienação de Bens Móveis		R\$ 4.938.410,00
Total Arrecadação			R\$ 187.172.361,24

7.3. Pagamento de diárias

Em decorrência da missão institucional e regimental do DPRF, bem como em razão da permeabilidade da Instituição em todo o território nacional, faz-se necessária a realização de afastamento temporário de servidores da sua sede de lotação, de sorte que no exercício de 2007 foram despendidos R\$ 1.621.051,01 (um milhão, seiscentos e vinte e mil mil e cinquenta e um reais e um centavo) com pagamento de diárias, conforme detalhamento abaixo:

DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS

PI	CGA	INTERNAC.	CGO	CGPLAM	CGRH	DG	TOTAL
VALOR	1403S	1403S	1403CGO	1403CGPLAM	1403CGRH	1403DG	
	58.664,41	42.079,22	34.634,23	15.270,30	27.526,47	52.124,67	R\$ 230.299,30

DIÁRIAS OPERACIONAIS

PI	1408J	1410E	TOTAL
VALOR	286.683,15	6.821,52	R\$ 293.504,67

DIÁRIAS CAPACITAÇÃO

PI	1404G	1405C	TOTAL
VALOR	56.217,24	28.277,66	R\$ 84.494,90

DIÁRIAS INTELIGÊNCIA

PI	1409H	TOTAL
VALOR	77.224,43	R\$ 77.224,43

DIÁRIAS DE CORREGEDORIA

PI	1403PD1	TOTAL
VALOR	51.754,37	R\$ 51.754,37

DIÁRIAS DO PAN-AMERICANO/2007

PI	5004PAN	5002BB	5002DD	5004PAN1	5003HE	TOTAL
VALOR	180.275,90	303.716,87	136.422,34	205.399,41	56.654,54	R\$ 882.469,06

DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS DEPENDENTES/DPRF

PI	1097K	TOTAL
VALOR	1.304,28	R\$ 1.304,28

TOTAL GERAL R\$ 1.621.051,01

7.4. Suprimento de bens

Quanto às aquisições realizadas e contratações de empresas para prestação de serviços, a Administração da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal priorizou a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e conseqüentemente aumentar os percentuais de economia, vejamos.

MODALIDADE	QTDE TOTAL	CANCELADAS / REVOGADAS	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	VALOR ECONOMIZADO	ECONOMIA
CONCORRÊNCIA	1	0	R\$ 42.080.949,09	R\$ 31.183.975,14	R\$ 10.896.973,95	25,90%
TOMADA DE PREÇOS	1	0	R\$ 487.673,70	R\$ 299.424,01	R\$ 188.249,69	38,60%
CONVITE	2	0	R\$ 71.739,64	R\$ 53.850,91	R\$ 17.888,73	24,94%
CONCURSO	0	0	0	0	R\$ 0,00	0,00%
LEILÃO	0	0	0	0	R\$ 0,00	0,00%
PREGÃO	67	10	R\$ 122.957.479,18	R\$ 95.136.769,67	R\$ 27.820.709,51	22,63%
TOTAL	71	10	R\$ 165.597.841,61	R\$ 126.674.019,73	R\$ 38.923.821,88	23,51%

Estas licitações geraram um total de 64 Contratos Administrativos e 71 Cartas Contratos, que somados perfazem o montante de R\$ 72.037.010,30 (setenta e dois milhões, trinta e sete mil e dez reais e trinta centavos).

De outro turno, as contratações diretas, por dispensa e inexigibilidade de licitação somaram, respectivamente, 55 e 20 procedimentos, o que totaliza o valor total contratado de R\$ 3.220.546,64 (três milhões, duzentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE			
NOME DA EMPRESA	Nº INEXIG.	SEV/MAT	VALOR
NARA VEICULOS LTDA	001/2007	GARANTIA/MITSUB.	R\$ 2.395,44
EDITORA FORUM LTDA	002/2007	CURSO	R\$ 15.480,00
AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC	003/2007	TAXA AERONAVES	R\$ 1.600,00
FUNDO AEROVIARIO-ANAC	004/2007	VISTORIA	R\$ 1.600,00
CANCELADA	005/2007	CANCELADA	
DETRAN/DF	006/2007	LICENCIAMENTO/VEI	R\$ 28.121,14
EDGAR SCHUTZ	007/2007	PALESTRA	R\$ 4.552,80
CONSULTRE CONSULTORIA E	008/2007	CONSULTORIA	R\$ 3.380,00
IMPRESA NACIONAL	009/2007	DIARIO OFICIAL	R\$ 984,00
FENASDETRAN	010/2007	INSCR. EVENTO	R\$ 560,00
INOVACAO TRAINING	011/2007	PALESTRA	R\$ 4.600,00
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	012/2007	SEMINÁRIO/PALESTRA	R\$ 750,00
HOMERO REIS CONSULTORIA E GESTAO -EMPRESARIAL LTDA	013/2007	TREINAMENTO NA AREA PÚBLICA	R\$ 11.900,00
CONSULTRE CONSULTORIA E	014/2007	TREINAMENTO NA AREA PÚBLICA	R\$ 5.070,00
ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA -S/A	015/2007	TREINAMENTO NA AREA PÚBLICA	R\$ 7.960,00
AVIOSUL - INDUSTRIA E COMERCIO DE-PRODUTOS AERONAUTICOS	016/2007	AQUISIÇÃO DE BATERIA PARA AERONAVES	R\$ 79.800,00
COMANDO DA AERONAUTICA	017/2007	ASSINATURA DE PERIODICOS OFICIAIS	3.058,80
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	018/2007	MUNICAO ARMA DE FOGO EMPUNHAVEL - MEDIO PORTE	R\$ 715.534,00
FORJAS TAURUS SA	019/2007	ARMA DE FOGO DE PEQUENO PORTE - REVOLVER / PISTOLA	R\$ 285.570,00
WELSER ITAGE PARTICIPACOES E -COMERCIO S/A	020/2007	MUNICÃO NÃO LETAL	R\$ 605.989,46
			R\$ 1.775.846,84

CONTRATAÇÃO POR DISPENSA			
NOME DA EMPRESA	Nº DISP.	SEV/MAT	VALOR R\$
CANCELADO	001/2007	CANCELADO	
COPLAGAS	002/2007	GÁS	R\$ 2.160,00
CRISTALVIDROS	003/2007	VIDRO	R\$ 3.843,19
INDUSTRIA DE CARIMBOS DECCO LTDA -"ME"	004/2007	CARIMBOS	R\$ 3.379,81
MGS REFORMAS E CONSTRUÇOES LTDA	005/2007		R\$ 3.456,00
ADMAQ LTDA	006/2007	BOBINAS PLASTICAS	R\$ 1.928,00
ORCA VEICULOS LTDA	007/2007	GARANTIA DOS VEÍC.	R\$ 3.402,68
CANCELADO	008/2007	CANCELADO	
BRASILIA MOTORS LTDA	009/2007	COONS. VEÍC. M.BENZ	R\$ 7.998,61
RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE -COMUNICACAO S/A	010/2007	RESENHA	22.800,00
WJ GRAFICA EDITORA E PAPELARIA -L.TDA ME	011/2007	FICHA SAÚDE	R\$ 130,00
DF EXTINTORES CURSOS SISTEMA -CONTRA INCENDIO E INFORMAT	012/2007	EXTINTORES	R\$ 2.064,90
CANCELADO	013/2007	CANCELADO	
LUMED DISTRIBUIDORA LTDA	014/2007	BEBEDOURO DE AGUA REFRIGERADO FIXO	R\$ 2.999,90
EMPORIO LESTE COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS E EMB LT	015/2007	SHAMPU	R\$ 1.874,40
INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEF DE -BORRACHA HAITI LTDA	016/2007	TATAMES	2.975,00
REDONDO COMERCIO E SERVICOS EM -VIDROS LTDA	017/2007	VIDROS	R\$ 2.250,00
PRESTOBAT LTDA	018/2007	CAFETEIRA	R\$ 1.167,50
GRAFSET GRAFICA E EDITORA LTDA - -EPP	019/2007	IMPRESSOS	R\$ 6.640,00
MARCIA PERA MORAES - EPP	020/2007	BATERIAS	R\$ 311,00
CANCELADO	021/2007	CANCELADO	
AGF BRASIL SEGUROS SA	022/2007	SEGURO AERONAVES	R\$ 5.000,00
WJ GRAFICA EDITORA E PAPELARIA -L.TDA ME	023/2007	IMPRESSOS	R\$ 420,00
COMLAB PARTES E SERVICOS LTDA	024/2007	MEDICAMENTO	R\$ 7.647,00
MICROMEDICAL MATERIAL MEDIC	025/2007	MEDICAMENTO	83,50
CANCELADO	026/2007	CANCELADO	
PRINTES GRAFICA E SINALIZACAO LTDA ME	027/2007	ADESIVO DE USO GERAL	R\$ 246,00
THIAGO e OUTRAS	028/2007	MEDICAMENTO	R\$ 357,45
CANCELADO	029/2007	CANCELADO	
HOSPFAR	030/2007	MEDICAMENTO	R\$ 482,74
OTICA	031/2007	MICROFONE	R\$ 590,00
NOVACAP	032/2007	OBRA	R\$ 779.601,78
CORREIOS	033/2007	CARGA	R\$ 420.000,00
BUCKA - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	034/2007	AQUISIÇÃO EXTINTORES	R\$ 6.171,24
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	035/2007	TAXA ILUMINAÇÃO	R\$ 20.751,67
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	036/2007	FORN.ENERGIA	R\$ 115.083,13
EFICACIA	037/2007	LIMP. FOSSA	R\$ 1.560,00
FERRAGENS	038/2007	MAT. PERMANENTE	R\$ 2.743,90
FUNDAÇÃO UNIVERSITARIA JOSE	039/2007	CONCURSO	R\$ 0,01
ALGE EQUIPAMENTOS	040/2007	FECHO PARA PORTAS	R\$ 852,00
ALGE EQUIPAMENTOS	041/2007	FECHO PARA PORTAS	R\$ 300,00
GRUPO DESIGN	042/2007	ELABORAÇÃO DE ARTE - GRAFICA	R\$ 4.350,00
ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	043/2007	TREINAMENTO	R\$ 150,00
FIBER GLASS	044/2007	COINTNER	R\$ 1.275,00
SEA & NAUTICA LTDA	045/2007	BOLSA	R\$ 4.595,00
SEA & NAUTICA LTDA	046/2007	MAT. CONSUMO	R\$ 4.435,00
CONFEXFORTE INDUSTRIA E COMERCIO -L.TDA	047/2007	UNIFORME	R\$ 4.943,00
BRADESCO SEGURO	048/2007	SEGURO PREDIAL	R\$ 945,33
X25 INFORMATICA COMERCIO E	049/2007	TREINAMENTO	R\$ 6.480,00
2.100,00	050/2007	LACRES	R\$ 2.100,00
MARCELO VIANA NICOLA LUBRIFICANTES - ME	051/2007	INFORMÁTICA	R\$ 3.335,00
INDUSTRIA E COM DE ETIQUETAS	052/2007	ADESIVO DE USO GERAL	R\$ 2.100,00
CANCELADO	053/2007	CANCELADO	
BRADESCO SEGURO	054/2007	AERONAVES	R\$ 2.403,56
ATIVA - COMERCIO DE	055/2007	INFORMÁTICA	R\$ 2.175,00

R\$ 1.444.699,80

7.5. Acompanhamento da Execução Contratual

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, este Departamento tem implementado, efetivamente a partir de 2004, ações com vistas à qualificação e treinamento dos gestores.

No exercício de 2005, com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de conseqüência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente

(quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos nos exercícios de 2006 e 2007, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato.

Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a preparação da nova licitação.

Os gestores também elaboram Relatórios da gestão para cada contrato, fazendo as medições (SIASG/Cronograma) de todas as faturas. Por fim, a Divisão de Administração e Serviços Gerais acompanha, auxilia e fiscaliza a atuação dos gestores dos contratos.

No que tange às aquisições procedentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as quais contemplam valores abaixo dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93, a partir do exercício de 2007, esta Administração passou a adotar a Carta-Contrato em detrimento da utilização apenas da Nota de Empenho, uma vez que tal instrumento concede maior subsídio ao gestor no acompanhamento da execução contratual.

Destaca-se, ainda, que o Departamento, além desses procedimentos inerentes à gestão contratual, mantém na Divisão de Gestão Documental e Normatização da Coordenação-Geral de Administração a centralização das apurações de descumprimentos às condições pactuadas na contratação.

Nesse sentido, no exercício de 2007, foram instaurados 34 processos referentes a análise de apuração de possíveis descumprimentos contratuais, resultando na imposição de penalidades a 21 empresas. Vejamos a série histórica desses procedimentos:

SEDE/DPRF				
<i>Exercício</i>	2005	2006	2007	Total
<i>Processos autuados</i>	25	19	34	78
<i>Em apuração</i>	0	1	8	9
<i>Isentas</i>	3	6	3	12
<i>Penalizadas</i>	22	9	21	52
<i>Total de sanção pecuniária</i>	R\$ 482.286,45	R\$ 182.137,00	R\$ 42.680,72	R\$ 707.104,17
<i>Principais condutas</i>	Descumprimento de prazo Desistência do fornecimento Execução em desacordo com as condições			
<i>Principais sanções</i>	Advertência Multa Rescisão contratual			

Tal medida visa garantir que a aplicação de recursos públicos no âmbito da Sede do Departamento atinja os graus de efetividade desejados ao cumprimento dos objetivos colimados no procedimento licitatório.

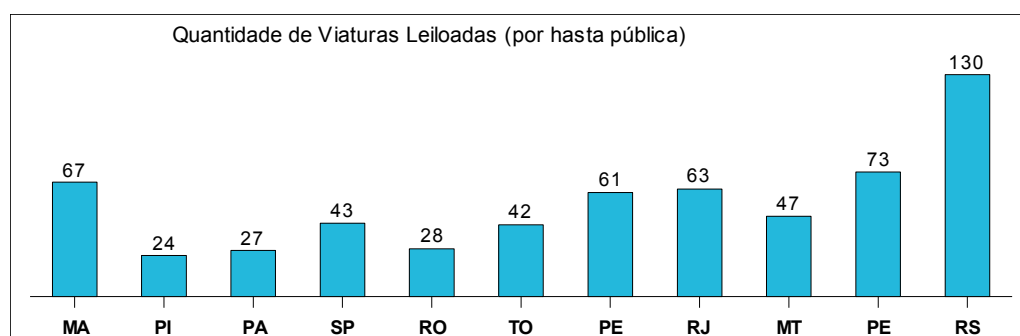
Por fim, cumpre consignar o fato de que o volume das sanções impostas, especialmente as de multa de mora e por inexecução contratual, tem reduzido. A equipe que trabalha rotineiramente com procedimentos licitatórios tem notado uma maior preocupação das pretensas contratadas do Departamento com o cumprimento das condições contratuais, uma vez que são sabedoras do rigor adotado pela Administração quando da execução contratual.

7.6. Desfazimento de veículos oficiais inservíveis ou antieconômicos

Merece destaque a política implementada pelo Departamento no que tange ao desfazimento de veículos oficiais classificados como inservíveis ou antieconômicos, com vistas à otimização da gestão de renovação da frota.

Cabe ressaltar que os aludidos leilões contaram com forte participação da sociedade, o que demonstra o sucesso do modelo adotado para desfazimento desses bens, razão pela qual encontra-se em fase de implementação dessa forma de desfazimento para outros bens igualmente inservíveis ou antieconômicos.

No exercício de 2007 a forma de realização das hastas públicas foi adequada à redução do rol de veículos a serem leiloados, de forma que foram realizados 11 leilões administrativos nas diversas unidades desconcentradas do DPRF totalizando a alienação de 605 veículos, conforme demonstrativo abaixo.



7.7. Resultados das ações operacionais desenvolvidas

Ocorrências registradas

	2003	2004	2005	2006	2007
Total de ocorrências registradas	105.055	112.457	111.291	109.278	123.120
Nº de acidentes c/ vítimas	38.558	40.771	42.026	43.706	49.618
Nº de acidentes s/ vítimas	66.497	71.686	68.060	65.572	73.502
Nº de feridos	60.326	66.117	69.589	66.066	75.103
Nº de mortes	5.780	6.119	6.408	6.116	6.847

Fiscalização por área de competência

Áreas de competência	2003	2004	2005	2006	2007
Transporte de cargas	10	5	32	19	1.480*
Transporte de produtos perigosos	22.466	40.636	39.406	33.287	30.022
Transporte de passageiros	2.216	6.019	5.899	8.456	9.957
Fiscalização de peso	21.556	19.850	16.658	5.479	10.346

* No exercício de 2007 a forma de cálculo desse item foi alterada.

Número de ações operacionais coercitivas realizadas

Atividades realizadas	2003	2004	2005	2006	2007*
Total de veículos fiscalizados	7.657.906	6.845.280	6.405.872	7.017.174	7.038.167
Total de AI's extraídos	1.159.137	1.067.741	1.290.754	1.522.951	1.256.443
CNH's recolhidas	36.968	33.415	31.100	22.675	23.257
Veículos recuperados	3.678	3.600	3.220	3.593	3.647
Operações especiais	459	671	573	236	326
Operações eventuais	580	540	455	529	454
Operações integradas	425	539	449	189	158
Operações conjuntas com outros Órgãos	2.488	3.728	2.909	1.448	1.239
Operações de férias e feriados	1.293	1.893	1.269	991	702
Operações regionais	717	901	822	654	103
Operações de reforço de policiamento	940	1.085	742	246	264
Operações emergenciais	182	229	64	54	38
Operações de apoio a outros Órgãos	2.675	3.439	2.553	1.054	1.160
Comandos gerais	6.383	7.665	6.985	4.972	4.696
Comandos médicos	165	157	277	315	101
Comandos educativos	446	342	269	243	256

*Os dados concernentes ao exercício de 2007 estão em fase final de consolidação, razão pela qual podem sofrer ajustes.

Apreensões de drogas

Drogas	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
Anfetaminas	Caixa	2.483	11.248	4.637	1.351	11.063*
Cocaína e subprodutos	Kg	527	2.040	2.251	3.303	4.250
Lança-perfume	Frasco	12.349	12.105	8.440	1.435	3.472
Maconha	Kg	43.957	44.593	46.785	46.633	44.063
Pés de maconha erradicados	Unidade	-	-	1.742.227	263.459	252.300

*A unidade de cálculo das anfetaminas foi alterada em 2007 de "caixa" para "unidade".

Apreensões de contrabandos / descaminho

Contrabando	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
Bebida	Litros	60.141,13	84.231,00	106.949,10	168.618	169.348
Cigarro	Pacote	1.159.109	1.199.983	1.154.215	2.752.599	3.370.970
Eq. de informática	Unidade	135.242	208.886	441.992	402.498	457.054
CD/DVD	Unidade	676.479	711.109	1.936.517	7.526.548	582.555

Apreensões de armamento

Armamento	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
De fogo	Unidade	1.617	1.050	1.024	1.436	1.476
Branças	Unidade	392	181	252	273	186
Munições	Unidade	76.909	78.401	64.268	117.204	90.323

Apreensões de cargas

Cargas	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
Roubada	Unidade	272	223	197	235	224
Recuperada	Unidade	157	200	177	132	138

Apreensões de pessoas

Pessoas	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
Detidas	Unidade	10.918	10.800	14.663*	19.441	23.754
Menores recolhidos	Unidade	404	488	601	565	632

*Pessoas detidas em 2005 totalizou 14.663, diferindo do quantitativo informado no Relatório de Gestão 2005 em virtude de, na época, faltarem números a serem totalizados.

Apreensões de produtos – fiscalização ambiental

Produto	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
Peixes	Kg	10.964	35.943	17.318	42.990	91.464
Madeira	M ³	31.707	29.577	231.649	295.083	140.106
Carvão	M ³	1.467	9.328	9.712	21.766	26.690
Animais silvestres	Unidade	3.820	7.787	9.743*	14.051	11.124

*Não foi considerada a apreensão de 60.000 alevinos realizada no Mato Grosso.

Patrulhamento ostensivo da malha rodoviária

A missão precípua da PRF consiste em garantir a fluidez e principalmente evitar a ocorrência de acidentes de trânsito.

Portanto, o policiamento ostensivo rodoviário, com base na ostensividade (presença física) e interventividade (disponibilidade para intervenção em situações de risco ou irregulares) figura como atividade de altíssima relevância.

O quadro abaixo demonstra a que no exercício de 2007 foram percorridos 60.167.990 Km, a fim de cobrir a extensa malha policiada.

MÊS	Combustível R\$	Tx Adm	Qte Trans.	Veic. Cadas.	Veic. Abast.	Álcool Litros	Diesel Litros	Gasolina Litros	Querosene Litros	KM
01 – JANEIRO	R\$ 1.927.536,28	R\$ 104.236,80	13.195	3.190	1.862	3.260	131.289	516.165	86.305	4.427.795
02 – FEVEREIRO	R\$ 1.795.406,82	R\$ 101.478,50	12.845	3.190	1.933	3.057	136.571	519.602	46.212	4.556.070
03 – MARÇO	R\$ 1.799.301,11	R\$ 108.048,30	13.677	3.142	1.942	4.705	146.814	586.762	33.312	4.771.410
04 – ABRIL	R\$ 1.751.943,74	R\$ 107.274,10	13.579	3.169	1.908	6.332	144.846	524.940	21.251	4.820.343
05 – MAIO	R\$ 2.033.067,23	R\$ 115.142,50	14.575	3.377	1.991	4.974	156.819	541.511	160.534	5.045.446
06 – JUNHO	R\$ 1.825.524,19	R\$ 96.432,00	13.776	3.377	2.096	5.853	167.923	528.520	37.547	4.867.793
07 – JULHO	R\$ 1.749.565,37	R\$ 101.024,00	14.432	3.483	2.021	15.678	152.646	514.310	26.654	5.076.492
08 – AGOSTO	R\$ 1.862.979,61	R\$ 106.358,00	15.194	3.483	2.065	18.997	190.270	537.055	21.568	5.381.911
09 – SETEMBRO	R\$ 1.800.541,80	R\$ 105.798,00	15.114	3.483	2.165	30.771	176.868	507.980	31.382	5.359.439
10 – OUTUBRO	R\$ 1.907.315,40	R\$ 112.350,00	16.050	3.483	2.131	538.457	40.876	185.226	29.430	5.558.427
11 – NOVEMBRO	R\$ 1.834.350,30	R\$ 107.772,00	15.396	3.483	2.047	39.571	180.976	515.030	34.080	5.330.017
12 – DEZEMBRO	R\$ 1.853.685,99	R\$ 105.938,00	15.134	3.483	2.036	38.727	180.002	504.106	36.356	4.972.847
TOTAL	R\$ 22.141.217,84	R\$ 1.271.852,20	172.967	40.343	24.197	710.382	1.805.900	5.981.207	564.631	60.167.990

* Planilha extraída do sistema disponibilizado pela Ticket S/A, empresa contratada para o gerenciamento do fornecimento de combustível ao DPRF.

7.8. Assistência à Saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias Federais

7.8.1. Assistência Médica e Odontológica

Durante o exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal ofereceu aos servidores e seus dependentes, o Plano de Saúde Suplementar – Medial Saúde, como plano oficial do Departamento, e a Fundação de Seguridade Social – GEAP, plano de saúde intermediado pelo Ministério da Justiça.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal conta, em estatísticas de Dez/2007, com um total de 35.348 pessoas, entre ativos, inativos, cedidos, instituidores de pensão, requisitados, nomeados para cargo comissionado e seus dependentes legais, distribuídos quantitativamente e respectivamente em 10.183, 4.581, 33, 1.447, 6, 9 e 19.089, passíveis portanto, de serem beneficiários de plano de saúde ofertado pela Instituição, sob o patrocínio per capita mensal atual do órgão de R\$ 51,93.

A tabela abaixo demonstra o número de servidores e seus dependentes cobertos pela GEAP no ano de 2007.

<i>Mês</i>	<i>Quantidade de vidas</i>	<i>Mês</i>	<i>Quantidade de vidas</i>
Janeiro	6.308	Julho	14.073
Fevereiro	7.568	Agosto	15.434
Março	9.952	Setembro	15.407
Abril	10.228	Outubro	14.848
Maio	11.272	Novembro	14.999
Junho	11.422	Dezembro	15.617

Na tabela abaixo temos os números de servidores e seus dependentes cobertos pela Medial Saúde no ano de 2007.

<i>Mês</i>	<i>Quantidade de vidas</i>	<i>Mês</i>	<i>Quantidade de vidas</i>
Janeiro	6.754	Julho	6.762
Fevereiro	6.612	Agosto	7.004
Março	5.830	Setembro	7.085
Abril	6.041	Outubro	7.029
Maio	6.169	Novembro	7.090
Junho	6.463	Dezembro	7.147

7.8.2. Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

- **Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais**

No ano de 2007, as atividades de Atendimento Pré-Hospitalar e Resgate foram executadas em continuidade às atividades de 2006, ou seja, apesar do serviço de atendimento pré-hospitalar estar sendo executado na maioria das Unidades Regionais, precariamente, pela falta de efetivo capacitado, falta de recursos para adquirir os equipamentos necessários para equipar as viaturas de resgate e operacionalização dos serviços de APH, em algumas Superintendências tais atividades foram realizadas por meio de convênios e parcerias com o Corpo de Bombeiros Militar, Universidades, Hospitais e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

No que tange ao Convênio DPRF-SAMU, a implantação e operacionalização do Convênio nº 04/2004 SAMU/MS-DPRF/MJ iniciou-se no final de 2004, entretanto, o aproveitamento no ano de 2005 foi deficitário pois nenhum Termo Aditivo foi formalizado. No ano de 2006 foram publicados 16 Termos Aditivos ao convênio e a situação atual é a seguinte:

- **1º TA - Recife/PE:** vigência a partir de 01 de janeiro de 2006, com aditivação de 1 ambulância de suporte básico de vida de 1 helicóptero, recurso mensal de R\$ 40.750,00.
- **2º TA - Salvador/BA:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com aditivação de 1 ambulância de suporte básico de vida, recurso mensal de R\$ 6.250,00.
- **3º TA - Mossoró/RN:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com aditivação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **4º TA - Magé/RJ:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com aditivação de 1 ambulância de suporte avançado de vida, repasse mensal de R\$ 13.250,00.

- **5º TA - Jequié/BA:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **6º TA - Eunápolis/BA:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **7º TA - Alagoinhas/BA:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **8º TA - Vitória da Conquista/BA:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **9º TA - Natal/RN:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 2 ambulâncias de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 12.500,00.
- **10º TA - Seropédica/RJ:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte avançado de vida, repasse mensal de R\$ 13.250,00.
- **11º TA - João Pessoa/PB:** vigência a partir de 01 de fevereiro de 2006, com adituação de 2 ambulâncias de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 12.500,00.
- **12º TA - Aracaju/SE:** vigência a partir de 01 de setembro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte avançado de vida, repasse mensal de R\$ 13.250,00.
- **13º TA - Fortaleza/CE:** vigência a partir de 01 de setembro de 2006, com adituação de 2 ambulâncias de suporte avançado de vida, repasse mensal de R\$ 26.500,00.
- **14º TA - Campina Grande/PB:** vigência a partir 01 de setembro de 2007, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ R\$ 6.250,00.
- **15º TA - Parnaíba/PI:** vigência a partir de 01 de setembro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **16º TA - Floriano/PI:** vigência a partir de 01 de setembro de 2006, com adituação de 1 ambulância de suporte básico de vida, repasse mensal de R\$ 6.250,00.
- **17º TA - Santa Catarina:** vigência a partir de 01 de setembro de 2006, com adituação de 1 helicóptero, repasse mensal de R\$ 34.500,00.

Para todos esses Termos Aditivos, o Ministério da Saúde fez um repasse total de R\$ 2.464.000,00 no exercício de 2007, entretanto, encontramos-nos distante da meta global do convênio, tendo como principais obstáculos: o insuficiente incentivo aos Gestores Locais do SUS (estaduais e municipais) aliado ao considerável desinteresse inerente aos mesmos; substituição corriqueira dos Gestores Locais do SUS; burocracia institucional própria do DPRF, Ministério da Saúde e Gestores Locais do SUS por ocasião da cooptação e trâmite dos instrumentos do convênio (planos e relatórios de atendimento e termos aditivos); ausência de previsão de contrapartida financeira aos respectivos SAMU's e demais entraves administrativos, a exemplo da substituição da Coordenadora-Geral de Urgência e Emergência, e considerável atraso na homologação do Orçamento Geral da União para 2007.

A Divisão de Saúde e Assistência Social e os Gestores Regionais responsáveis pelos Termos Aditivos publicados, envidaram esforços e até novembro de 2007 um montante de R\$ 895.920,31 foi empenhado, excetuando-se os valores liquidados por processo de inscrição de restos a pagar.

Em relação a **Ação 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais** foram confeccionados processos para aquisição de materiais e equipamentos a seguir:

- **Processo nº 08650000886/2007-23:** referente à compra de equipamentos para atendimento pré-hospitalar e resgate, neste caso aquisição de Desfibriladores e Oxímetros para as atividades de resgate nas rodovias.
- **Processo nº 08650000887/2007-78:** referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso Equipamentos para Triagem

na Sanidade Física em Medicina de Tráfego dos motoristas profissionais que participaram dos CSR.

➤ **Processo nº 08650000888/2007-12:** referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aparelhos para a determinação de glicemia, triglicérides e colesterol.

➤ **Processo nº 08650000902/2007-88:** referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso Balança de Bio-impedância e Balança Antropométrica.

➤ **Processo nº 08650001313/2007-17:** referente à compra de equipamentos para atendimento pré-hospitalar e resgate sendo aquisição de Desfibrilador Externo Automático (treinamento - simulador), cardio-versor com marcapasso e aparelho de determinação de enzimas.

➤ **Processo nº 08650001984/2007-88:** referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aparelhos de bio-impedância, estetoscópio, esfigmomanômetro aneróide, monitor de pressão digital e reanimador manual adulto.

➤ **Processo nº 08650001983/2007-33:** referente à compra de materiais de consumo para atendimento pré-hospitalar e resgate, visando um atendimento de socorro a urgências, mais eficaz, aos usuários das rodovias federais. Com referência a este processo cita-se: álcool, atadura, bolsa para material, cânula orofaríngea, cobertor, colar cervical, coletor para perfuro cortantes, esparadrapo, fita para isolamento, fluxômetro, gaze, KED, conjunto para parto, lancetador, lençol descartável, luva de raspa de couro, luvas de látex(P,M,G), manta aluminizada, máscara de proteção, mochila, óculos de proteção, pás do DEA, pinça hemostática, prancha rígida, protetor de queimados, sistema de fixação da cabeça, soro fisiológico, talas aramadas, talas moldáveis, tesoura ponta romba, tirantes tipo aranha e tracionador de fêmur.

➤ **Processo nº 08650001997/2007-57:** referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aquisição de lancetas e tiras reagentes para realização dos exames de taxas de glicose, colesterol e triglicérides.

➤ **Processo nº 08650001313/2007-17:** referente à compra das tiras de Dímero-D, Mioglobina, NT-PROBNP e Troponina para utilização no aparelho de determinação de enzimas.

Durante o ano foram entregues 9 (nove) Ambulâncias de Suporte Básico e 9 (nove) Ambulâncias de Suporte Avançado referentes a aquisição realizada no exercício anterior. Neste exercício, foram adquiridas 2 ambulâncias de Suporte Básico de vida que serão entregues no início de 2008.

A distribuição dos equipamentos e materiais adquiridos foi feita às Superintendências e Distritos Regionais, de acordo com um planejamento de distribuição que objetiva que em 2008, todas as regionais possuam equipamentos para a realização de pelo menos um circuito completo do Comando de Saúde nas Rodovias e da Patrulha da Saúde.

Em relação ao número de unidades utilizadas como referência, o DPRF apresenta 114 equipes que são caracterizadas como ambulância, recursos humanos e base.

Quanto aos Comandos de Saúde nas Rodovias foram avaliados 13.640 motoristas que foram atendidos com melhor sistemática de avaliação, devido a aplicação de mais exames do que em 2006. No entanto a necessidade de treinamento em relação ao manuseio dos novos equipamentos adquiridos durante o ano somente foi suprida no Encontro Nacional de Gestores dos Comandos de Saúde nas Rodovias realizado em dezembro de 2007.

A meta para 2007 de 15.000 motoristas triados não foi alcançada por falta de equipamentos, treinamento de pessoal e principalmente pelo aumento do número de exames aplicados a cada motorista, de forma que o tempo de avaliação individual aumentou

consideravelmente. Contudo, as perspectivas para 2008 são otimistas devido a aquisições de equipamentos e material de consumo e ao treinamento de pessoal realizado no final de 2007, de forma que se estima que em 2008 haverá ganho na qualidade dos exames e na quantidade de motoristas profissionais avaliados.

7.8.3. Acompanhamento Psicossocial de Servidores

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal conta, em estatísticas de Fev/2007, com um total de **10.183** servidores ativos, passíveis portanto, de serem beneficiários pelas atividades da supracitada ação. Devido ao baixo valor orçamentário só foi possível beneficiar 2.670 servidores a um custo per capita anual de R\$ 26,70 (Vinte e seis reais e setenta centavos) para custeio e material de consumo, perfazendo um valor global anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

7.9. Recursos Humanos

A força de trabalho do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NM 910001 Policial Rodoviário Federal; pessoal nomeado em Cargos de Comissão; servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios; bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

Para manutenção da estrutura organizacional do DPRF, os trabalhos são realizados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, em sua grande maioria com forma de execução diária, merecendo destaque para a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade do ato peticionário, dos processos relativos a concessão de benefícios e vantagens, à aposentadoria e pensão e manutenção da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental, e, em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

• Quadro de pessoal

a. Quadro de pessoal por situação funcional

	ATIVO PERMANENTE		APOSENTADO		CEDIDOS		INST. DE PENSÃO		REQUISITADO DPRF	NOM. CAR COMISSÃO	FTD
	1	2	1	2	1	2	1	2			
DPRF/SEDE	233	26	26	7	14	4	5	-		4	263
1ª SRPRF - GO	374	21	181	6	-	-	35	-	1		396
2ª SRPRF - MT	326	10	60	2	-	-	21	-			336
3ª SRPRF - MS	411	2	101	-	-	-	15	-			413
4ª SRPRF - MG	869	54	483	2	2	-	156	4			923
5ª SRPRF - RJ	794	178	509	65	-	-	235	20	1	1	974
6ª SRPRF - SP	601	37	362	18	-	-	119	4	1	1	640
7ª SRPRF - PR	530	30	231	7	-	-	67	-			560
8ª SRPRF - SC	510	20	234	6	1	-	51	2		1	531
9ª SRPRF - RS	785	17	455	11	1	-	114	-			802
10ª SRPRF - BA	596	23	284	9	-	-	109	2			619
11ª SRPRF - PE	485	10	270	13	-	-	92	1			496
12ª SRPRF - ES	237	39	154	2	-	-	37	2			276
13ª SRPRF - AL	173	13	106	1	1	-	27	1		1	187
14ª SRPRF - PB	260	21	146	1	1	-	42	2			281
15ª SRPRF - RN	220	16	123	1	-	-	23	-			236
16ª SRPRF - CE	433	21	214	1	-	-	60	2		1	455
17ª SRPRF - PI	254	13	99	-	-	-	31	-			267
18ª SRPRF - MA	274	16	87	1	1	-	36	-			290
19ª SRPRF - PA	315	27	114	2	-	-	31	-	1		343
20ª SRPRF - SE	124	3	92	-	1	-	16	-			127
21ª SRPRF - RO	229	54	24	8	-	-	12	3			283
1º DRPRF - DF	184	20	11	-	5	1	8	1	1		205
2º DRPRF - TO	116	1	34	-	-	-	8	-			117
3º DRPRF - AM	70	2	12	-	-	-	6	-	1		73
4º DRPRF - AP	37	20	2	3	1	-	-	-			57
5º DRPRF - RR	40	9	1	-	-	-	-	-			49
TOTAL	9480	703	4415	166	28	5	1403	44	6	9	10198

1 - Ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal

2 - Ocupantes de cargos diversos do quadro do Ministério da Justiça

FTD - Força de Trabalho - Resultado das somas dos ativos Permanente, Requisitados e Nomeados Cargo em Comissão.

b. Evolução do efetivo

SERVIDORES	MESES DO ANO												MÉDIA
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
ATIVOS	10421	10405	10373	10351	10311	10283	10255	10246	10214	10205	10194	10183	10286,75
APOSENTADOS	4502	4527	4516	4522	4540	4558	4542	4568	4585	4586	4587	4581	4551,17
CEDIDOS	32	33	33	30	30	31	30	30	29	30	33	33	31,17
INST. DE PENSÃO	1355	1356	1362	1378	1392	1405	1413	1420	1429	1438	1443	1447	1403,17
REQUISITADOS	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
CARG. EM COMISSÃO	11	11	11	11	11	11	10	10	10	10	10	9	10,42
TOTAL NO MÊS	16327	16338	16301	16298	16290	16294	16256	16280	16273	16275	16273	16259	16288,67

c. Quadro de pessoal terceirizado/contratado:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui, atualmente, dois contratos para prestação de serviços de mão-de-obra especializada, quais sejam, os Contratos Administrativos nº 36 e 50/2004, firmado com a Agrosservice Empreiteira Agrícola Ltda, e o Contrato Administrativo nº 10/2007, pactuado com a Patrimonial Segurança Privada Ltda, a qual pode ser sintetizada no demonstrativo abaixo.

EMPRESA	FUNÇÕES	QUANTITATIVO
Agrosservice Empreiteira Agrícola Ltda	Secretários	14
	Auxiliar de Informática	88
	Motoristas	09
	Operador de fotocopiadora	03
	Copeira	06
	Jardineiro	01
	Bombeiro hidráulico	01
	Limpeza	29
Patrimonial Segurança Privada	Vigilante diurno/noturno	32
TOTAL Geral		183

• Quadro de cargos comissionados

	101.6	101.4	101.3	101.2	101.1	102.3	102.2	FG1	FG2	FG3
DPRF/SEDE	1	6	4	27	-	2	1	6	-	26
1ª SRPRF - GO	-	-	1	-	-	-	-	4	7	21
2ª SRPRF - MT	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
3ª SRPRF - MS	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
4ª SRPRF - MG	-	-	1	-	-	-	-	4	18	32
5ª SRPRF - RJ	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
6ª SRPRF - SP	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
7ª SRPRF - PR	-	-	1	-	-	-	-	4	6	20
8ª SRPRF - SC	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
9ª SRPRF - RS	-	-	1	-	-	-	-	4	14	28
10ª SRPRF - BA	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
11ª SRPRF - PE	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
12ª SRPRF - ES	-	-	1	-	-	-	-	4	4	18
13ª SRPRF - AL	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
14ª SRPRF - PB	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
15ª SRPRF - RN	-	-	1	-	-	-	-	4	4	18
16ª SRPRF - CE	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
17ª SRPRF - PI	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
18ª SRPRF - MA	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
19ª SRPRF - PA	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
20ª SRPRF - SE	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
21ª SRPRF - RO	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
1ª DRPRF - DF	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
2ª DRPRF - TO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
3ª DRPRF - AM	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
4ª DRPRF - AP	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
5ª DRPRF - RR	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
TOTAL	1	6	25	27	5	2	1	90	151	491

- **Pessoal cedido**

MAT	SERVIDOR	UF	ORGAO CESSIONARIO	TIPO DE CESSAO	INICIO DA CESSAO
1301765	RODOLFO CESAR DE ALMEIDA CORREIA	AL	DPU	SEM ÔNUS	
1301401	ALON DA COSTA ARAGAO	AP	TRF 1ª REGIAO/DF	SEM ÔNUS	
160777	NARA REGINA DE SIMAS GUIMARAES	DF	ANEEL	SEM ÔNUS	
161298	ADILSON SILVA SANTOS	DF	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SEM ÔNUS	
162655	EZIO RICARDO BORGHETTI	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
165960	ANTONIO EUSTAQUIO LOPES	DF	DNIT	SEM ÔNUS	
168756	FRANCISCO JOSE NUNES FERREIRA	DF	MINISTÉRIO DO TURISMO	SEM ÔNUS	
1050249	JANE OLIVIA PEREIRA DOS SANTOS DE VASCONCELLOS	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1068118	MIRIAN CELIA ALVARES DE ANDRADE	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1068398	CRISTIANE DE OLIVEIRA TEODORO	DF	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SEM ÔNUS	
1069030	FABRICIO COLOMBO	DF	MINIST DO TRAB E EMPREGO	SEM ÔNUS	
1069055	FERNANDO MARCOS DE MELO COTTA *	DF	GOVERNO DISTRITO FEDERAL	COM ÔNUS	04/10/07
1071995	GESSE DE ALENCAR	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1073296	ANTONIO PASSOS DE SOUZA	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1094627	WILSON PEREIRA RODRIGUES FILHO	DF	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SEM ÔNUS	
1122838	SHEILA ETHEL GALVAO VALADARES	DF	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SEM ÔNUS	
1184051	CLEVERSON LAUTERT CRUZ	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1185058	PETTERSON SALGADO DE OLIVEIRA	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1185576	CARLOS ANTONIO DE AZEVEDO DANTAS	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1200200	VALFRAN DE ALMEIDA PEREIRA FILHO	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1371017	CINTIA REGINA VASCONCELLOS DA COSTA LIMA	DF	AGU	SEM ÔNUS	
1371272	REINALDO LAS CAZAS ERSINZON	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1461287	GUSTAVO VARGAS DA COSTA	DF	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
2076046	ANDRE CARIUS DA CUNHA	DF	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SEM ÔNUS	
172404	MARIA DO SOCORRO LIMA DA SILVA	DF	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SEM ÔNUS	
1295972	MARCIO ALMEIDA MARQUES	DF	FUNAI	SEM ÔNUS	
2170665	JEAN RICARDO ALVES DUQUE	ES	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SEM ÔNUS	
1072336	ANTONIO FERNANDO SOUZA OLIVEIRA	MA	CÂMARA DOS DEPUTADOS	SEM ÔNUS	
1301678	WAGNER JOSE DUARTE *	RJ	GOVERNO EST RIO DE JANEIRO	COM ÔNUS	29/10/07
1071238	RODOLFO PORTO TERRA	RS	DPU	SEM ÔNUS	
1183095	SILVINEI VASQUES *	SC	PREF MUNIC SÃO JOSÉ / SC	COM ÔNUS	05/12/07
1182727	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA GOES	SE	TRE / SE	SEM ÔNUS	

* OBS.: Até o momento não houve nenhum ressarcimento por parte dos Órgãos Cessionários em relação às Cessões COM ÔNUS, as respectivas regionais do DPRF já foram notificadas a respeito para acompanhamento.

- **Concessão de benefícios**

Benefícios	Recursos Dispendidos
Auxílio Transporte	R\$ 66.531,61
Auxílio Natalidade	R\$ 1.490,00
Auxílio Alimentação	R\$ 903.143,37
Auxílio Pré-Escolar	R\$ 74.993,01

- **Controle da folha de pagamentos**

EXERCÍCIO 2007 - Pagamentos efetuados pela UPAG 001 (DPRF/SEDE)

Rubrica	13		28		1358		220	
Descrição	Adic. Temp. Serv.		Ad. Not. Administ.		Ad. Not. Jud.		1/3 Férias	
Class. Contábil	331901137		331901104		331909127		331901145	
Mês	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
01/07	30	1.483,46	-	-	-	-	50	97.801,73
02/07	29	1.440,88	-	-	-	-	23	40.295,36
03/07	29	1.440,88	-	-	-	-	18	25.874,83
04/07	29	1.462,48	-	-	-	-	18	35.463,20
05/07	29	1.462,48	-	-	-	-	18	34.389,59
06/07	29	1.462,48	-	-	-	-	24	43.502,55
07/07	29	1.462,48	-	-	-	-	12	23.967,12
08/07	29	1.462,48	-	-	-	-	8	13.782,04
09/07	29	1.462,48	-	-	38	26.019,32	11	20.549,19
10/07	29	1.462,48	-	-	33	9.801,46	8	16.081,56
11/07	28	1.412,16	2	362,75	29	13.067,65	15	29.171,11
12/07	28	1.412,16	-	-	46	30.507,94	121	257.455,51
Total	347	17.426,90	2	362,75	146	79.396,37	326	638.333,79

- Acompanhamento da folha de pagamentos

EXERCÍCIO 2007		
Demonst. Crédito Bancário UPAG 001 (DPRF/SEDE)		
Extraído do SIAPE - >GRCOCREBAN		
Mês	QTD	Recursos dispendidos (R\$)
01/07	319	2.165.964,43
02/07	320	2.023.487,60
03/07	314	1.966.904,41
04/07	312	1.964.615,00
05/07	318	2.012.057,96
06/07	322	2.531.126,01
07/07	324	2.071.971,20
08/07	342	2.062.243,09
09/07	327	2.183.001,32
10/07	326	2.067.341,64
11/07	325	4.241.577,67
12/07	334	2.769.892,55
Total	3.883	28.060.182,88

7.10. Capacitação

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A Coordenação de Ensino busca promover a formação humana e profissional dos servidores deste Departamento permanentemente, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

No exercício de 2007 foram implementadas diversas ações de capacitação conforme se vê nos dados constantes abaixo.

7.10.1. Ações de capacitação realizadas:

Foram qualificados em termos gerais 23.345 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e cinco) servidores, sendo 14.237 (quatorze mil e duzentos e trinta e sete) servidores capacitados através de cursos presenciais e 9.108 (nove mil, cento e oito) servidores capacitados através do ensino a distância.

Foram realizadas diversas ações de capacitação no exercício de 2007. Chamamos a especial atenção para o Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC, visando a atuação da Polícia Rodoviária Federal nas atividades de segurança no Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, sendo capacitados um total de 323 (trezentos e vinte e três) PRF's de todas as Regionais do DPRF. Vale ressaltar que aproximadamente 800 (oitocentos) policiais que participaram da segurança do Pan-Americano receberam treinamento em diversas áreas.

Outra importante ação de capacitação que teve início no último semestre de 2007 e continuará durante o ano de 2008 é o Programa de Atualização para o Efetivo Policial, dividido em quatro módulos, que tem como um dos objetivos levar conhecimento aos policiais em suas próprias Delegacias. Foram capacitados 3.333 (três mil, trezentos e trinta e três) policiais no módulo I, que abrange as disciplinas de Técnicas de Abordagem e Técnicas de Defesa Policial.

No ano de 2007 foi iniciado o Projeto “Corregedoria Participativa” com realização de um ciclo de palestras com a finalidade de mostrar ao servidor a importância e a necessidade de se ter a excelência como padrão na prestação de serviços a sociedade. As palestras atenderam a 2673 (dois mil e seiscentos e setenta e três) servidores nos estados do RJ, RS, SC, PR, BA, AL, SE, ES, SP, além do DF (1º DRPRF/DF e Sede). O projeto deverá ser concluído no ano de 2008.

Nas áreas de Gestão Administrativa do DPRF, foram realizados encontros e reuniões em todas as áreas administrativas com o objetivo de reunir os servidores de diversas regionais com a finalidade de se buscar a excelência nos trabalhos desenvolvidos.

Em convênio com a Organização Internacional do Trabalho – OIT /Organização das Nações Unidas - ONU continuamos com a qualificação de servidores na área de Combate ao Tráfico de Pessoas e Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Entre os eventos relacionados ao assunto, ocorreu o Simpósio “Juventude, Policiamento e Cidadania”, que envolveu PRF's, demais agentes das áreas de segurança e crianças e adolescentes.

Em 2007, foram realizadas diversas campanhas educativas na área de Educação de Trânsito, como o projeto FETRAN na 2ª SRPRF/MT, FEATRAN na 13ª SRPRF/AL e a parceria com o Programa Siga Bem Caminhoneiro, atingindo diretamente cerca de 9.000 (nove mil) pessoas, entre outras atividades ligadas à área. Com todas as ações de educação para o trânsito, um total de **1.954.626 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e seis)** de pessoas foram orientadas.

A Coordenação de Ensino deu continuidade ao programa de Educação a Distância, através do Projeto PRF@ONLINE , UnED e SEAT/SENASP, além de incentivar os servidores a fazerem cursos na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Foram disponibilizados cursos a distância pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, sendo que foram qualificados um total de 9.108 (nove mil, cento e oito) servidores.

Durante todo o ano foram realizados vários cursos de Redação Oficial de Documentos do DPRF, de acordo com as solicitações de cada Regional e das áreas administrativas da Sede do DPRF num total de 409 (quatrocentos e nove) servidores atendidos entre policiais, servidores administrativos, contratados e estagiários.

Outra importante ação de capacitação realizada durante o ano de 2007, foram as capacitações realizadas para o público externo, mostrando o reconhecimento do trabalho realizado pela Coordenação de Ensino. Atendemos a diversas solicitações de instituições da área de segurança

e outras, para a participação de alguns de seus integrantes em eventos de capacitação realizados pela nossa instituição de acordo com a necessidade de cada órgão. Foram cedidas 1.475 (mil quatrocentos e setenta e cinco) vagas, solicitadas por 80 (oitenta) instituições diferentes em 42 (quarenta) eventos realizados pela PRF, entre Cursos, Treinamentos e Palestras.

7.10.2. Estrutura de capacitação:

Atualmente a Coordenação de Ensino possui a seguinte estrutura para capacitação:

ESTRUTURA	ENDEREÇO
Coordenação de Ensino	1º andar edifício sede Salas 101 e 102
Núcleo de Execução Administrativa	1º andar edifício sede Sala 102
Divisão de Concurso, Seleção e Processos	1º andar edifício sede Salas 105 e 106
Divisão de Formação, Desenvolvimento e Cultura	1º andar edifício sede Salas 104, 107 e 108
Núcleo de Formação, Qualificação e Requalificação Profissional	1º andar edifício sede Salas 107 e 104
Divisão de Planejamento, Ensino a Distância e Educação para o Trânsito	Mezanino edifício sede Salas 29B e 37A
CTCO – Centro de Treinamento regional do Centro-Oeste 5 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 180 alunos	Rua 7 de setembro nº 940, Centro, Aquidauana/MS
CTNE – Centro de Treinamento regional do Nordeste 4 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 120 alunos	BR 116, Km 06, Cajazeiras, Fortaleza/CE
CTSE – Centro de Treinamento regional do Sudeste 4 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 120 alunos	Rod. Pres. Dutra Km 163, Vigário Geral, Rio de Janeiro/RJ
CTS – Centro de Treinamento Regional do Sul 3 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 90 alunos	BR 290 Km 91 Porto Alegre/ RS
Centro de Treinamento de Cachoeira Paulista/SP Em implantação	Rua Antônio Saciloti Filho nº 380, Bairro Alto da Boa Vista, Cachoeira Paulista/SP
Telecentro de Brasília Sala web com 15 computadores Sala de vídeo com 30 lugares Centro de tutoria	Sala 37A mezanino
Telecentro de Aquidauana Sala web com 15 computadores Sala de vídeo com 15 lugares Centro de tutoria	Rua 7 de setembro nº 940, Centro, Aquidauana/MS
Telecentro de Fortaleza Sala web com 15 computadores Sala de vídeo com 15 lugares Centro de tutoria	BR 116, Km 06, Cajazeiras, Fortaleza/CE
Biblioteca e Videoteca em estruturação no Edifício Sede	Sala 37A mezanino
Quadro de 86 (oitenta e seis) tutores de EaD formados.	
Quadro de aproximadamente 350 instrutores ativos	
26 equipes de T&D	
26 equipes de Educação de Trânsito	

7.10.3. Convênios firmados:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal têm vários convênios firmados e em efetivação, com a finalidade de aprimorar o conhecimento de seus servidores:

- a) Fundação Universidade de Brasília/UnB

- b) Centro de Educação a Distância/UnB
- c) Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP – SEAT - RENAESP
- d) Organização Internacional do Trabalho/ONU
- e) Tribunal Regional do Trabalho/CE
- f) Procuradoria da República
- g) Receita Federal
- h) Secretaria Especial de Direitos Humanos
- i) Ministério da Educação – Eproinfo
- j) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- l) Ministério da Justiça

7.11. Gestão Correicional

- **Apuração de denúncias recebidas**

Durante o ano de 2007 foram autuadas 1.819 denúncias, tanto nas Unidades Regionais quanto na Sede, foram instaurados 1.336 processos, assim como apurados e encerrados 1.482 procedimentos no referido período.

- **Análise da consecução das atividades correicionais**

Para o exercício de 2007, a Corregedoria-Geral envidou esforços no intuito de reduzir a demanda processual reprimida, tanto com atividades preventivas, visando diminuir o número de entradas de novos procedimentos, quanto com análise e instauração processual, visando dar cabo aos procedimentos que se encontravam pendentes junto às Corregedorias.

Em relação às atividades preventivas, buscou-se a aproximação da Corregedoria com os diversos entes internos do DPRF. Convém destacar a implementação do Projeto “Corregedoria Participativa”, o qual consiste em um ciclo de palestras nas diversas Unidades deste Departamento, visando dirimir dúvidas relativas ao Direito Administrativo Disciplinar, ressaltar a importância de cada um no combate aos desvios funcionais, e motivar servidores do órgão. O projeto tem como público alvo tanto os servidores quanto representantes sociais, principalmente usuários das rodovias federais. O referido projeto, em sua fase inicial (público interno), foi parcialmente implantado, tendo sido realizadas palestras em 10 Regionais e na Sede, as quais foram assistidas por quase 3.000 servidores. A conclusão da fase inicial e a implantação da fase seguinte (público externo) está prevista para o exercício 2008.

Ainda nessa seara, também se destaca a elaboração e implantação do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS), que visa potencializar o envolvimento das chefias no papel correicional cotidiano em seus respectivos campos de atuação. Com isso, pretendeu-se coibir os desvios funcionais, e ajustar condutas de servidores, gerando-se, por conseguinte, redução de demanda para as Corregedorias.

O resultado dessas ações foi positivo. Mesmo com o aumento da quantidade total de denúncias, pode-se perceber a redução de denúncias nas Regionais que foram contempladas no Projeto Corregedoria Participativa e que ainda desenvolveram as atividades preventivas previstas no Planejamento de Corregedoria 2007.

	*Denúncias Recebidas 2007	
	1º Sem	2º Sem
6ª SR/SP	108	50
12ª SR/ES	32	23
9ª SR/RS	127	93
8ª SR/SC	73	56

Regionais	Denúncias Autuadas	
	2006	2007
2ª SR/MT	29	25
10ª SR/BA	109	75
11ª SR/PE	63	55
15ª SR/RN	39	32
17ª SR/PI	49	44
21ª SR/RO	46	26

Já com relação ao processamento das demandas já existentes, diversas ações foram colocadas em prática na tentativa de aumentar a capacidade de processamento das diversas Unidades Correicionais, tais como a disponibilização de servidores capacitados e com grande experiência para as Regionais com maior demanda, tais como 4ª SRPRF/MG e 5ª SRPRF/RJ, a grande difusão e utilização dos instrumentos “Carta Precatória” e “Investigações Preliminares” (massificadas pelo Planejamento de Corregedoria 2007), realização de cursos de capacitação em procedimento disciplinar (capacitando 99 servidores), implementação do Relatório de Acompanhamento de Comissões (RAC) e do planejamento prévio por parte das Corregedorias e Comissões, visando maior controle sobre as atividades das comissões de processo disciplinar, dar maior dinâmica aos seus trabalhos, e reduzir o tempo de apuração das denúncias e representações.

Contudo, apesar dos muitos esforços empreendidos pela Corregedoria do DPRF, que aumentou em 21,5% o número de instaurações em relação a 2006 (1.100 em 2006 contra 1.336 em 2007), mesmo em se executando muito bem os recursos disponíveis para a Corregedoria, que superaram os disponibilizados em 2006 em 23% e cuja execução chegou a 99,98%, e embora tenhamos encerrado tantos procedimentos, 1.482 procedimentos, o quantitativo de procedimentos autuados superou esse quantitativo e gerou uma elevação de número de pendências junto às Corregedorias em 8% (3.302 em 2006 e 3.599 em 2007).

Para 2008, com continuidade do projeto Corregedoria Participativa nas demais Regionais, com a consolidação das rotinas relativas ao AGS, e com a implementação de um outro conjunto de ações previstas no planejamento de Corregedoria para o exercício, pretende-se finalmente provocar uma diminuição do número de processos pendentes junto às Unidades Correicionais do DPRF.

Ainda com relação a 2007, é importante destacar o número de 43 demissões (número recorde em relação a exercícios anteriores), 95 suspensões, 73 advertências (número recorde em relação a exercícios anteriores), 04 notas de culpa, 05 cassações de aposentadoria, 07 reintegrações, 08 absolvições, 05 extinções de punibilidade e 25 prisões.

Conclusão

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral, aqui compreendidos os das Unidades Regionais, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

Compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas *“Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal”*.

Considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, o DPRF no exercício 2007 obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, o Departamento se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho do Departamento de Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2007 o DPRF foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão foram concretizadas, tanto com a diminuição do número de acidentes, quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois a Polícia Rodoviária Federal foi em 2007 a Instituição de Segurança Pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2007, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública, o que ficou largamente demonstrado nas operações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos.

Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, a entorpecentes, a crimes contra o patrimônio, de modo que foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança.

O exercício de 2007 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando para a verdade e a justiça.

Anexo A - Demonstrativos de Tomada de Contas Especiais

No exercício de 2007 não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de sorte que não foram verificadas ocorrências relacionadas a recolhimento do débito antes do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União, na forma do item 12 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

Na mesma esteira, em atendimento ao item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, cabe consignar que não foram verificadas Tomadas de Contas Especiais cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa nº 13/1996.

Anexo B - Demonstrativos de perdas, extravios ou outras irregularidades**1. PROCESSO nº 08650.002.490/2005-59**

- a) Nome: Alvarez de Souza Simões – CPF: 349.927312-87
- b) Cargo: Policial Rodoviário Federal
Função: Coordenador de Controle Operacional
Matrícula: 1073643
- c) Após levantamento feito pela Comissão de Inventário Anual, foi verificado que o notebook, patrimônio nº 3535, não foi localizado. Tal extravio, gerou Sindicância Administrativa Disciplinar.
- d) Objeto: Notebook, Marca: Logger, Modelo: PLZ 035NO, patrimônio nº 3535.
- e) Foi nomeada uma comissão para efetuar pesquisa de mercado visando apurar o valor do bem a ser ressarcido, conforme Instrução Normativa nº 205/88 da SEDAP.
- f) O referido servidor optou pelo ressarcimento. Todavia, devido à celeridade processual, a Coordenação-Geral de Administração abriu prazo para o devido ressarcimento. O servidor ressarciu, ou seja, substituiu o bem conforme previsto no artigo nº 10,3 “b”, da Instrução Normativa nº 205/88 da SEDAP.

2. PROCESSO nº 08650.000.508/2007-40

- a) Nome: Paulo Henrique Souza Borges - CPF: 983.675.441-53
- b) Cargo: Policial Rodoviário Federal
Função: Chefe da Divisão de Corregedoria - Substituto
Matrícula: 1464274
- c) O servidor comunicou o furto da arma à Administração. Tal extravio, gerou Sindicância Administrativa Disciplinar.
- d) Objeto: Pistola calibre .40, Marca Taurus, modelo PT100, Número de Série SRA 63748, Patrimônio nº 300630.
- e) Considerando que o servidor assume a responsabilidade pelo ressarcimento voluntário, a Coordenação-Geral de Administração, solicita o recolhimento do valor de mercado.
- f) O servidor anexa comprovante de pagamento, GUIA GRU no valor do bem a ser ressarcido.

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo

Conforme demonstrativo abaixo, no exercício de 2007 foram dispendidos R\$ 890,00 em despesas realizadas mediante o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, conforme segue.

	2005	2006	2007
Despesas pagas mediante fatura	***	***	R\$ 890,00
Saques efetuados	R\$ 1.634,00	R\$ 2.350,00	***

Detalhamento das despesas pagas mediante fatura			
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de material de informática	Despesa emergencial	Daniel Raimundo Alencar CPF 825.771.961-72	R\$ 890,00

Tendo em vista que não houveram saques no exercício de 2007, não existem execução a ser detalhada. Entretanto, os dados abaixo possibilitam, ainda, a visualização da série histórica de gastos dessa natureza.

Exercício de 2006				
Nome	CPF	Data emissão	Valor concedido	Valor executado
Pedro Sales dos Reis	221.099.002-53	17/02/2006	R\$ 4.000,00	R\$ 140,00
Cleber Tavares Rosa	610.752.561-00	19/01/2006	R\$ 2.000,00	R\$ 390,00
		14/06/2006	R\$ 2.000,00	R\$ 540,00
		03/10/2006	R\$ 4.000,00	R\$ 1.280,00
Soma			R\$ 12.000,00	R\$ 2.350,00

Exercício de 2005				
Nome	CPF	Data emissão	Valor concedido	Valor executado
Pedro Sales dos Reis	221.099.002-53	12/12/2005	R\$ 5.000,00	R\$ 759,00
Cleber Tavares Rosa	610.752.561-00	30/08/2005	R\$ 4.000,00	R\$ 875,00
Soma			R\$ 9.000,00	R\$ 1.634,00

Exercício de 2004				
Nome	CPF	Data emissão	Valor concedido	Valor executado
Givaldo Medeiros da Silva	020.357.784-17	07/04/2004	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00
Jucelia Torres da Silva	165.297.151-34	05/04/2004	R\$ 4.420,00	R\$ 4.140,07
Roberto Dourado Santos da Silva	200.474.953-91	01/04/2004	R\$ 1.370,00	R\$ 1.252,10
Pedro Sales dos Reis	221.099.002-53	28/07/2004	R\$ 4.000,00	R\$ 3.486,50
Cleber Tavares Rosa	610.752.561-00	19/04/2004	R\$ 1.480,00	R\$ 1.480,00
Soma			R\$ 13.230,00	R\$ 12.318,67

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle

D.1. Tribunal de Contas da União

- Ofício de Requisição nº 002-947-2006: inspeção/conformidade de procedimentos adotados na aquisição de equipamentos de inteligência. Resposta encaminhada por intermédio do Ofício nº 133/2007-CGA e 138/2007-CGA.
- Ofício nº 655/2007-TCU/SECEX-6: conhecimento e adoção da medida prevista no item 1 do Acórdão nº 1.334/2007-Plenário/TCU, que trata de apreciação de denúncia referente a ato de gestão no âmbito da CGA/DPRF, o qual Recomenda que, em futuros procedimentos de tomadas de contas especiais, promova o contraditório com os envolvidos, de modo que a Comissão de Tomada de Contas Especial receba suas ponderações e as considere, fundamentalmente, com vistas a se promover o saneamento dos autos e a elucidação da verdade material.
- Ofício nº 546/2007-TCU/SECEX-6: encaminhado pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça para levantamento de informações acerca de contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação e vigilância. Resposta encaminhada por intermédio do Ofício nº 187/2007-CGA.
- Ofício nº 1.814/2007-TCU/SECEX-3: encaminha Acórdão nº 2.474/2007-TCU/1ª Câmara, que julgou recurso de reconsideração interposto pelo servidor Ademur Antônio Júnior. Encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos (Memorando nº 535/2007-CGA), para que desse cumprimento ao item 9.5 do citado *decisum*, o qual determina que o DPRF promova o desconto das dívidas na remuneração do responsável.

D.2. Sistema de Controle Interno - Controladoria-Geral da União

- Ofício nº 37488/DPTCE/DP/SFC/CGU-PR: solicita informações sobre o andamento e/ou providências quanto à conclusão do processo nº 08.650.001.182/2004-25. Informações prestadas por intermédio do Ofício nº 278/2007-CGA.
- Plano de Providências, exercício de 2006, concernente ao Relatório de Auditoria nº 189578:

Item do Relatório de Auditoria:

4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Impropriedades no controle de almoxarifado.

1.1 Recomendação:

a) Cumprir o item 6.1 da IN/SEDAP nº 205/88, o qual determina que toda movimentação de entrada e saída de carga deve ser objeto de registro, quer trate de material de consumo nos almoxarifados, quer trate de equipamento ou material permanente em uso pelo setor competente. Em ambos os casos, a ocorrência de tais registros está condicionada à apresentação de documentos que os justifiquem.

b) Atentar para o item 7.1 da IN/SEDAP nº 205/88, o qual dispõe que os estoques devem ser objeto de constantes revisões e análises, atividades estas responsáveis pela identificação dos itens ativos e inativos.

c) Observar o contido no item 4 da IN/SEDAP nº 205/88, o qual estabelece que a armazenagem compreende a guarda, localização, segurança e preservação do material adquirido, a fim de suprir adequadamente as necessidades operacionais das unidades integrantes da estrutura do órgão ou entidade.

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.3 Providências a serem Implementadas:

a) O material foi lançado no Sistema de Controle – ASI ALMOXARIFADO e no sistema SIAFI.

b) Solicitar trimestralmente da área responsável pelo suporte/manutenção relatório contendo as condições das impressoras, visando auxiliar no controle do material em estoque. Implementar rotinas de verificação de datas de validade dos materiais adquiridos. Esta verificação será feita nos dias de balanço.

c) Foi elaborado Termo de Referencia (cópia anexa) visando à aquisição de correntes para serem transpassadas nos pneus.

1.4 Prazo limite de implementação: __31__ / __12__ / 2007__

Item do Relatório de Auditoria:

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO: Temos de Responsabilidade desatualizados.

2.1 Recomendação:

Providenciar a atualização dos termos de responsabilidade, com a aposição da assinatura dos responsáveis pela sua guarda, observando o contido nos subitens 7.12, 7.13.3 da IN/SEDAP/PR nº 205/88, bem como, fazer cumprir o item 10.8 da mesma Instrução o qual determina que na hipótese de ocorrer qualquer pendência ou irregularidade caberá ao dirigente do Departamento de Administração ou da Unidade equivalente adotar as providências cabíveis necessárias à apuração e imputação de responsabilidade.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

2.3 Providências a serem Implementadas:

Implantação de rotina semestral de conferencia, in loco, dos materiais, visando maior controle dos materiais sob responsabilidade dos setores do DPRF.

2.4 Prazo limite de implementação: _31_ / _12_ / _2007_

Item do Relatório de Auditoria:

4.2.2.1 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na utilização e na identificação dos veículos.

3.1 Recomendação:

a) Abster-se de autorizar o pernoite de veículos do DPRF fora de sua garagem oficial sem a autorização Ministerial, em cumprimento ao item 12.4 da IN/MARE nº 09/1994.

b) Identificar e caracterizar os veículos oficiais conforme preceitua o item 9.3.1 da IN/MARE nº 09/1994.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

3.3 Providências a serem Implementadas:

- a) Advertência aos motoristas e comunicação a todos os servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) sobre a proibição de se proceder de tal maneira.
- b) Aplicação de adesivos auto-colantes para todas as viaturas utilizadas no serviço de transporte do DPRF.

3.4 Prazo limite de implementação: IMEDIATA**Item do Relatório de Auditoria:**

5.1.4.1 CONSTATAÇÃO: Improriedades na execução de convênio para contratação de estagiários.

4.1 Recomendação:

- a) Abster-se de contratar estudantes de cursos cujas áreas não estejam relacionadas diretamente com atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pela Unidade, e regularizar o quadro atual de estagiários, de modo a fazer cumprir o § 2º do art. 1º da Lei nº 6494/77 e Portaria nº 8/01-MPOG.
- b) Manter relação direta com as instituições de ensino de modo que elas participem do planejamento, acompanhamento da execução, e avaliação do estágio, ajudando inclusive na lotação mais adequada e definição das atividades do estagiário; mantendo-se em consonância com o art. 3º e o §21 do art. 5º da Lei nº 6.494/77, e com os art. 2º, 3º, 4º do Decreto nº 87.497/1982.
- c) Designar supervisores do estágio com formação compatível ao do estagiário, para o cumprimento do art. 8º da Portaria nº 08/2001 MPOG.
- d) Solicitar ao CIEE o recrutamento imediato de um estudante portador de necessidades especiais, em cumprimento ao art. 2º da Portaria/MPOG nº 08/2001 que estipula cinco por cento das vagas de estágio para estudantes portadores de necessidades especiais.
- e) Adequar o número de estagiários de nível superior a 20% do número de cargos/funções comissionados lotados no DPRF/SEDE, conforme determina o art. 2º da Portaria nº 08/2001/MPOG.
- f) Retificar a Cláusula 11ª do Convênio 02/2004, de modo a atender ao Art. 57. da Lei nº 8666/93.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

4.3 Providências a serem Implementadas:

- a) Providenciamos o desligamento imediato da estagiária Juliene da Silva Melo (estudante de turismo) em virtude de seu curso de graduação ser incompatível com as atividades exercidas neste Departamento.
- b) Conforme a cláusula terceira do convênio de cooperação técnica entre o DPRF e CIEE nº 02/2004, são obrigações do conveniente ou seja, CIEE:
 - I – Relacionar-se com as Instituições de Ensino e com elas elaborar convênios específicos, contendo as condições exigidas pelas mesmas para a caracterização e definição de estágio de alunos;
 - III – Promover o ajuste das condições de estágio, definidas pelas Instituições de Ensino com as condições da Concedente;

IV – Preparar e providenciar, para que a Instituição de Ensino, assine o respectivo Acordo de Cooperação, conforme estipula o art. 5º do Decreto 87.494/82

VII – Preparar e providenciar para que a concedente assine o respectivo termo de compromisso de Estágio, com a interveniência da Instituição de Ensino nos termos do parágrafo 1º, do art. 6º, do Decreto nº 87.497/82.

Cabe ao DPRF, como Instituição Concedente deste Convênio, cobrar e acompanhar junto ao CIEE o cumprimento destas obrigações.

Encaminhamos o Ofício nº 421/2007 – CGRH/DPRF, em 14/08/2007, solicitando informações acerca da efetiva participação das instituições de ensino nos estágios vinculados ao Convênio nº 002/2004, celebrado entre o CIEE e o DPRF.

c) Providenciamos junto ao CIEE a seguintes alterações:

Alteração do supervisor da estagiária Roberta Monteiro da Silva, que passará a ser o PRF Ivo Heidrich Silveira, Chefe do NUPROT/DMP/CGO – Núcleo de Normas e Procedimentos de Trânsito;

Alteração do supervisor do estagiário Gabriel da Silva Barbosa, que passará a ser o PRF Petrônio Falcomer Júnior, Chefe da SEAP/DIREC/CGRH – Seção de Aposentadorias e Pensões; e

Alteração do supervisor do estagiário Denílson Bruno Sousa de Oliveira, que passará a ser o PRF Givaldo Medeiros da Silva, Chefe da DIPROJ/CGPLAM – Divisão de Planejamento e Projetos de Infraestrutura.

d) Encaminhamos o Ofício nº 409/07 – CGRH/DPRF solicitando estudantes candidatos a estágio no DPRF que atendam os requisitos legais para preenchimento dessas vagas.

Os candidatos apresentados pelo CIEE estão em processo de entrevista e seleção para que possam ser contratados sob o abrigo do Convênio em tela.

e) Informamos o encerramento do contrato de estágio de Adriano Mariano dos Santos, em 19/06/2007, a pedido do estagiário. A vaga para estagiário existente na CIOP/CGO será provida por estudante(s) de nível médio;

Conforme mencionado no “item a” das solicitações da Auditoria, providenciamos o desligamento da estagiária Juliene da Silva Melo, sendo a vaga de estágio existente provida por estudante(s) de nível médio.

Providenciamos o desligamento imediato dos estagiários Marcelo Galvão da Silva e Ricardo George Soares da Silva Nascimento, em virtude de seu curso de graduação ser incompatível com as atividades exercidas em sua área de lotação neste Departamento, tendo em vista as atividades exercidas no setor, as vagas para estagiários existentes no NUMOT/DFT/CGO serão providas por estudantes de nível médio.

f) Encaminhamos em 14/08/2007 para análise e parecer da AGU, a minuta do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 02/2004, retificando a Cláusula 11ª, que passará a ter a seguinte redação:

“11.1 O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, conforme determina o art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.”

Foram iniciados os trabalhos para a celebração de um novo Convênio de Estágios no DPRF (Processo nº 08650.001538/2007-73) e solicitamos junto às instituições que fazem intermediação de estágio, uma Proposta para a execução de um novo Convênio, de abrangência nacional, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses.

4.4 Prazo limite de implementação: IMEDIATA

Item do Relatório de Auditoria:

5.2.1.2 CONSTATAÇÃO: Improriedades relativas à frequência, jornada de trabalho e auxílio-transporte.

5.1 Recomendação:

a) Efetuar o pagamento do auxílio-transporte considerando os dias em que efetivamente o servidor comparecer ao local de trabalho, haja vista o seu caráter indenizatório, em conformidade com a Orientação Normativa/ nº 3 e com a Medida Provisória nº 2.165-36/2001. Além disso, efetuar o levantamento e repor ao erário o valor pago indevidamente a título de auxílio-transporte, referente aos servidores que em razão do trabalho por escala não tiveram gastos com transporte.

b, d) Atentar para os limites impostos pelo Decreto nº 1.590/95, o qual dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores, principalmente quanto ao seguinte:

- carga horária de quarenta horas semanais, exceto nos casos previstos em lei específica (Inciso I do art. 1º);

- para os serviços que exigirem atividades contínuas de 24 horas, é facultada a adoção do regime de turno ininterrupto de revezamento (art. 2º);

- Os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o caput do artigo 3º deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes. (§ 2 do art. 3º)

c) Manter controle eficaz de frequência de modo a fazer cumprir o art. 6º do Decreto nº 1.590/95. Lembrando que nos casos em que o controle seja feito por intermédio de assinatura em folha de ponto, esta deverá ser distribuída e recolhida diariamente pelo chefe imediato, após confirmados os registros de presença, horários de entrada e saída, conforme prevê o § 1º do citado artigo.

e) Registrar na folha de frequência o intervalo para refeições, pois de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 1.590/95, somente deverá ser dispensado o intervalo de refeições quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, sendo facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

5.3 Providências a serem Implementadas:

a) O pagamento já foi regularizado e os dias não trabalhados estão sendo descontados. Todo pagamento irregular está sendo descontado em folha.

b) Todos os motoristas estão cumprindo suas 40 horas semanais de trabalho e sua escala está afixada na garagem do DPRF.

c) O controle de entrada e saída dos motoristas está sendo feito através de livro específico localizado na portaria e sob o poder dos seguranças.

Autuação do processo nº 08.650.001.044/2007-99 para reposição ao erário.

5.4 Prazo limite de implementação: __IMEDIATA__

Item do Relatório de Auditoria:

5.3.1.1 CONSTATAÇÃO: Impropriedades verificadas nos processos de concessão de diárias.

6.1 Recomendação:

- a) Conferir o cálculo do valor a ser pago a título de diárias, providenciando o recolhimento imediato quando detectado pagamento a maior, de modo a fazer cumprir o art. 8º do Decreto nº 343/91, mantendo o comprovante junto à prestação das diárias recebidas.
- b) Anexar à PCD, à época da prestação de contas da viagem, cópia do comprovante de participação, uma vez que o descumprimento dessa obrigação configura a não comprovação da viagem, ficando o beneficiário sujeito à devolução dos valores referentes às diárias e passagens recebidas, acrescidos de atualização monetária, em conformidade com o art. 3º da Portaria MPOG nº 98, de 16.07.2003, combinado com o disposto nas Normas de Serviço EO-01-A e EO-02-A, de 05.08.1998, do Ministério da Justiça.
- c) Fazer constar das PCD'S as justificativas e os comprovantes de alterações de locais origem e destino, datas e horários dos eventos que objetivarem o deslocamento, com vistas ao efetivo controle.
- e) Verificar, antes das autorizações de diárias, se as datas previstas para os deslocamentos não coincidem com períodos de férias, mantendo atualizados os registros de férias nas Transações do SIAPE (CACOFERIAS e CDCOFERIAS) e providenciando ressarcimento imediato ao erário quando observado o pagamento indevido, de modo a fazer cumprir a legislação vigente.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.3 Providências a serem Implementadas:

- a) e c) Estruturar o Serviço de Conformidade Documental do DPRF, com servidores capacitados a executarem as atribuições definidas na Instrução de Serviço nº 01 de 25 de agosto de 2006, (cópia em anexo).
- b) e e) Consultas ao sistema SIAPE para verificação do período de férias dos servidores, providenciando o imediato ressarcimento ao erário quando observado o pagamento indevido. Solicitação de certificado ou comprovante de participação do servidor.

6.4 Prazo limite de implementação: Itens a) e c) _31_ / _08_ / _2007_

Itens b) e e) _IMEDIATA

Item do Relatório de Auditoria:

6.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Improriedades no procedimento licitatório para contratação de serviços de telefonia móvel celular.

7.1 Recomendação:

- a) Observar e cumprir o teor do § 1º, art. 40 da Lei nº 8.666/93, o qual determina que o original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expediu, permanecendo no processo de licitação, e dele extraíndo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.
- b) Abster-se de fazer constar dos editais exigências que não tenham relação intrínseca com os serviços a serem prestados, pois não tem amparo legal a adoção de procedimentos que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.
- c) Caracterizar e registrar nos processos licitatórios a necessidade que se deseja suprir, especificando adequadamente o bem a ser adquirido. Lembrando que nas compras deverá ser observada a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, conforme estabelece o inciso II, § 7º, do art 15 da Lei nº 8666/93.

d) Atentar para o teor da Portaria Normativa/MP nº 1/2002, quando da realização de nova licitação para contratar serviços de telefonia, a qual estabelece normas e procedimentos para a contratação desses serviços pela Administração Pública.

e) Cumprir, com rigor, as disposições da IN MARE nº 5/1995, que trata dos procedimentos de consulta ao SICAF.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

7.3 Providências a serem Implementadas:

O edital já foi assinado como também foi orientado a área competente para que observe as recomendações quando das próximas aquisições.

7.4 Prazo limite de implementação: IMEDIATA

Item do Relatório de Auditoria:

6.2.1.1 CONSTATAÇÃO: Ausência de designação formal de fiscal do contrato.

8.1 Recomendação:

a) Fazer constar dos instrumentos de contrato as cláusulas essenciais exigidas pelo §2º do art. 62 c/c art. 55 da Lei nº 8.666/93.

b) Especificar no Termo de Referência se a aquisição será por preço global ou por item, de forma que o comparativo de preços possa ser efetuado, atendendo ao inciso IV, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

c) Incluir no processo comprovante de designação de representante da Administração para acompanhar o contrato, bem como documentar os recebimentos do objeto contratual, anexando os comprovantes em processo.

8.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Item a): (2) Concordo parcialmente

Itens b) e c): (1) Concordo

8.3 Providências a serem Implementadas:

a) Com relação à disposição na Nota de Empenho das cláusulas essenciais exigidas pelo § 2º do Art. 62 c/c art. 55 da Lei nº 8.666/93, ainda não visualizamos uma forma de inseri-las na nota de empenho, entretanto, já adotamos providências no sentido de confeccionar a “CARTA CONTRATO” para as contratações que anteriormente eram firmadas apenas com a emissão do empenho.

Concordamos parcialmente, visto que a Administração autoriza a contratação apenas com a emissão de nota de empenho, nota esta que não dispõe de local para informar as obrigações contratuais, entretanto concordamos totalmente com as ações preventivas frente a possíveis descumprimentos contratuais, amarrando a obrigação da prestação de determinado serviço, mesmo de pequena monta, a uma carta contrato, tanto que passamos a adotar esta sistemática nesta Divisão.

b) O objeto da contratação questionada foi executado em abril de 2006, e, conforme já esclarecido, no Termo de Referência não constava claramente que a aquisição seria por preço global ou por item, todavia, na planilha de pesquisa de preços ficou claro que a aquisição seria realizada por preço global, o que efetivamente se deu. Não cabendo mais justificativas diante dessa Controladoria pelo fato já consolidado, informamos que, a partir deste, implementamos de imediato os cuidados

pertinentes na elaboração de novos termos de referência, deixando claro a forma de avaliação do preço, global ou por item, sempre viabilizando a melhor opção para a Administração.

c) Como já informado, a contratação referida foi executada em abril de 2006 e, por já dispormos de um Núcleo específico para este tipo de fiscalização/acompanhamento, ou seja, da garantia desses serviços (Núcleo de Administração Predial), não foi nomeado, há época, novo gestor, entretanto, para as futuras contratações, já implementamos rotinas internas neste sentido, sendo redobrados os cuidados para que nenhuma aquisição fique sem tal procedimento.

Em tempo, lembramos que este procedimento já é adotado pela CGA/DPRF em todas as contratações, tratando-se tal fato de um caso isolado.

8.4 Prazo limite de implementação: _IMEDIATA_

Item do Relatório de Auditoria:

6.2.1.2 CONSTATAÇÃO: Ausência de pesquisa de preços após a contratação.

9.1 Recomendação:

a) Agilizar o processo de formalização dos contratos, evitando a postergação da execução do mesmo, lembrando que a Administração Pública deverá obedecer, entre outros, aos princípios da razoabilidade, interesse público e eficiência ao tratar de processos administrativos, conforme estabelece o art 2º da Lei nº 9.784/99.

b) Conferir todas as cláusulas e itens de um contrato antes de assiná-lo e publicá-lo, inclusive atualizando-o onde for necessário.

c) Efetuar a pesquisa de mercado de forma a garantir a cotação de no mínimo 3 propostas, de forma a obter um parâmetro para verificação da compatibilidade dos valores cobrados pela Radiobrás com os praticados no mercado; Também em observância à orientação firmada pelo TCU no Acórdão - Plenário nº 1705/2003 e na Decisão nº 538/99-Plenário.

9.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

9.3 Providências a serem Implementadas:

Foi orientado a área competente para que observe as recomendações quando das próximas aquisições.

9.4 Prazo limite de implementação: _IMEDIATA_

Item do Relatório de Auditoria:

6.2.2.1 CONSTATAÇÃO: Impropriedades nos procedimentos de execução do Contrato nº 39/2005, referente à prestação de serviços de telefonia móvel celular.

10.1 Recomendação:

a) Evitar o pagamento de despesas de exercícios encerrados com recursos do exercício em curso, em atenção às disposições dos art. 22 do Decreto nº 93.872/86 e art. 37 da Lei nº 4.320/64.

b) Abster-se de utilizar serviços que não estejam previstos no objeto dos Contratos firmados com as Empresas Americel S/A e Brasil Telecom S/A, ou utilização de serviços junto a empresas que não tenham sido legalmente contratadas, a exemplo das ligações interurbanas para área não contemplada nos contratos, ou ainda, ligações de longa distância junto a Embratel, sob pena de responsabilização do responsável e impugnação da despesa.

c, h) Formalizar adequadamente os processos de pagamento, incluindo as respectivas ordens bancárias, relativamente aos pagamentos dos serviços prestados pela Embratel, TNL, Telefônica, Telemar, GVT e Tim.

d, e) Apresentar a memória de cálculo contendo os valores devidos pela empresa Americhel S/A, em razão da não aplicação correta dos percentuais de descontos previstos em contrato, e informar o montante devido e seu ressarcimento à Administração. Recomenda-se, ainda, à Unidade proceder à aplicação do desconto previsto em contrato sobre o valor dos serviços doravante prestados, sob pena de responsabilização.

f, g) Fazer constar dos processos, inclusive dos relacionados neste Relatório de Auditoria, a declaração que as ligações foram realizadas no interesse do serviço, em especial, quando se tratar de recebimento de ligações a cobrar de móvel e fixo, locais e interurbanas e promover o controle dos ressarcimentos de ligações particulares, fazendo constar dos processos, ainda, os procedimentos de identificação das ligações particulares e seu devido recolhimento. Recomenda-se, ainda, à Unidade, informar e comprovar os mecanismos de controles adotados sobre as ligações particulares ou que não estejam contempladas no objeto do contrato e os conseqüentes ressarcimentos, fazendo constar dos processos de pagamento das despesas de telefonia as informações sobre estes procedimentos.

i) Restringir a execução do contrato ao objeto contratado, e orientar os usuários de telefonia móvel celular do DPRF que as ligações de longa distância(LDN e LDI), GPRS, hora certa, eventos/imagens, foto mensagens, aquisição de MP3, etc, não estão previstos na presente contratação, fazendo comprovar o recolhimento dos valores referentes aos serviços relacionados no item, haja vista a falta de amparo legal.

j) Envidar esforços para efetuar o pagamento dos serviços prestados pela Americhel S/A, de acordo com os prazos previstos no contrato e, na hipótese de erro nas faturas emitidas, proceder ao registro formal das comunicações de solicitação de correção e de suas reiteraões, mantendo-as em processo junto a fatura não paga, com vistas a evitar demandas judiciais ou administrativas exigindo atualização financeira dos valores pagos em atraso.

k, l) Fazer constar dos processos de pagamento a manifestação do Diretor-Geral do DPRF sobre as justificativas apresentadas pelos servidores que extrapolaram os limites previstos na norma interna, implementando controles internos efetivos para o acompanhamento destes limites. Quanto às justificativas apresentadas pelos servidores para sustentar a extrapolação do valor estabelecido, esta deverá ser específica para a fatura objeto de justificação e devidamente assinada, haja vista que documentos não assinados não têm valor administrativo ou jurídico.

m) Fazer constar dos processos de pagamento somente de Notas Fiscais/Faturas originais ou segunda via, no caso de serviços de telefonia, em atendimento aos procedimentos de liquidação da despesa previstos no art. 36 do Decreto 93.872/86.

10.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

10.3 Providências a serem Implementadas:

a) Será observado para que não se efetue pagamento de despesas de exercícios encerrados com recursos do exercício em curso.

b) Solicitar e acompanhar o recolhimento ao Erário dos valores que não têm previsão contratual. Continuar informando os usuários sobre a obrigatoriedade de se utilizar os serviços das empresas regularmente contratadas. Buscar, junto às empresas contratadas, mecanismos que bloqueiem a obtenção de serviços não contratados.

- c) e h) Solicitar à Americel/Claro a recusa da cobrança de valores devidos a outras operadoras/empresas de telefonia em sua fatura, bem como formalizar nos processos os devidos pagamentos referentes a esses serviços.
- d) e e) Providenciar a memória dos cálculos e o ressarcimento do montante ao erário. Somente efetuar o pagamento de faturas da Americel/Claro quando regularizada a cobrança.
- f) e g) Carimbar novamente todas as faturas, com novo modelo de carimbo, de forma que o usuário, ao assinar, declare que as ligações foram realizadas no interesse da Administração. Solicitar que as ligações particulares sejam identificadas nas faturas. Juntar aos processos já pagos e autuar os processos ainda não pagos com os memorandos encaminhados aos usuários, por meio dos quais informou-se da necessidade de recolhimento ao erário dos valores referentes a ligações particulares e que não estejam contempladas no objeto do contrato, bem como orientou-se os usuários quanto ao procedimento para realizar o recolhimento.
- i) Encaminhar aos usuários documento explicando que os contratos de telefonia móvel firmados por este Departamento não contemplam serviços como GPRS, hora certa, eventos/imagens, foto mensagens, aquisição de MP3, etc. Solicitar, nos memorandos encaminhados juntamente com as faturas para atesto, que os usuários recolham os valores referentes a esses serviços.
- j) Envidar esforços para efetuar o pagamento dos serviços prestados pela Americel dentro do prazo de vencimento das faturas. Caso haja erro nas faturas emitidas, os quais comprometam o pagamento em dia, contatar formalmente a empresa, solicitando novo prazo para pagamento, mantendo tudo no processo de pagamento.
- k) e l) Fazer levantamento de todos os usuários que extrapolaram o valor estipulado em norma interna. Dar conhecimento ao Diretor-Geral acerca dos valores extrapolados. Providenciar pagamentos/justificativas pendentes. Encaminhar todas as justificativas ao Diretor-Geral. Colher assinaturas dos usuários em documentos não assinados. Observar para que não se aceite justificativa utilizada pelo usuário em outro processo, de forma que cada processo tenha sua respectiva justificativa/ressarcimento.
- m) Em caso de extravio de fatura de algum usuário, solicitar segunda via à contratada, de forma que no processo haja somente documentos originais.

10.4 Prazo limite de implementação: Itens a); i); j); m): IMEDIATO

Itens b), c), d), e), f), g), h), k), l) : 6 meses

Item do Relatório de Auditoria:

6.2.2.2 CONSTATAÇÃO: Improriedades nos procedimentos de execução do Contrato nº 38/2005, referente à prestação de serviços de telefonia móvel celular.

11.1 Recomendação:

a) Fazer constar dos processos, inclusive dos relacionados neste ponto de auditoria, a declaração que as ligações foram realizadas no interesse do serviço, em especial, quando se tratar de recebimento de ligações a cobrar de móvel e fixo, locais e interurbanas e promova o controle dos ressarcimentos de ligações particulares, fazendo constar dos processos, ainda, os procedimentos de identificação das ligações particulares e seu devido recolhimento.

b, c) Envidar esforços para efetuar o pagamento dos serviços prestados pela Empresa Brasil Telecom S/A, de acordo com os prazos previstos no contrato e, na hipótese de erro nas faturas emitidas, proceder ao registro formal das comunicações de solicitação de correção e de suas reiterações, com vistas a evitar demandas judiciais ou administrativas exigindo atualização financeira dos valores pagos em atraso.

d, e, f) Fazer constar dos processos (licitórios e de pagamentos), todas as informações necessárias e justificadoras da tomada de decisão por parte da Administração, que esclareçam a ausência de documentos fiscais ou divergência de valores informados pela empresa em suas faturas, com vista a tornar mais transparentes os atos administrativos.

11.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

11.3 Providências a serem Implementadas:

a) Carimbar novamente todas as faturas, com novo modelo de carimbo, de forma que o usuário, ao assinar, declare que as ligações foram realizadas no interesse da Administração. Solicitar que as ligações particulares sejam identificadas nas faturas. Juntar aos processos já pagos e autuar os processos ainda não pagos com os memorandos encaminhados aos usuários, por meio dos quais informou-se da necessidade de recolhimento ao erário dos valores referentes a ligações particulares e que não estejam contempladas no objeto do contrato, bem como orientou-se os usuários quanto ao procedimento para realizar o recolhimento.

b) e c) Envidar esforços para efetuar o pagamento dos serviços prestados pela Brasil Telecom dentro do prazo de vencimento das faturas. Caso haja erro nas faturas emitidas, os quais comprometam o pagamento em dia, contatar formalmente a empresa, solicitando novo prazo para pagamento, mantendo tudo no processo de pagamento.

d), e) e f) Observar para que, em cada processo de pagamento, haja o maior número de documentos/informações possível, de forma que fique bem claro e transparente o procedimento de fiscalização do contrato, facilitando o trabalho dos órgãos de controle e evitando a perda de informações/detalhes.

11.4 Prazo limite de implementação: _Itens a), b), c): 6 meses

Item d), e) e f): IMEDIATA

Item do Relatório de Auditoria:

6.2.2.4 CONSTATAÇÃO: Fragilidade nos controles de abastecimento de combustíveis da frota do DPRF.

12.1 Recomendação:

a, b, c, d) Solicitar às Unidades descentralizadas que realizem a análise dos registros de abastecimento, informando previamente à Unidade pagadora os motivos das inconsistências e os pagamentos que devem ser sobrestados.

e) Realizar a análise de custo-benefício do atual sistema de gerenciamento de combustíveis para controlar veículos que possuem tanques de capacidade pequena.

Analisar todos os processos financeiros, na parte de atestação dos serviços, visto que de 10 processos analisados 7 apresentaram inconsistências não identificadas pela Unidade quando da análise e atesto das faturas. Como medida preventiva, avaliar a viabilidade de melhoria do sistema ("software") utilizado pela contratada para gerenciamento de abastecimentos da frota de modo que o mesmo possa identificar e rejeitar dados inconsistentes, tanto no momento dos abastecimentos quanto na geração dos relatórios que acompanham as faturas. Tal medida tem a finalidade de se atuar diretamente num único ponto ao invés de deixar passar uma grande massa de dados inconsistentes para a análise das equipes de atesto, tanto das Unidades Regionais quanto do Departamento, além de se atuar tempestivamente na origem dos dados, evitando que estes sejam inseridos no sistema já com inconsistências.

12.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

12.3 Providências a serem Implementadas:

a, b, c, d) A evolução da gestão contratual tem resultado em novas rotinas no tratamento das inconsistências. Nesse sentido, a Direção-Geral diligenciou às Unidades Regionais com maior quantidade de pendências visando solução no prazo máximo de 30 dias, conforme Memorandos 034 a 052/2007-DG (anexo). Nada obstante, as inconsistências não quitadas representam apenas 1,37% das despesas com combustíveis. Por fim, informamos que foi realizada Reunião de Trabalho com os

todos os Gestores Regionais, de modo que foram ajustados os procedimentos visando o atendimento da recomendação da equipe de auditoria.

e) A formatação do fornecimento de combustíveis foi objeto de estudo por parte de comissão designada especificamente para esse fim, cujos trabalhos encontram-se consolidados no processo nº 08.650.000.050/2007-29, a qual prevê a possibilidade de substituição do parâmetro de cobrança por transação para a sistemática da cobrança por veículo ativo, evitando que as motocicletas “onerem” a futura contratação.

Entretanto, em virtude da análise dos dados da contratação vigente, verifica-se que as motos representam 0,50% da demanda por combustíveis, de modo que, em razão da pouca representatividade, entendemos não apresentar-se demonstrado o encargo com este tipo de veículo.

Quanto à melhoria do sistema de gerenciamento ("software"), a recomendação será apresentada à contratada para análise da viabilidade técnica da efetivação da adequação recomendada. Entretanto, tendo em vista que estamos na iminência da concretização de uma nova contratação, tal recomendação será observada quando da nova formatação.

12.4 Prazo limite de implementação: 31 / 12 / 2007

Anexo E - Transferências realizadas

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal não possui convênio de despesa vigente, de sorte que inexistem transferências realizadas na forma prevista no item I-1.3 do Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

Na mesma linha, não possui projetos ou programas financiado com recursos externos ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, nos termos do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007. Entretanto, foram verificadas concessões e recebimentos de destaques de outros Órgãos da Administração Pública Federal, conforme detalhamento abaixo.

• Créditos Concedidos

No exercício de 2007 foram concedidos créditos no valor total de R\$ 8.137.586,00 os quais tiveram a seguinte destinação:

- R\$ 8.099.426,00 foram descentralizados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, para cobrir despesas com contribuição patronal para o plano de saúde GEAP, relativa aos servidores do DPRF/MJ e respectivos dependentes;
- R\$ 38.160,00 foram descentralizados para o DNIT/RS para cobrir despesas compartilhadas com a 9ª SRPRF/RS, em razão da ocupação conjunta de instalações físicas.

• Créditos Recebidos

A Unidade Orçamentária recebeu destaques de outros Órgãos no valor de R\$ 13.406.581,00 para custear despesas compartilhadas e previstas em termos de cooperação técnica ou convênios, conforme quadro a seguir:

Projeto/Atividade		Finalidade	Créditos Recebidos
0818	APOIO A ESTRUTURACAO DE SERVICOS DE ATENCAO AS URGENCIAS	IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU. CONFORME CONVÊNIO N. 004/2004	2.464.000,00
1F65	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE		3.470.186,09
11TX	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS FEDERAIS	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM CATANDUVAS/PR.	262.573,54
1F64	PREPARACAO E EMPREGO DA FORCA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	CUSTEIO DE DESPESA COM CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL PARA EMPREGO NOS JOGOS PANAMERICANOS.	290.316,00
2316	SERVICO PENITENCIARIO FEDERAL	PLANO DE TRANSPORTE E ESCOLTA EXECUTADO PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.	1.304,28
2346	FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO INTERESTA	CONVÊNIO FIRMADO PARA ATUAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS E DE CARGAS CONFORME CONVÊNIOS N. 004/2001, N. 010/2004, N. 004/2006	1.614.358,99
2347	FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS		869.127,81
4996	FISCALIZACAO DA APLICACAO DE RECURSOS FEDERAIS POR ESTADOS	CUSTEIO DE DESPESA COM DIÁRIAS PARA FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS POR ESTADOS.	1.031,04
8545	APOIO A REPRESSAO QUALIFICADA	CUSTEIO DE DESPESA REFERENTE AOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS JOGOS PANAMERICANOS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.	2.105.757,04
1F63	ACOES PREVENTIVAS ASSOCIADAS A SEGURANCA PUBLICA NOS JOGOS PAN		2.327.926,68
TOTAL			13.406.581,47

Anexo F - Encaminhamento ao órgão de controle interno dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento.

Veja a seguir quadro demonstrativo dos atos encaminhados para análise da CGU, no exercício de 2007:

Concessões iniciais

Aposentadoria	Pensão
156	107

Reformas de Aposentadorias

30

Atos encaminhados ao Controle Interno

Aposentadoria	Pensão
267	82

Esclarecemos, ainda, que a CGU não avalia atos de demissão, sendo competente para proceder a análise desses atos o Tribunal de Contas da União. Esclarecemos, por oportuno, que a Coordenação-Geral de Recursos Humanos ainda não recebeu nenhuma equipe do TCU para análise de atos de desligamento.